

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO  
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – JORNALISMO

Claudine Freiburger Friedrich

**REPRESENTAÇÃO MUDIÁTICA DAS PRODUTORAS RURAIS:  
UMA ANÁLISE DO CADERNO CAMPO E LAVOURA DO JORNAL  
ZERO HORA**

Santa Maria, RS  
2018

**Claudine Freibergger Friedrich**

**REPRESENTAÇÃO MUDIÁTICA DAS PRODUTORAS RURAIS:  
UMA ANÁLISE DO CADERNO CAMPO E LAVOURA DO JORNAL ZERO HORA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,  
RS) como requisito parcial para obtenção do  
grau de **Bacharel em Comunicação Social –  
Jornalismo**.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Márcia Franz Amaral  
Coorientadora: Julia Capovilla

Santa Maria, RS  
2018

**Claudine Freiburger Friedrich**

**REPRESENTAÇÃO MIDIÁTICA DAS PRODUTORAS RURAIS:  
UMA ANÁLISE DO CADERNO CAMPO E LAVOURA DO JORNAL ZERO HORA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,  
RS) como requisito parcial para obtenção do  
grau de **Bacharel em Comunicação Social –  
Jornalismo**.

**Aprovado em 06 de dezembro de 2018.**

---

**Márcia Franz Amaral, Dra. (UFSM)  
(Presidente/Orientadora)**

---

**Clarissa Schwartz, Dra. (UFSM)**

---

**Milena Carvalho Bezerra Freire de Oliveira-Cruz, Dra. (UFSM)**

**Santa Maria, RS  
2018**

## **DEDICATÓRIA**

À minha mãe, às minhas tias, às minhas avós e a todas as mulheres guerreiras que, com mãos calejadas, tiveram forças para semear e colher numa terra onde florescem desigualdades.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à Universidade Federal de Santa Maria, que, além de ter sido minha casa durante quatro anos e meio, foi determinante para minha constituição enquanto pessoa e profissional preocupada com a igualdade de direitos e oportunidades.

Agradeço às professoras e aos professores que, ao longo destes anos, demonstraram amor pelo ensino e fizeram florescer em mim, a cada nova experiência, o amor pela Comunicação e pelo Jornalismo. Destes/destas, destaco a querida tutora do PETCom, Juliana Petermann - a mulher que tem o maior coração da UFSM – e, junto disso, agradeço a todos e todas colegas do PETCom, que foram essenciais na construção da pessoa que me tornei. Destaco também meus mais sinceros agradecimentos à rainha Laura Storch, a quem devo grande parte da minha formação jornalística crítica e humanizada.

Com muito carinho, agradeço as duas orientadoras deste trabalho: a Márcia Amaral, uma jornalista a se espelhar, que me inspira desde o início da faculdade, pela visão ampla de mundo, comprometimento com as causas sociais e preocupação constante com a qualidade do ensino público; e a Julia Capovilla, uma pesquisadora de enorme sensibilidade, que teve um lugar muito importante tanto na escolha do tema desta monografia e no desenrolar de um trabalho pensado em conjunto quanto no despertar em mim o gosto pela pesquisa.

Agradeço também aos colegas da Emater, da Câmara de Vereadores e da Revista ARCO, que me acolheram para estágios e bolsas e me mostraram que na prática, algumas vezes, é possível encontrar “brechas” para mudar realidades; e à Universidad de Buenos Aires, responsável pelos meus mais árduos meses de aprendizado e, ao mesmo tempo, pela minha melhor experiência de vida.

Agradeço ao meu pai, ao meu irmão e, especialmente, à minha mãe, que batalhou muito para que eu pudesse realizar um sonho que era meu e, ao mesmo tempo, também era dela. À minha segunda mãe, tia Claci, e à minha madrinha Eliana, por oferecerem carinho e amor incondicional sempre. Do fundo do coração, agradeço ao Edgardo, pelo companheirismo diário, por me dar forças e me incentivar a confiar em mim mesma. A todos os amigos e amigas que fizeram a distância de casa parecer mais curta: Tai, Iander, Ane, Cris, Andressa, as Maris, Sabs, Bruna, Paola, Kau. Aos meus amores do 4113: Ju, Pri, Nessa, Bruno, Tina, Gi e Ricardo – que foram minha segunda família durante estes anos. E também aos amigos de longa data, sempre fiéis: Cândi, Kassi, Sol, Dali, Maicon.

A todos e todas vocês, devo a realização deste trabalho e a concretização de um sonho.

## RESUMO

### **REPRESENTAÇÃO MIDIÁTICA DAS PRODUTORAS RURAIS: UMA ANÁLISE DO CADERNO CAMPO E LAVOURA DO JORNAL ZERO HORA**

AUTORA: Claudine Freiburger Friedrich

ORIENTADORA: Márcia Franz Amaral

COORIENTADORA: Julia Capovilla

Esta monografia analisa a representação midiática das produtoras rurais no Rio Grande do Sul após a implantação de políticas públicas que incentivam a autonomia das mulheres do campo. A análise se dá por meio de fotografias e textos jornalísticos do caderno Campo e Lavoura do jornal Zero Hora, publicados no primeiro semestre de 2018. Como referências teóricas, trabalhamos com o conceito de representação social pela abordagem construcionista a partir de Hall (2016); pensamos as práticas jornalísticas pela perspectiva de Rodrigo Alsina (2009); as problemáticas de gênero são levantadas pelas concepções de Scott (1995) e Kirkwood (2017). Como recurso metodológico, aplicamos um Protocolo de Análise nas sete notícias constituintes do *corpus*; além disso, fizemos uma entrevista com a editora do Campo e Lavoura. Os resultados revelam uma representação midiática das produtoras rurais atrelada ao masculino e permeada por desigualdades de classe e raça, apesar de indicarem um direcionamento ao protagonismo feminino e à representação paritária entre homens e mulheres rurais.

**Palavras-chave:** Representação Midiática; Gênero; Produtoras Rurais; Campo e Lavoura; Zero Hora.

## RESUMEN EN LENGUA EXTRANJERA

### **REPRESENTACIÓN MEDIÁTICA DE LAS PRODUCTORAS RURALES: UN ANÁLISIS DEL CUADERNO CAMPO E LAVOURA DEL DIARIO ZERO HORA**

AUTORA: Claudine Freiberger Friedrich

ORIENTADORA: Márcia Franz Amaral

COORIENTADORA: Julia Capovilla

Esta monografía analiza la representación mediática de las productoras rurales en Rio Grande do Sul, luego la implementación de políticas públicas que incentivan la autonomía de las mujeres del campo. El análisis se da por medio de fotografías y textos periodísticos del cuaderno Campo e Lavoura del diario Zero Hora, publicados en el primer semestre de 2018. Como referencias teóricas, trabajamos con el concepto de representación social mediante el abordaje construccionista de Hall (2016); pensamos las prácticas periodísticas desde la perspectiva de Rodrigo Alsina (2009); las problemáticas de género son presentadas desde las concepciones de Scott (1995) y Kirkwood (2017). Como recurso metodológico, aplicamos un Protocolo de Análisis a las siete noticias constituyentes del *corpus*; además de eso, hicimos una entrevista con la editora de Campo e Lavoura. Los resultados revelan una representación mediática de las productoras rurales vinculada a lo masculino y permeada por desigualdades de clase y raza, a pesar de indicar un direccionamiento al protagonismo femenino y la representación paritaria entre hombres y mujeres rurales.

**Palabras-clave:** Representación Mediática; Género; Productoras Rurales; Campo e Lavoura; Zero Hora.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>08</b>
<b>2. AS REPRESENTAÇÕES NO JORNALISMO.....</b>	<b>15</b>
2.1 O CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO.....	15
2.2 REPRESENTAÇÃO MUDIÁTICA.....	26
2.3 O JORNALISMO COMO CONSTRUTOR DA REALIDADE.....	32
2.4 A REPRESENTAÇÃO IMAGÉTICA.....	36
<b>3. PRODUTORAS DO MEIO RURAL.....</b>	<b>41</b>
3.1 ESTUDOS DE GÊNERO.....	41
3.2 MULHERES RURAIS.....	45
3.3 REPRESENTAÇÃO MUDIÁTICA DAS MULHERES RURAIS.....	55
<b>4. PRODUTORAS RURAIS NO CADERNO CAMPO E LAVOURA.....</b>	<b>60</b>
4.1 CADERNO CAMPO E LAVOURA DO JORNAL ZERO HORA.....	60
4.2 CORPUS.....	61
4.3 PROTOCOLO DE ANÁLISE.....	62
4.4 APLICAÇÃO DO PROTOCOLO DE ANÁLISE .....	63
4.4.1 Após crise no leite, tambos são deixados para trás no RS.....	63
4.4.2 Abandono do leite leva à concentração da atividade.....	65
4.4.3 Venda de queijo serrano para todo o Rio Grande do Sul.....	67
4.4.4 Mulheres ganham espaço no agronegócio da serra.....	69
4.4.5 Conheça manejos e tecnologias para uma fazenda sustentável.....	71
4.4.6 O vinho colonial agora é legalizado; entenda como os produtores se adaptaram.....	75
4.4.7 Produtores vão às compras e intenção de negócios é recorde na Agrishow.....	79
4.5 RESULTADOS DA ANÁLISE.....	83
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>92</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>96</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>102</b>



## INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso é um estudo da produção jornalística tradicional gaúcha, alicerçado em três principais pilares: mídia, gênero e meio rural. Mídia, porque tem como operador de investigação a construção social da realidade realizada pelo jornalismo. Gênero, porque se fundamenta nas desigualdades concebidas pelas diferentes manifestações dos sexos. E, além disso, tem no rural sua temática central, levando em conta as especificidades e as vulnerabilidades às quais estão, historicamente, sujeitadas as populações do campo.

A fim de compreender qual é a representação midiática das produtoras rurais, a pesquisa analisou de que forma as trabalhadoras do meio rural aparecem no âmbito jornalístico, tanto por meio do texto quanto através da imagem. Para a análise, foi utilizado como material de investigação o jornal gaúcho Zero Hora, tendo como base a aparição das produtoras rurais no caderno Campo e Lavoura durante o primeiro semestre do ano de 2018.

Para fundamentar esta investigação, levamos em conta que, no Brasil, há 14 milhões de produtoras rurais, as quais são responsáveis por 45% da produção nacional de alimentos e por 42,4% dos rendimentos familiares<sup>1</sup>; além disso, segundo dados do Censo Agropecuário de 2017, o total de mulheres trabalhando no campo subiu de 12,7%, em 2006, para 18,6%, em 2017<sup>2</sup>. Entretanto, apesar de as mulheres participarem ativamente da produção agrícola, elas não são devidamente reconhecidas enquanto produtoras, já que, muitas vezes, realizam atividades de baixa comercialização e menor geração de lucros. Esta realidade é confirmada por Brumer e Paulilo (2004, p. 171), quando afirmam que “as agricultoras, ao mesmo tempo que têm grande participação na produção agrícola, principalmente na de alimentos, seu trabalho tem pouca visibilidade nas estatísticas oficiais e elas formam um dos grupos mais esquecidos pelas políticas públicas”.

Esta exclusão social se reflete no modo como estas mulheres são vistas pelos meios sociais externos a elas, já que, muitas vezes, as trabalhadoras do campo aparecem como mães, esposas, cuidadoras das suas famílias e subordinadas aos maridos, papel que é considerado secundário, subsidiário, uma mera ajuda ao trabalho masculino feito nas propriedades rurais, conforme Kegler (2015, p. 19):

---

<sup>1</sup> Dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/sead-apresenta-o-selo-mulheres-rurais-e-campanha-mulheres-rurais-mulheres-com-direitos-no>. Acesso em 24/06/2018.

<sup>2</sup> Dados disponíveis em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-07/ibge-participacao-de-mulheres-no-campo-aumentou-nos-ultimos-anos>. Acesso em 25/20/2018.

a mulher exerce papel preponderante como um elo significativo na formação dos vínculos familiares, especialmente na agricultura, e dos laços sociais do meio rural em geral (SILVEIRA, KEGLER, 2010), o que leva a uma reconstrução da sua representação, geralmente ligada aos afazeres domésticos e distante dos processos decisórios.

A desigualdade de gênero, dessa forma, é muito expressiva no meio rural. A atuação das mulheres na sociedade é dificultada em decorrência dos papéis que são atribuídos a elas, os quais são construídos culturalmente e legitimam a violência, tanto literal quanto simbólica, contra estas mulheres. Costa, Lopes e Soares (2014, p. 221) explicam que esta situação é alimentada pelas representações sociais que são geradas sobre as trabalhadoras rurais:

As Representações Sociais, como formas interpretativas da realidade social nesse meio, associam a violência às assimetrias de poder, em que as desigualdades de poder justificam a natureza da sujeição feminina. Isso legitima as atitudes de gênero que cristalizam papéis masculinos e femininos como elementos da dominação entre os sexos, sendo a violência resultante dessa relação e socialmente aceitável.

Embora mais assíduo contra as mulheres, o descaso com as populações rurais atinge ambos os sexos e é visto como um problema estrutural no Brasil, mesmo sendo o campo um espaço territorial que concentra cerca de 37% da população nacional<sup>3</sup>. Estudos apontam assimetrias nos modos pelos quais o urbano imagina o rural - através de estereótipos e preconceitos que são construídos socialmente, durante décadas, e reforçados pelos ideais de modernização e desenvolvimento social, conforme Tassara (2007, p. 11, apud BONOMO e SOUZA, 2013, p. 403):

Os termos urbanidade e civilidade têm seus significados conotados com uma positividade ideal, carregada de valores e ideologias a respeito do que é o bom, do melhor lugar, do bem educado, do avançado, do civilizado, contrapondo-se muitas vezes ao sentido atribuído ao rural, ao campo como o lugar atrasado, do rude, do não civilizado.

Tal situação, ao nosso ver, não pode ser tratada de forma ingênua e desinteressada. Partindo do pressuposto de que a vida rural, muitas vezes, não condiz com os sentidos que lhe são atribuídos, entendemos a necessidade de direcionar as pesquisas acadêmicas para esta parcela populacional. Tavares e Soares (2017, p. 1) afirmam que o universo rural, visto pelo homem urbano como um mundo desconhecido e distante, é representado quase sempre de modo

---

<sup>3</sup> Dado disponibilizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário: <http://www.mda.gov.br/sitemda/encontro-reflete-sobre-nova-ruralidade-brasileira>. Último acesso em: 24/06/2018.

esquemático na mídia; os autores consideram ainda que esta representação é pautada pelas relações de poder no Brasil.

Mesmo que o espaço rural seja considerado alheio ao modo de vida urbano predominante na maior parte do país, há ainda parcelas populacionais inclusas neste âmbito, sobre as quais atuam maiores relações de poder, que merecem uma atenção diferenciada. Sobre estas parcelas, podemos destacar a população idosa, a juventude e, principalmente, as mulheres rurais, conforme delineado por Brumer (2008, p.7):

As pesquisas sobre as temáticas “gênero” e “juventude” estão muito em voga nas ciências sociais voltadas ao estudo do “rural”. O interesse nessas temáticas decorre, por um lado, em grande medida, dos elevados índices migratórios do meio rural em direção às cidades, com a predominância de jovens e, entre eles, de mulheres, implicando no envelhecimento e masculinização da população rural.

Por outro lado, nos últimos anos, políticas públicas foram implementadas com a justificativa de proporcionar maior autonomia às mulheres rurais - como a Portaria nº 981, de outubro de 2003, que tornou obrigatória a titulação conjunta da terra, a Linha de Crédito de Investimento para Mulheres (Pronaf Mulher), também criada em 2003, e o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, em vigor desde 2004. Estas políticas públicas motivaram um reestabelecimento das relações destas produtoras com suas famílias e deram impulso ao protagonismo delas diante das decisões relativas à produção e às comunidades onde se inserem (GUIMARÃES E SILVA, 2017, p. 115).

No mesmo sentido, a chegada das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) ao campo, principalmente através do celular e da internet, também têm contribuído para a maior independência das mulheres rurais e o reposicionamento do papel delas no âmbito da propriedade rural (GUIMARÃES E SILVA, 2017, p. 111).

Portanto, torna-se relevante investigar, problematizar e analisar as representações e narrativas midiáticas sobre estes territórios (TAVARES e SOARES, 2017, p. 1). Sendo as relações de gênero grandes constituintes das problemáticas rurais, apontadas inclusive como propulsoras do êxodo (BRUMER E PAULILO, 2004, p. 225), pensamos que este tipo de estudo pode ser uma importante ferramenta para entender de que forma a mídia participa da construção e legitimação destas relações.

Neste contexto, faz-se necessário estudos que problematizem a representação das mulheres rurais a partir de operadores midiáticos que ajudam a conformar as realidades culturais e a construir imaginários sociais desta parcela da população. É pertinente inserir o jornalismo neste campo de investigação por ser um importante legitimador de representações,

principalmente por meio das notícias. Através de Rodrigo Alsina (2009, p. 14), entendemos as notícias como interpretações a respeito de uma realidade socialmente construída: “A notícia é uma representação social da realidade quotidiana, gerada institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível. [...] O papel da mídia é institucionalizado e tem a legitimidade de gerar a realidade socialmente relevante”.

Esta visão da realidade construída socialmente é concebida por Berger e Luckmann (2013) como dependente de contextos sociais específicos, ou seja, baseada no relativismo social, e tem sua compreensão vista como central para o entendimento da sociologia do conhecimento. Tendo referências em autores como Durkheim e Weber, na obra *A Construção Social da Realidade*, Berger e Luckmann (2013) afirmam que o mundo consiste em múltiplas realidades, já que o ser humano produz seu próprio realismo a partir das relações sociais.

Embasado na teoria construcionista, Hall (2016) introduz a linguagem como responsável pela produção de significados, que se dá através de conceitos mentais, por meio de sistemas de representação. É a ideia de que “coisas e ações físicas existem, mas somente ganham sentido e se tornam objeto do conhecimento dentro do discurso” (HALL, 2016, p. 82). Para o autor (2016, p. 38) a representação é um processo relacional entre coisas, conceitos e signos, e está no núcleo da produção de significados de uma linguagem. Em outras palavras:

O significado não está no objeto, nem na pessoa, nem na coisa, nem mesmo na palavra. Somos nós que estabelecemos o significado de forma tão determinada que, em seguida, vem a parecer natural e inevitável. O significado é *construído pelo sistema de representação* (HALL, 2016, p. 41 e 42, grifos do autor).

Nesta monografia, temos ainda outros autores que trabalham com as questões representacionais. Soares (2007, p. 47) afirma que todas as relações humanas podem ser examinadas com base no conceito de representação. Braga e Menezes (2014, p. 5) complementam que todas as informações que temos são distorcidas, em maior ou menor grau, por conta da sua representação. Sabemos que, nestas distorções, o jornalismo possui uma função crucial, já que, muitas vezes, é visto como credível e detentor da verdade, conforme complementa Resende (2009, p.6):

Os discursos jornalísticos tornam-se expressões máximas do que é verdadeiro; e é com eles, vale dizer, que construímos os nossos modos de compreender e ver o mundo, visões que tecem nossa percepção do outro e nossa maneira de lidar com o diferente ou o semelhante.

Este diálogo entre autores/as nos interessa porque, neste trabalho, estudamos a representação midiática tendo como base a construção social da realidade. Apoiando-nos em Rodrigo Alsina (2009), entendemos a notícia como pertencente à realidade simbólica, pública e cotidiana, sendo os/as jornalistas, como todo o mundo, construtores/as da realidade social, que conferem um estilo narrativo e público sobre a realidade do dia-a-dia. De acordo com este autor (2009, p. 46 e 47), “podemos dizer que os jornalistas têm um papel socialmente legitimado e institucionalizado para construir a realidade social como realidade pública e socialmente relevante. Essas competências são realizadas no interior de aparatos de produção específicos: a mídia”.

Essa influência jornalística na construção social da realidade reflete-se na forma como lidamos com as problemáticas de gênero e sexualidades. Veiga (2010, p. 36) destaca que os “valores e formas de construção da realidade através da notícia incidem sobre a construção de determinadas concepções de gênero, definindo masculinidades e feminilidades, bem como sexualidades legítimas e ilegítimas”.

Ao estudar a representação de mulheres, entendemos a relevância de trabalhar com os conceitos de “sexo” e “gênero”. Nesta monografia, entretanto, apesar de reconhecermos a complexidade e a riqueza desta temática, não temos espaço para desenvolver um debate teórico aprofundado sobre estas questões. Dessa forma, priorizamos os pontos que incidem diretamente sobre a representação da mulher rural, tendo em vista as especificidades do lugar de trabalho, moradia e atividades desenvolvidas pelas mesmas.

Expomos, então, de maneira resumida, concepções essenciais para a compreensão da temática. Com base principalmente nas autoras Scott (1995) e Kirkwood (2017), entendemos o gênero como uma construção social gerada a partir das diferenças percebidas entre os sexos biológicos. Com a contribuição de Scott (1995, p. 86) consideramos que o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais, além de ser uma forma primária de dar significado às relações de poder. Além disso, nos baseamos na proposta da autora de que o gênero deve ser redefinido e reestruturado em conjunção com uma visão de igualdade política e social que inclua não somente o sexo, mas também a classe e a raça (SCOTT, 1995, p. 93).

A fim de refletir sobre as práticas jornalísticas envolvendo gênero e meio rural, consideramos de extrema relevância analisar conteúdos que abarquem as representações que o jornalismo constrói a respeito das mulheres do campo, por entender que as práticas midiáticas têm o poder de reforçar, como também de discutir e, até mesmo, desfazer as problemáticas de gênero fixadas, historicamente, no meio rural.

Para tanto, reunimos notícias que giravam em torno dessa temática, publicadas no caderno Campo e Lavoura do jornal Zero Hora durante o primeiro semestre (janeiro a junho) de 2018, disponíveis no portal online deste periódico. O jornal Zero Hora foi o veículo escolhido para a análise pela sua relevância dentro do mercado jornalístico nacional: fundado em 1964 pelo Grupo RBS – empresa de comunicação afiliada da Rede Globo - ZH é líder em circulação no Rio Grande do Sul e o quinto maior jornal do país (GRUPO RBS, 2018). A especificidade pelo Campo e Lavoura se deu em razão de ser este um suplemento informativo voltado para o agronegócio, criado na metade da década de 1980 pelo interesse de inserção social e informativa de um segmento populacional residente e/ou envolvido com a zona rural. Para realizar a investigação, aplicamos um Protocolo de Análise, elaborado exclusivamente para esta monografia, com elementos a serem avaliados em sete notícias selecionadas para compor o *corpus*.

Tivemos algumas questões como norteadoras do nosso trabalho: Como se dá a representação midiática das produtoras rurais no caderno Campo e Lavoura do jornal Zero Hora? O reposicionamento recente das produtoras rurais, em direção a uma maior autonomia e empoderamento, é demonstrado, atualmente, na representação feita por este periódico?

Levando em conta essas perguntas, o objetivo geral da pesquisa é analisar qual é a representação midiática das produtoras rurais construída pelo caderno Campo e Lavoura do jornal Zero Hora, a partir de fotografias e textos jornalísticos que versam sobre a participação das mulheres no meio agrário. Para isso, consideramos como rurais todas as mulheres que são identificadas nas notícias enquanto produtoras no ramo da agricultura, da pecuária e da agroindústria. Como objetivos específicos, tratamos de identificar em quais tipos de pauta as produtoras rurais são retratadas fotograficamente no caderno Campo e Lavoura do jornal Zero Hora; analisar de que forma estas mulheres fotografadas aparecem nos textos jornalísticos, levando em conta o conteúdo e o papel que elas exercem enquanto fontes; examinar como estas mulheres aparecem nas fotografias jornalísticas, tendo em vista o tipo de enquadramento, a expressão e o protagonismo destas nas imagens; e, ainda, conhecer a visão do Caderno Campo e Lavoura sobre a igualdade de gênero e as implicações desta temática nas pautas rurais.

Na constituição desta monografia, destinamos o capítulo 2, intitulado “As Representações no Jornalismo”, para discorrer sobre a representação social com base na teoria construcionista, articulando as representações midiáticas e o jornalismo como construtor da realidade social. No capítulo 3 - “Produtoras do Meio Rural” - demarcamos o nosso objeto de estudo, a partir de um referencial teórico que abarca o meio rural, as questões de gênero e as

representações midiáticas a cerca destes campos de investigação. O capítulo 4, intitulado “Produtoras Rurais no Caderno Campo e Lavoura”, é destinado para a análise propriamente dita; nele, apresentamos o percurso metodológico desta pesquisa e, posteriormente, fazemos a descrição e a análise das notícias que compõem o *corpus*. Por fim, as considerações finais trazem um apanhado geral das conclusões desta monografia.

## 2. AS REPRESENTAÇÕES NO JORNALISMO

Este trabalho tem como base conceitual o processo de representação social segundo a perspectiva de Stuart Hall (2016). Para compreender de que forma este autor pensa as estratégias representacionais, precisamos nos direcionar ao entendimento das práticas de significação e às bases construcionistas que alicerçam as representações sociais. Para a compreensão da temática, utilizamos a teoria da construção social da realidade, de acordo com os autores Berger e Luckmann (2013). Além disso, levamos em conta a visão de Moscovici (2009), que analisa as representações pela perspectiva da Psicologia Social e as ancora nos processos comunicacionais.

Neste capítulo também situamos o jornalismo enquanto prática representacional constituinte das representações midiáticas. Para isso, nos baseamos principalmente em Soares (2007), Morigi (2004) e Braga e Menezes (2014), autores/as que nos ajudam a entender de que forma as representações geradas pela mídia podem influenciar a visão social a respeito de acontecimentos, indivíduos e grupos.

Levando em conta a perspectiva construcionista, apresentamos o jornalismo como construtor da realidade social, de acordo com Rodrigo Alsina (2009). Para pensar as práticas jornalísticas, tomamos também como base as contribuições de Veiga (2010), Resende (2009) e Schmitz (2011). Definimos, ao final, o jornalismo como construtor de realidades permeadas por ideologia e cultura.

### 2.1 O CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO

Para pensarmos o conceito de representação, precisamos, em primeiro lugar, entender que a prática representacional possui a funcionalidade de facilitar a comunicação entre grupos. Para ser compreendida de maneira eficaz, a representação utiliza-se da junção entre o mundo das coisas, do conceitual e dos signos, a fim de estabelecer significados. Com seu caráter mutável, as representações têm a capacidade de construir identidades, além de criar e (re)criar realidades, tendo em vista a relatividade do mundo “real” - simultaneamente objetivo e subjetivo.

Para Hall (2016, p. 20), a representação depende, intrinsecamente, da concepção de significados, os quais regulam e organizam condutas e práticas, que ajudam a estabelecer regras, normas e convenções através das quais é ordenada e governada a vida social. Conforme o autor,



os significados nunca são definitivos, universais ou imutáveis, porque são produzidos na história e na cultura (2016, p. 60) e moldados constantemente por meio das interações pessoais e sociais da vida humana (2016, p. 20). Eles são inerentes a todos os momentos e práticas, porque interferem na construção da identidade e na delimitação da diferença, na produção e no consumo, bem como na regulação das condutas sociais (HALL, 2016, p. 20).

Hall (2016, p. 143) afirma: “Não há um significado verdadeiro. O significado ‘flutua’. Não há como mantê-lo fixo”; e analisa que, mesmo nunca estabelecidos, os significados estão sempre sujeitos à mudança, tanto de um contexto cultural quanto de um período para outro (HALL, 2016, p. 60). Pelo viés dos significados é que Hall traz à tona a representação: “tentar estabelecê-los [os significados] é a tarefa de uma prática representacional, que intervém nos vários significados em potencial de uma imagem numa tentativa de privilegiar algum (HALL, 2016, p. 143).

Para a compreensão da visão representacional construcionista de Hall, tomamos como base os autores Berger e Luckmann (2013), na obra *A Construção Social da Realidade*. Para estes autores (2013, p. 85, grifo do autor), “*a sociedade é um produto humano. A sociedade é uma realidade objetiva. O homem é um produto social*”. Em outras palavras, Berger e Luckmann (2013) analisam a sociedade enquanto componente de realidades que são, ao mesmo tempo, objetivas e subjetivas; a partir disso, defendem que o indivíduo não nasce membro da sociedade, mas com a predisposição para a sociabilidade e, como resultado de suas relações sociais é que, então, torna-se membro dessa sociedade (BERGER e LUCKMANN, 2013, p. 167). Ao habitar um mundo com outros seres sociais, o homem vê este mundo como sendo a realidade dominante e definitiva, ou seja, a única realidade possível. Os autores complementam que “na dialética entre a natureza e o mundo socialmente construído, o organismo humano se transforma. Nesta mesma dialética o homem produz a realidade e com isso se produz a si mesmo” (BERGER e LUCKMANN, 2013, p. 233).

Tal dinâmica acontece porque “a ordem social existe *unicamente* como produto da atividade humana” (BERGER e LUCKMANN, 2013, p. 74, grifos do autor), ou seja, a realidade social nunca é regida pelas leis da natureza, mas sim pelas relações estabelecidas entre os indivíduos e os processos de socialização. É por isso que os autores afirmam ainda que “a autoprodução do homem é sempre um empreendimento social” (BERGER e LUCKMANN, 2013, p. 72), já que a sociedade é produzida pela interação entre os agentes sociais a partir da totalidade de suas formações culturais e psicológicas. Essa correspondência sociológica à realidade e à formação do conhecimento é regulada pela relatividade social, conforme exemplificam os autores:

O que é 'real' para um monge tibetano pode não ser 'real' para um homem de negócios americano. O 'conhecimento' do criminoso é diferente do 'conhecimento' do criminalista. Segue-se que aglomerações específicas da 'realidade' e do 'conhecimento' referem-se a contextos sociais específicos e que estas relações terão de ser incluídas numa correta análise sociológica desses contextos (BERGER E LUCKMANN, 2013, p. 13).

Sendo relativa, a realidade varia de um indivíduo a outro; em decorrência disso é que “o mundo consiste em múltiplas realidades” (BERGER E LUCKMANN, 2013, p. 37). Entretanto, os autores afirmam que, entre estas infinitas realidades imaginadas, há uma que se constitui como a realidade por excelência: é a realidade da vida cotidiana, criada pelo contexto social em que o indivíduo se insere. Esta “realidade predominante” impõe-se à consciência humana de maneira maciça, urgente e intensa, a ponto de gerar uma espécie de choque em momentos nos quais é vivenciada a transição de uma realidade à outra (BERGER E LUCKMANN, 2013, p. 37 e 38). Os autores (2013, p. 36) explicam:

O mundo da vida cotidiana não somente é tomado como uma realidade certa pelos membros ordinários da sociedade na conduta subjetivamente dotada de sentido que imprimem a suas vidas, mas é um mundo que se origina no pensamento e na ação dos homens comuns, sendo afirmado como real por eles.

Moscovici (2009, p. 225) sintetiza esta divergência de realidades afirmando que experienciamos muitas “regiões da realidade” ligadas a uma representação comum; contudo, apenas uma entre elas adquire o status de uma realidade socialmente dominante, enquanto as outras parecem possuir uma realidade derivada em relação à que definimos como dominante. Esta realidade dominante é a realidade definida pela vida cotidiana.

Segundo os autores Berger e Luckmann (2013), neste mundo criado pela realidade cotidiana, há zonas que não nos são tão acessíveis, tanto por não termos interesse pragmático por elas, quanto por termos um interesse indireto, sendo campos potencialmente manipuláveis por nós mesmos. “Tipicamente meu interesse nas zonas distantes é menos intenso e certamente menos urgente”, argumentam os autores (BERGER E LUCKMANN, 2013, p. 39). Sobre esta relação íntima do ser humano com a realidade próxima e rotineira, Moscovici (2009, p. 203) complementa a discussão analisando que “as pessoas que partilham de um conhecimento comum no decorrer de sua vida cotidiana não ‘raciocinam’ sobre ele e não conseguem colocá-lo diante de si como um ‘objeto’, ou analisar seus conteúdos colocando-o a certa distância para ‘observá-lo’, sem que eles mesmos estejam implicados nisso”.

Apesar de considerada como um espaço menos interessante, à primeira vista, a contraposição de uma realidade distante com outra mais próxima tende a gerar conflitos, que não podem ser tratados de forma simplista. Berger e Luckmann (2013, p. 142) sustentam que

o confronto com universos simbólicos distintos implica um problema de poder, a saber, qual das definições da realidade em conflito ficará 'fixada' na sociedade. [...] Qual das duas ganhará, contudo, é coisa que dependerá mais do poder do que da engenhosidade teórica dos respectivos legitimadores.

As conveniências que entrelaçam um indivíduo a uma determinada realidade são vistas por Berger e Luckmann (2013, p. 159 e 160) como um interesse concreto de poder, aceitas pelos grupos como forma de beneficiar interesses próprios. “Quando uma particular definição da realidade chega a se ligar a um interesse concreto de poder, pode ser chamada uma ideologia”, afirmam os autores (2013, p. 159). Mas não é por acaso que uma ideologia é adotada por um grupo; “as instituições e os universos simbólicos são legitimados por indivíduos vivos, que têm localizações sociais concretas e interesses sociais concretos (BERGER E LUCKMANN, 2013, p.165).

Apesar destas influências externas, que fazem o indivíduo conviver simultaneamente com várias realidades, “é importante acentuar que a realidade da vida cotidiana conserva sua situação dominante mesmo quando estes ‘transes’ ocorrem” (BERGER E LUCKMANN, 2013, p. 43), ou seja, as outras realidades experimentam campos finitos de significação, marcadas por significados e modos de experiência delimitados. “A realidade dominante envolve-as por todos os lados, por assim dizer, e a consciência sempre retorna à realidade dominante como se voltasse de uma excursão”, exemplificam os autores (BERGER E LUCKMANN, 2013, p. 42 e 43). É em vista desta construção social que consideramos, habitualmente, o dia-a-dia e as experiências vividas como a única realidade possível; com influências ideológicas, adotamos ainda visões da realidade respaldadas por forças de poder e, a partir disso, construímos nosso conhecimento social. Naturalmente, reproduzimos esta realidade particular em um universo externo, com a justificativa de que “enquanto meu conhecimento funciona satisfatoriamente em geral estou disposto a suspender qualquer dúvida a respeito dele” (BERGER E LUCKMANN, 2013, p. 63).

Assim como Berger e Luckmann, Hall (2016) utiliza a abordagem construcionista para analisar as relações sociais. Este último pensa as práticas representacionais a partir do construcionismo, entendendo que as coisas e ações físicas existem em um mundo material, mas só adquirem significado através dos discursos e da linguagem. Entretanto, falar de construção

da realidade não é o mesmo que falar de representação social. Esta realidade construída de acordo com as relações sociais e culturais serve como suporte para a elaboração das representações sociais que produzimos e reproduzimos sobre o mundo, os objetos e, especificamente, sobre os indivíduos, com o objetivo de facilitar a compreensão e a comunicação na sociedade.

Hall (2016, p. 18) entende a representação como uma prática significativa e analisa que “a linguagem é um dos ‘meios’ através dos quais pensamentos, ideias e sentimentos são representados em uma cultura. A representação pela linguagem é, portanto, essencial aos processos pelos os significados são produzidos”; e complementa que “nós concebemos sentido às coisas pela maneira como as *representamos*” (HALL, 2016, p. 21, grifo do autor).

Em sua obra *Cultura e Representação*, Hall (2016, p. 46-49) apresenta três diferentes teorias representacionais. A reflexiva seria a teoria que enxerga um significado verdadeiro contido em cada objeto, pessoa, ideia ou evento do mundo real, sendo a linguagem o instrumento utilizado como um espelho para refletir este significado já existente. A intencional, segundo o autor, é oposta à reflexiva e sustenta que é o autor que impõe ao mundo seu significado único, através da linguagem. A terceira teoria apresentada é a construcionista, ou construtivista, a qual reconhece o caráter público e social da língua; ela admite que nem as coisas em si nem os usuários individuais da língua podem estabelecer significados.

Hall, a partir disso, demonstra-se identificado com a abordagem construcionista, já que, para ele (2016, p. 48 e 49) a representação deve ser entendida como um fenômeno que acontece por meio de dois processos, ou dois sistemas de representação. O primeiro processo consiste na formação de conceitos sobre as coisas, pelo conjunto de representações que levamos em nossa mente a respeito dos objetos, das pessoas e dos eventos, que são responsáveis pela interpretação significativa do mundo. O segundo sistema de representação é a linguagem, responsável pela construção de significados, através de palavras escritas, sons ou imagens, denominadas “signo”; “os signos indicam ou representam os conceitos e as relações entre estes que carregamos em nossa mente e que, juntos, constroem os sistemas de significado da nossa cultura”, conclui (2016, p. 37).

Sobre isso, é importante salientar que, na perspectiva construcionista, a representação envolve produzir significação ao forjar ligações entre três diferentes ordens de coisas: o que nós devemos chamar amplamente de mundo das coisas, pessoas, eventos e experiências; o mundo conceitual, ou seja, os conceitos mentais que carregamos em nossas cabeças; e os signos, arranjados nas linguagens, que ‘respondem por’ esse conceitos ou os comunicam (HALL, 2016,

p. 109). O autor completa que, para garantir a significação, é necessária a interpretação de códigos, codificando-os e decodificando seus significados (2016, p. 108).

Para explicar esta abordagem, Hall (2016, p. 48) menciona um ponto chave: “Construcionistas não negam a existência do mundo material”. Sobre isso, explica que, nesta visão, as coisas e as pessoas existem, mas não transmitem significados sozinhas; é o sistema linguístico, ou qualquer que seja o sistema que estejamos utilizando para representar nossos conceitos, que gera as práticas de simbolização e os processos através dos quais funciona a representação. “Não é ele [o mundo material] que transmite sentido, mas sim o sistema de linguagem ou qualquer outro que usemos para representar nossos conceitos”, reitera (2016, p. 48 e 49).

É por isso que, na definição de Hall, a representação deve ser compreendida como uma relação complexa e bilateral, fundamentada na linguagem, na qual tanto receber quanto atribuir significados faz parte da prática de significação. O autor explica que a linguagem é uma propriedade que não pertence ao remetente nem ao receptor dos significados. Sendo assim, a representação é o espaço cultural partilhado em que se dá a produção de significados acerca da linguagem (HALL, 2016, p. 26 e 27). Não sendo um modelo de sentido único, a representação é entendida como um modelo de diálogo, sustentado por códigos culturais partilhados, mas instáveis, que não podem garantir que os significados se mantenham iguais para sempre. Essa instabilidade dos significados se reflete de maneira direta na representação dos mesmos, já que a significância é cultural e permeia as ações humanas: “A cultura se relaciona a sentimentos, a emoções, a um senso de pertencimento. [...] Os significados culturais não estão somente na nossa cabeça - eles organizam e regulam práticas sociais, influenciam nossa condutas e conseqüentemente geram efeitos reais e práticos”, conclui o autor (HALL, 2016, p. 20).

Para complementar a discussão, apresentamos também o panorama representacional criado por Moscovici (2009). Apesar de não alinhar-se à perspectiva construcionista, a contribuição deste autor é importante para o entendimento do processo representacional, já que, embora direcionada à Psicologia Social, a teoria das representações sociais de Moscovici está amplamente ancorada nos processos comunicacionais. O autor (2009, p. 208) explica que “as representações sociais têm como finalidade primeira e fundamental tornar a comunicação, dentro de um grupo, relativamente não-problemática e reduzir o ‘vago’ através de certo grau de consenso entre seus membros”. Com base nisso, complementa que “representar significa, a uma vez e ao mesmo tempo, trazer presentes as coisas ausentes e apresentar coisas de tal modo que satisfaçam as condições de uma coerência argumentativa, de uma racionalidade e da integralidade normativa do grupo” (MOSCOVICI, 2009, p. 216).

Moscovici entende que a realidade que temos sobre o mundo deriva das inúmeras representações que recebemos acerca dos objetos e das pessoas. Nas palavras do autor:

Se estiver presente ali algum sentido, isso se deve ao fato de ele corresponder a certo modelo recorrente e compreensivo de imagens, crenças e comportamentos simbólicos. Vistas desse modo, *estaticamente*, as representações se mostram semelhantes a *teorias* que ordenam ao redor de um tema [...] uma série de proposições que possibilitam que coisas ou pessoas sejam classificadas, que seus caracteres sejam descritos, seus sentimentos e ações sejam explicados e assim por diante (MOSCOVICI, 2009, p. 209 e 210).

Sendo assim, as percepções que temos e construímos constantemente a respeito da realidade são determinantes da Representação Social que projetamos. Além disso, ao mesmo tempo em que somos influenciados pelas Representações do mundo ao nosso redor, também atuamos como construtores da realidade social e, com isso, das Representações que fazemos dela. O autor confirma:

Se existem imagens, se elas são essenciais para a comunicação e para a compreensão social, isso é porque elas não existem sem realidade (e não podem permanecer sem ela), do mesmo modo que não existe fumaça sem fogo. Se as imagens devem ter uma realidade, nós encontramos uma para elas, seja qual for (MOSCOVICI, 2009. p. 74).

A partir disso, o autor assegura que as representações nos são impostas, porque precisam adequar-se a modelos – criados através de recordações, categorias culturais, imagens, hábitos - que são herdados de sucessivas gerações e se edificam com o tempo. Portanto, mesmo quando uma pessoa, ou objeto, não se adequa exatamente ao modelo, a Representação surge para que estes sejam forçados a assumir uma forma, uma categoria, ou seja, a se tornarem idênticos aos outros. Moscovici (2009, p. 216) aponta que este processo deve acontecer de forma comunicativa e difusa “pois não há outros meios, com exceção do discurso e dos sentidos que ele contém, pelos quais as pessoas e os grupos sejam capazes de se orientar e de se adaptar a tais coisas” (MOSCOVICI, 2009. p. 216). Essas orientações e adaptações podem se dar através da mudança de conceitos, de imagens, de crenças, e, segundo o autor, sempre serão expressas em representações. “Nós mesmos vemos as representações sociais se construindo por assim dizer diante de nossos olhos, na mídia, nos lugares públicos, através desse processo de comunicação que nunca acontece sem alguma transformação” (MOSCOVICI, 2009. p. 205), completa.

Para a compreensão desta temática, é importante levarmos em conta a visão moscoviciana (2009, p. 85) de que “toda explicação depende primariamente da ideia que nós

temos de realidade”, ou seja, que quase tudo o que uma pessoa sabe, ela aprendeu de outra, numa interação mútua, através de narrativas, da linguagem ou dos objetos empregados no dia-a-dia, que moldam nosso conhecimento, nossas crenças, nossa constituição de um mundo real. Por isso, devemos considerar as representações sociais como meios de re-criar a realidade, já que toda realidade é a realidade de alguém ou é uma realidade para algo (MOSCOVICI, 2009, p. 90). Moscovici afirma, ainda, que o processo representacional é mutável e tem o poder de modificar as representações a cerca de uma realidade:

Nós nunca conseguimos nenhuma informação que não tenha sido distorcida por representações “superimpostas” aos objetos e às pessoas que lhes dão certa vaguidade e as fazem parcialmente inacessíveis. Quando contemplamos esses indivíduos e objetos, nossa predisposição genética herdada, as imagens e hábitos que nós já aprendemos, as suas recordações que nós preservamos e nossas categorias culturais, tudo isso se junta para fazê-las tais como as vemos (MOSCOVICI, 2009, p. 33).

Entendendo as representações como um fato psicológico, Moscovici (2009, p. 211) afirma que elas são construídas com o duplo fim de agir e avaliar, e as classifica de três maneiras: “elas possuem um aspecto impessoal, no sentido de pertencer a todos; elas são a representação de outros, pertencentes a outras pessoas ou a outro grupo; e elas são uma representação pessoal, percebida afetivamente como pertencente ao ego”. “Classes dominantes e dominadas não possuem uma representação igual à do mundo que elas compartilham, mas o veem com olhos diferentes, julgam-no de acordo com critérios específicos e cada uma faz isso de acordo com suas próprias categorias”, afirma Moscovici (2009, p. 97). Hall (2016, p. 140) avalia, neste sentido subjetivo, que a representação “trata-se de algo complexo e, especialmente quando lida com a ‘diferença’, envolve sentimentos, atitudes, emoções e mobiliza o medo e ansiedades do espectador em níveis mais profundos do que podemos explicar de uma forma simples, com base no senso comum”. Moscovici (1997, p. 46) aconselha que “as representações sociais devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos”. Utilizando-se da semiótica, ele acrescenta que as representações apresentam sempre duas faces interdependentes: a face icônica e a face simbólica. Icônica no sentido de que se utiliza de um signo visual, uma imagem, para retratar certa realidade; simbólica porque depende da interpretação de um significado implícito e conceitual. Para Moscovici (2009, p. 46), “a representação iguala toda imagem a uma ideia e toda ideia a uma imagem”.

No mesmo sentido, concorda Hall (2016, p. 39), ao analisar que ícones, ou signos visuais, mantêm certa semelhança com o objeto, pessoa ou evento a que se referem para representar. Para este autor, há dois níveis de codificação de significados. O primeiro é baseado

na denotação, sendo simples e descritivo; já o segundo nível é conotativo, interpreta e vincula os signos a temas culturais, conceitos ou significados mais amplos. “O primeiro significado completo funciona como significante no segundo estágio do processo de representação e, quando ligado a um tema mais amplo pelo leitor, produz uma segunda mensagem, ou significado, mais elaborada e ideologicamente enquadrada”, explica (2016, p. 72).

Hall (2016, p. 26 e 27, grifos do autor) apresenta duas versões de análise de representação a partir do construcionismo, por meio de dois autores: Saussure e Foucault. Em síntese, o que ele demonstra é que “a abordagem *semiótica* se concentra em *como* a representação e a linguagem produz sentido [...], enquanto a abordagem *discursiva* se concentra mais nos *efeitos e consequências* da representação – isto é, sua ‘política’”.

A abordagem semiótica tem suas bases na linguística, a partir de Saussure, e considera que o signo deve ser analisado em dois elementos: forma/código (significante) e ideia ou conceito (significado). A análise por meio da linguística considera que tanto os códigos quanto os conceitos são necessários para produzir significados, mas conclui que “é a relação entre eles, fixada por nossos códigos culturais e linguísticos, que sustenta a representação” (HALL, 2016, p. 57). Um critério importante desta visão representacional é a compreensão da “diferença”, a qual, segundo o autor, é essencial ao significado, já que, sem ela, o significado não teria como existir. “Sabemos o significado de *preto*, Saussure argumentou, não pela existência de alguma essência da ‘negritude’, mas porque podemos contrastá-lo com seu oposto – o *branco*. O significado, ele afirmou, é relacional”, exemplifica Hall (2016, p. 153, grifos do autor).

Sobre a abordagem discursiva, projetada por Foucault, o autor explica que ela examina não apenas como a linguagem e a representação produzem sentido, mas “como o conhecimento elaborado por determinado discurso se relaciona com o poder, regula as condutas, inventa ou constrói identidades e subjetividades, e define o modo pelo qual certos objetos são representados, concebidos, experimentados e analisados” (HALL, 2016, p. 27).

Ao trabalhar com a representação pelo viés semiótico, Moscovici (2009, p. 211) analisa que “à medida que a comunicação se acelera em nossa sociedade, a extensão da mídia (visual, escrita, áudio) no espaço social vai crescendo ininterruptamente”. Este fato, segundo o autor, faz com que as diferenças entre representações sociais sejam obscurecidas, na medida em que os limites entre o aspecto icônico e seu aspecto conceptual (simbólico) são eliminados. “O desaparecimento das diferenças e limites as transformam mais e mais em representações de representações, faz com que se tornem mais e mais simbólicas”, avalia criticamente Moscovici (2009, p. 211).



Apesar de terem um caráter estável, as representações são geradas, consolidadas e, possivelmente, modificadas ao longo do tempo. A importância da prática representacional é avaliada por Moscovici (2009, p. 287) como sendo “a força da sociedade que se comunica e se transforma”. Ao serem criadas por meio das relações entre indivíduos, as representações “adquirem uma vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem”, analisa Moscovici (2009, p. 41), e complementa que “as categorias e sentidos através dos quais nós ‘escolhemos’ conferir uma característica às pessoas, ou propriedades aos objetos, se modificam” (2009, p. 212). O autor exemplifica:

Como exemplos, nós “escolhemos” descrever um alimento pelo seu gosto ou pelo seu valor protéico, de acordo com a cultura à qual pertencemos ou pelo uso que nós queremos fazer dele. Torna-se impossível exigir que todas essas qualidades sejam reduzidas a uma única qualidade “verdadeira”. Isso implicaria que exista uma realidade dada, totalmente acabada, para esse alimento, que é imposta a nós independentemente da representação que nós compartilhamos (MOSCOVICI, 2009, p. 212).

Já que não há qualidades únicas “verdadeiras” a respeito das coisas, as práticas representacionais fazem o uso de modelos, denominados estereótipos, para uniformizar a significação e contribuir com a interpretação. Sendo tanto positivos quanto negativos, os estereótipos, enquanto conjunto de práticas representacionais, “reduz[em] as pessoas a umas poucas características simples e essenciais, que são representadas como fixas por natureza” (HALL, 2016, p. 190), fazendo parte da manutenção da ordem social e simbólica (HALL, 2016, p. 192). Moscovici (2009, p. 64) entende que, na representação, são feitas classificações, que comparam as pessoas a um protótipo, os quais, na maioria das vezes, são aceitos como representantes de uma classe, definidos através de aproximações ou coincidências.

Para Hall (2016, p. 191), os estereótipos realçam características simples, vívidas, dignas de serem mantidas na memória, facilmente apreendidas e amplamente reconhecidas de uma pessoa; com isso, exageram ou simplificam, e estabelecem características para serem sempre consideradas, sem prospectiva de mudança ou desenvolvimento; é por isso que *“a estereotipagem reduz, essencializa, naturaliza e fixa a ‘diferença’”* (HALL, 2016, p. 191, grifos do autor). Além disso, o autor aponta um segundo argumento, o de que o estereótipo situa uma estratégia de “partição” (HALL, 2016, p. 192); isso quer dizer que o estereótipo separa o normal e o aceitável do anormal e inaceitável, e com isso expulsa tudo que não cabe, tudo que é diferente, resultando em “clausura”, estabelecendo limites e excluindo tudo o que não lhe

pertence. Um terceiro ponto ainda levantado pelo autor é que “*a estereotipagem tende a ocorrer onde existem enormes desigualdades de poder*” (HALL, 2016, p. 192, grifos do autor).

Os reflexos da representação por meio de estereótipos são perceptíveis tanto visualmente quando através de significações geradas, conforme explica Hall (2016, p. 200, grifos do autor):

Os estereótipos referem-se tanto ao que é imaginado, fantasiado, quanto ao que é percebido como “real”, e as reproduções visuais das práticas de representação são apenas metade da história. A outra metade – o significado mais profundo – encontra-se *no que não está sendo dito, mas está sendo fantasiado, o que está implícito mas não pode ser mostrado.*

Moscovici entende que as formas de representações exercem coerções e constituem a sociedade, já que “o conhecimento e as crenças têm uma existência antes, durante e depois das existências dos indivíduos singulares. [...] Isso significa que elas possuem uma realidade que, embora simbólica e mental, é tão real, se não mais real, que uma realidade física” (2009, p. 287). A análise do autor aponta que os preconceitos somente podem ser superados pela mudança das representações sociais da cultura, da “natureza humana”, e assim por diante (MOSCOVICI, 2009, p. 66).

Hall também aposta na mudança das representações sociais para reduzir a utilização de estereótipos que desqualificam pessoas e criam imagens pejorativas a respeito de grupos. Em sua análise sobre estereótipos raciais, o autor demonstra três tipos possíveis de estratégias de transcodificação, que consistem em utilizar um significado já existente e reapropriá-lo em novos significados. De acordo com Hall (2016, p. 212), “diferentes estratégias de transcodificação foram adotadas desde a década de 60, quando as questões de representação e poder adquiriram centralidade na política contra o racismo e em outros movimentos sociais”.

A primeira contra estratégia citada pelo autor consiste em reverter a avaliação dos estereótipos populares, apontando significados contrários aos já estabelecidos, ou seja, valorizando positivamente todas as características que normalmente tinham estereótipos negativos. Apesar de considerar essa situação como um avanço, o autor apresenta a crítica de que escapar das garras de um extremo do estereótipo pode simplesmente significar cair na armadilha do estereótipo do outro (HALL, 2016, p. 212-215).

A segunda contra estratégia do regime de representação dos/as negros/as e da cultura negra consiste em substituir a imagem retórica “negativa”, do regime dominante de representação, e utilizar imagens “positivas”. Segundo o autor (HALL, 2016, p. 216, grifos do

autor ), esta abordagem tem a vantagem de estabelecer equilíbrio, já que é sustentada por uma aceitação, ou aclamação, da diferença: ‘Ela inverte a oposição binária, privilegiando o termo subordinado, por vezes lendo o negativo de forma positiva: “*Black is Beautiful*”. Tenta construir uma identificação positiva a partir do que era desprezado’. De maneira crítica, Hall avalia que esta estratégia aumenta a diversidade de formas pelas quais é representado o fato de “ser negro”, mas não necessariamente remove as imagens negativas já institucionalizadas.

O autor aponta ainda uma terceira contra estratégia, que tenta contestar a representação em seu próprio interior, levando em conta as complexidades e ambivalências, e é mais preocupada com as formas de representação do que com apresentar um novo conteúdo. Para Hall (2016, p. 219), esta estratégia busca fazer os estereótipos funcionarem contra o poder e a subordinação: “[Esta contra estratégia] aceita e funciona juntamente com o caráter instável e mutável do significado e entra, por assim dizer, em uma luta pela representação, embora reconheça que não haverá vitória final, pois não existe possibilidade de fixar os significado”, já que ele não pode jamais ser definitivamente estabelecido.

Em razão desta instabilidade na produção de significados, entendemos que a formação de estereótipos, tanto de forma negativa quanto positiva, é uma prática que está sempre sujeita a gerar ressignificações. Levando em conta o caráter culturalmente construído das representações sociais a respeito da “realidade”, ressaltamos que no universo social o ser humano e a sociedade se estabelecem mutuamente. Destas relações originam-se as práticas representacionais que se refletem na formação de identidades. Com isso, justifica-se a relevância em analisar as representações a cerca de grupos sociais vulneráveis às relações de poder cristalizadas ideológica e culturalmente.

## 2.2 REPRESENTAÇÃO MUDIÁTICA

Neste trabalho, entendemos que o ato comunicacional, concebido na relação entre codificador e decodificador - é constituinte essencial da representação social que fazemos constantemente a respeito de pessoas, objetos e acontecimentos, por meio de signos e suas significâncias. Esta representação sempre possui interferências subjetivas, a partir das expressões de realidade que construímos de acordo com a socialização, os hábitos, a cultura, a forma como somos condicionados a ver e relatar as situações cotidianas. De forma mais recente, autores da Comunicação Social têm evidenciado a Representação como constituinte de toda construção informativa que circula midiaticamente. No processo midiático, esta forma de ver a

realidade é representada através da linguagem e dos discursos, tanto textual quanto visual, e constitui-se enquanto representação midiática.

De acordo com Braga e Menezes (2014, p. 11) “as representações sociais são características das sociedades modernas, em detrimento do desenvolvimento tecnológico e das comunicações”. Os mesmos autores colocam os meios de comunicação como operadores centrais do comportamento do homem social e da maneira como este partilha, compartilha e transforma o conhecimento, já que “a mídia, com suas dinâmicas e simbologias, influencia a sociedade na construção da realidade social e, conseqüentemente, nas representações sobre o mundo” (BRAGA e MENEZES, 2014, p. 5). Ambos afirmam também que “na sociedade contemporânea, o papel da comunicação de massa é central para as representações sociais, visto que são um componente cultural de forte influência nas representações da sociedade” (BRAGA e MENEZES, 2014, p. 7).

A Comunicação figura como suporte para as Representações Sociais, pois difunde o saber de várias sociedades e cria – e recria – as representações existentes na sociedade, em diversos grupos. As representações sociais fazem parte do pensamento social, dizem respeito de um conteúdo estruturado acerca de um fenômeno ou objeto socialmente relevante (BRAGA e MENEZES, 2014, p. 1 e 2).

Tendo em vista a capacidade análoga dos meios de comunicação na influência da sociedade a partir da apresentação de realidades construídas socialmente, percebemos que as representações sociais servem para estabelecer conexões e uniformizar as visões de mundo. De acordo com Morigi (2004, p. 6), as representações sociais disseminadas pelos meios de comunicação se constituem como realidades, as quais passam a integrar o perfil da opinião pública em forma de discurso da atualidade, tornando-se parte do senso-comum. Este envolvimento da sociedade com a comunicação tornou-se mais visível e complexo, segundo o autor (2004, p. 2) a partir do século XX, quando os meios de comunicação de massa adquiriram maior espaço no mundo social e começaram a ocupar uma centralidade na vida social e cultural.

Para compreender esta relação entre representação e mídia, tomamos como base Soares (2007), autor que faz um mapeamento sobre a diversidade disciplinar que origina e caracteriza o conceito de representações midiáticas, e distingue quatro ordens de problemas distintos e complementares ligados ao conceito de representações. Primeiramente, Soares (2007) apresenta e conceitua a chamada representação mental, segundo a qual, “o significado de uma palavra se encontraria sempre na representação mental que essa palavra exprime” (Prado Júnior, 1961, apud Soares, 2007, p. 48). Introduzida pela filosofia medieval, a partir de Kant e Descartes, este conceito de representação é utilizado para retratar as semelhanças com o objeto ou coisa

representada e recebe a função semântica de signo, ao representar algo ausente. Por este viés, a “representação é tomada, por alguns autores, como um construto hipotético para explicar o funcionamento da mente” (Soares, 2007, p. 48), levando em conta que o mundo cognoscível é constituído de representações, as quais são marcadas pelas limitações dos nossos sentidos e das nossas capacidades cognitivas. O autor (2007, p. 48) complementa que, “contemporaneamente, as noções de representação mental e de intencionalidade se tornaram objeto da filosofia da mente, que considera o pensamento um estado mental sobre algo diferente de si mesmo, apresentando, pois, uma natureza representacional”.

Sobre uma segunda visão, surgida a partir do século XIX, que se baseia nos determinantes sociais das representações, Soares (2007, p. 48 e 49) apresenta perspectivas distintas que enfocam a produção social das ideias e o papel das estruturas sociais e conjunturas históricas na constituição das representações. Marx e Engels são apresentados como formuladores iniciais dos determinantes sociais das representações; estes autores utilizam o termo *ideologia* para referir-se à influência das estruturas sociais na formulação das representações vigentes, de acordo com cada época histórica (Marx e Engels, 1983, apud Soares, 2007, p. 49); para eles, as ideologias são representações conceituais de caráter político que configuram a realidade social a partir do prisma de uma classe, destacando-se neste processo a classe dominante, já que esta é a única que tem meios para dedica-se à elaboração de ideias.

Soares (2007, p. 49) apresenta também a perspectiva determinante de Durkheim, o qual propõe, no início do século XX, o conceito de representações coletivas, para indicar categorias de pensamentos que traduzem estados das coletividades. Para este autor, a estrutura social é considerada determinante das categorias de pensamento, mediada pelas instituições religiosas, morais, econômicas, etc.

Outro ramo das determinações sociais das representações apresentado por Soares é o da Sociologia do Conhecimento, que ganhou forças com o estudo da construção social da realidade, realizado por Berger e Luckmann, em 1983. O autor destaca ainda a influência das determinantes sociais na Psicologia Social, por meio do conceito proposto por Moscovici, em 1961, o qual critica as representações coletivas de Durkheim e sublinha que as representações sociais são originadas nas comunicações interpessoais da vida cotidiana.

Ainda sobre as determinantes sociais da representação, Soares (2007, p. 49) introduz à discussão a visão representacional de Foucault, elaborada em 1995, baseada nas formações discursivas, ao defender que as falas singulares das pessoas não são livres, neutras e independentes, mas expressas pela regularidade entre os conceitos e escolhas temáticas dos

falantes (Gregolin, 2006, apud Soares, 2007, p. 49). De acordo com Hall (1997, apud Soares 2007, p. 50), a grande contribuição de Foucault ao estudo das representações advém da força de seu conceito no discurso, entendido como um sistema de representação, um conjunto de afirmações que produz conhecimento sobre um assunto num dado momento histórico.

Após apresentar os autores marxistas e sociólogos, que “analisaram um mundo em que a comunicação era predominantemente linguística e literária” (SOARES, 2007, p. 50), o autor introduz a perspectiva teórica das representação midiáticas, que ganharam espaço após a disseminação dos meios audiovisuais, ao longo do século XX, e defendem a existência do realismo, acreditando no caráter produzido da representação. De acordo com esta visão, os conceitos e argumentos dos autores estão implícitos na representação, e são naturalizados pelo registro fotográfico, adicionado de movimento, som, cores e difusão eletrônica e digital; por isso, a crítica à representação midiática foca-se na fotografia, no cinema e na televisão, a fim de revelar o caráter construído das representações (SOARES, 2007, p. 50). A respeito deste tipo de representação, o autor avalia:

As marcas dessa produção podem ser obliteradas sutilmente, ficando invisíveis, tanto no caso dos discursos verbais quanto nas imagens fotográficas ou eletrônicas. Como aparentam ser ou mesmo se apresentam como um retrato do mundo, essas representações instauram ou sancionam, homologam, naturalizam certos vieses, sugerindo que esse é o modo de ser da sociedade representada, de modo a fixar ou a confirmar estereótipos étnicos, sociais, de gênero, profissionais. Trata-se ora da instauração de padrões “normais” ou “modelos”, ora de imagens pejorativas ou idealizadas de populações, categorias sociais, minorias, etc (SOARES, 2007, p. 51).

Este mesmo autor analisa ainda um quarto tipo de estudo das representações, surgido recentemente e denominado representação distribuída, o qual defende que “a representação inclui tanto agentes humanos, seus padrões de comunicação e práticas, quanto os artefatos materiais, dispositivos e instrumentos que suportam a disseminação do conhecimento pelo sistema” (SOARES, 2007, p. 53). A representação distribuída considera as representações mentais, os processos sociológicos e as representações midiáticas como instâncias que incidem umas sobre as outras e retroagem, de forma dinâmica; os meios internos (memória, experiência) se entrelaçam com meios externos (dados, diagramas, gráficos, instrumentos, painéis). A avaliação de Soares sobre essa abordagem aponta para uma supremacia das representações midiáticas ainda na atualidade:

Embora, numa perspectiva distributiva, possam ser identificadas múltiplas agências de representação, como os indivíduos, grupos, a escola, o partido, o sindicato, para a maioria das pessoas, os meios se tornaram os provedores primordiais de

representações sobre o estado da sociedade e do mundo. Por isso, as narrativas do campo mediático são objeto de uma quantidade de estudos analíticos, pondo em evidência a construção de representações sobre a sociedade, os acontecimentos, categorias sociais, etc (SOARES, 2007, p. 55).

Percebemos, com isso, que os meios de comunicação são intrínsecos aos estudos representacionais; em decorrência disso, grande parte destas pesquisas se direcionam à análise das mídias. A importância do componente cultural na teoria das representações está relacionada à realidade que é produzida e propagada. Morigi (2004, p. 9) entende que o “real”, socialmente produzido pelos meios, é produto de uma série de interações e movimentos de sentidos, perpassado por estilos, estéticas, discursos e culturas de diferentes campos de origem. O autor afirma que os acontecimentos são submetidos a um tratamento técnico-estético pela mídia, que passa por processos de construção e reconstrução de realidades, a fim de atingir um modelo socialmente consumido na atualidade. Esta visão de consumo midiático padronizado é ressaltado por Morigi (2004, p. 5):

A produção de realidade, sob forma de inflação e de banalização dos sentidos, coloca as ideias e as formas de pensamentos que circulam no espaço público no mesmo patamar das mercadorias produzidas em série que devem ser consumidas na mesma velocidade em que são produzidas.

Esta construção de novas realidades por meio da máquina midiática é feita, na visão de Braga e Menezes (2014), em grande parte através de imagens visuais, que recriam o objeto representado e o trazem à tona novamente, sob a forma de símbolos, construindo uma nova realidade para a realidade anteriormente percebida. Para Jovchelovych (1995, p.79, apud Braga e Menezes, 2014, p. 5) estes símbolos são “pedaços de realidade social mobilizados pela atividade criadora de sujeitos sociais para dar sentido e forma às circunstâncias nas quais eles se encontram”. Braga e Menezes (2014, p. 5) ressaltam, ainda, que os símbolos são perpassados pela linguagem e pela mídia; esta confirma, constrói e/ou modifica-os em uma sociedade.

Soares (2007, p. 53) afirma que a problemática destas práticas está no fato de que a representação, ao invés de ser percebida como um substituto simbólico de algo, é tomada, muitas vezes, involuntariamente, pela audiência como o próprio objeto ou assunto representado, sendo usada como seu equivalente. Braga e Menezes (2014, p. 6) complementam que a representação é preocupante na medida em que “o conhecimento advindo da mídia não é oferecido ao público como um dos possíveis, mas como o único possível”.

O uso de imagens midiáticas utilizadas com o objetivo de representar indivíduos e coisas, muitas vezes baseadas no senso comum, são também alvos de críticas tendo em vista a

propensão que possuem para formularem generalizações e estereótipos. Soares (2007, p. 51) acredita que as imagens fotográficas e eletrônicas são as formas mais usuais para que as representações sejam naturalizadas em padrões, que aparecem no contexto discursivo como casualidades, insinuações e/ou pistas visuais. Para o autor, as intervenções sutis do criador de um texto são potencialmente capazes de influenciar as percepções sobre pessoas, gêneros, grupos sociais e categorias, o que contribui para o estabelecimento ou o reforço dos estereótipos (SOARES, 2007, p. 51).

A imagem fotográfica, neste sentido, pode ser facilmente compreendida pela audiência como reflexo de uma realidade única. Para Soares (2007, p. 50) o registro fotográfico naturaliza as representações visuais e encenações midiáticas, já que possibilita que os conceitos não sejam expressos claramente, mas sim que estejam implícitos nos aspectos visuais. Resende (2009, p. 10) concorda com a influência fotográfica e afirma ainda que “as imagens produzidas pelas máquinas têm cumprido, de certa forma, a função de nos explicar o mundo, servindo como objetos facilitadores; quando vemos o que é ‘dito’ pelas imagens, acreditamos ter ali o mundo fielmente representado”.

De forma complementar, Soares (2007, p. 51) afirma que a onipresença dos meios faz com que as representações midiáticas sejam as mais profundas e importantes nos estudos de comunicação. O autor analisa ainda que “a pesquisa das representações da cultura mediática tem como foco mais recorrentes as da mulher, das minorias e das etnias, embora, em princípio, qualquer assunto possa ser objeto de estudo enquanto representação” (SOARES, 2007, p. 51).

Conhecemos as representações sociais como dinâmicas e variáveis de acordo com momentos históricos e culturais. Para completar, a atualização e remodelação constante dos meios de comunicação pelas tecnologias e as avaliações das práticas sociais enquanto relativistas nos tornam incapazes de projetar o futuro da teoria representacional. De qualquer forma, assim como Morigi (2004, p. 11), entendemos que analisar esta prática é uma importante ferramenta para compreender o modo como a sociedade se organiza e dissemina formas de pensamento. Pela maneira como a mídia combina e utiliza as suas estratégias de comunicação, podemos avaliar as lógicas de produção e circulação de sentidos, que dão sustentação a determinados discursos e práticas, e conseqüentemente interferem nos modos de conceber o mundo e interagir socialmente (MORIGI, 2004, p. 11 e 12).

A representação midiática mostra-se, portanto, como instância legitimadora de práticas sociais, capaz de criar e moldar valores socioculturais. O conhecimento advindo da mídia é recebido pela audiência, muitas vezes, como o único possível, que expressa uma única realidade



a respeito de acontecimentos, grupos e indivíduos. A linguagem midiática, tanto textual quanto imagética, gera a ilusão de um mundo fielmente representado; como consequência da padronização das representações, muitas realidades são invisibilizadas. Em razão disso, e também da difusão massiva de conteúdos na atualidade, a realidade representada nos meios carrega consigo responsabilidades, tanto nas novelas, filmes, séries, quanto nos produtos publicitários, jornalísticos, entre outros.

### 2.3 O JORNALISMO COMO CONSTRUTOR DA REALIDADE

Schmitz (2011, p. 7) define o jornalismo atual como “um fenômeno do século XIX e uma invenção anglo-americana, por ser informativa e não publicista, ou seja, a notícia centrada no fato, a busca da verdade, a independência, a objetividade e a prestação de serviço público”. Ao mesmo tempo em que utiliza a singularidade como essência da notícia, a prática jornalística tradicional considera o caráter de objetividade, sendo esta última “uma característica exigida na prática e motivo de discórdia entre os teóricos” (SCHMITZ, 2011, p. 15). Esta definição, popularmente e academicamente aceita, é uma das mais abrangentes e, podemos dizer, até mesmo idealizada do jornalismo. Apesar disso, a ideia de verdade do fato e a base da objetividade são princípios postos em discussão por inúmeros/as autores/as.

Neste trabalho, analisamos o jornalismo a partir da teoria construcionista e o consideramos uma forma de conhecimento social. Entendemos que a notícia é permeada pela construção social da realidade, porque leva em sua constituição a subjetividade do indivíduo que a produz, o qual possui suas próprias particularidades e adota, mesmo que involuntariamente, as particularidades da sociedade na qual está inserido. Logo, discutimos a subjetividade do jornalista na construção de uma verdade sobre determinado fato, colocando em voga o caráter objetivo da profissão.

Rodrigo Alsina (2009, p. 11), ao pensar o jornalismo pela perspectiva da construção social da realidade, entende a notícia como uma realidade simbólica, pública e cotidiana. “Os jornalistas são, como todo o mundo, construtores da realidade ao seu redor. Mas também conferem estilo narrativo a essa realidade, e, divulgando-a, a tornam uma realidade pública sobre o dia-a-dia”, afirma. De acordo com Veiga (2010, p. 26) a corrente teórica construcionista rechaça a visão instrumentalista das notícias e reconhece a centralidade do jornalista, por considerar seus valores incidindo na produção das realidades sociais, pela compreensão das complexas relações destes com a sociedade.

Rodrigo Alsina apresenta a temática de uma forma globalizante, já que não entende o jornalismo como o único e exclusivo construtor da realidade: “Esse processo é, ao mesmo tempo, social e intersubjetivamente construído”, analisa (2009, p. 46). Ao mesmo tempo, o autor (2009, p. 46) admite que a atividade jornalística carrega consigo um papel socialmente legitimado para gerar construções da realidade publicamente relevantes.

Pela perspectiva marxista, o mesmo autor complementa que “essa concepção bate de frente com o conceito tradicional da objetividade jornalística” (RODRIGO ALSINA, 2009, p. 14). E ousa dizer ainda que “essa mesma objetividade é um empecilho para a comunicação, pois não permite que o jornalista exerça a sua originária função de intérprete autônomo dos acontecimentos” (RODRIGO ALSINA, 2009, p. 221). Para o autor, o jornalismo dito objetivo é utilizado pelo governo, pelas instituições legitimadas e pela elite política, que desejam transmitir ao público suas próprias opiniões e interpretações da realidade (RODRIGO ALSINA, 2009, p. 221).

O campo jornalístico é problematizado também por Resende (2009, p. 4), o qual avalia que, no Brasil, o jornalismo é um campo que se constitui muito mais a partir de uma prática, um fazer desprovido de reflexão, do que de uma práxis. Devido a isso, conforme este autor (2009, p. 12), “além de ser importante saber o que o discurso diz, é fundamental investigar o que ele faz”. Resende complementa que, no campo das mídias, é corrente a ideia de que a verdade está antes no que o discurso diz, no seu enunciado, nunca, porém, no que ele faz ou mesmo no que ele é (RESENDE, 2009, p. 12). Devido a isso, no jornalismo, utiliza-se, frequentemente, a Representação enquanto verdade. Entretanto, é preciso ter em mente que “as imagens e os textos que produzimos, inclusive no jornalismo, são representações plenas de ideologia e cultura” (RESENDE, 2009, p. 12). “Neste aspecto, o jornalismo, ainda que não de forma exclusiva, é exemplar na reiteração deste pressuposto: quem fala e de onde fala são critérios absolutamente relevantes e definidores do que é ou deixa de ser verdade”, ressalta Resende (2009, p. 7).

Entretanto, acreditar na construção social da realidade não significa negar sua existência de fato. Rodrigo Alsina (2009, p. 251) explica: “partimos da premissa de que a realidade existe de forma objetiva, independentemente do sujeito, mas nem sempre o reflexo da realidade que a imprensa nos traz é verdadeiro ou fiel”. Isso acontece porque, de acordo com esta perspectiva, os meios de comunicação permitem a visibilidade de certas realidades, mas, ao mesmo tempo, não refletem outras tantas (RODRIGO ALSINA, 2009, p. 290). “Os meios de comunicação não são ‘tabeliões’ da realidade social, são intérpretes”, ressalta Rodrigo Alsina (2009, p. 291).

Esta interpretação que os meios fazem de uma realidade social pré-existente precisa receber credibilidade do público, senão não tem valor. Para que a construção da realidade da informação se constitua de forma eficiente e significativa, Rodrigo Alsina (2009, p. 230 e 231), afirma que deve existir uma ligação entre quem produz a informação e quem a consome, reconhecendo-a. “Para que esse efeito de realidade seja gerado, deve-se ter um ponto de referência normativo, uma espécie de ‘horizonte social cognitivo’”, complementa (2009, p. 230). Para que isso se efetive, o autor aponta a necessidade de um convênio social em que se constate que os/as jornalistas estão preparados e legitimados para informar e moldar a realidade do dia-a-dia.

Schmitz (2011, p. 15) afirma que as fontes utilizadas para noticiar são constituintes essenciais na produção da realidade jornalística, já que, segundo ele, para mediar a realidade, o/a jornalista se vale do conhecimento das fontes na fase de produção da notícia, quando ele/ela busca a informação para depois informar os/as outros/outras. O autor avalia ainda que o/a jornalista exerce uma função pública, para a qual não foi eleito, tendo que servir simultaneamente tanto aos interesses públicos quanto da organização privada que vende a notícia e gera lucros (SCHMITZ, 2011, p. 58).

A dualidade da profissão jornalística mercadológica, que leva em conta interesses públicos e privados, é determinante para a construção de uma realidade ideologicamente projetada. Rodrigo Alsina (2009, p. 251) confirma que “os interesses financeiros, políticos e publicitários exercem um controle inevitável na produção da informação” e aponta que esta situação dual faz com que o/a jornalista interprete os acontecimentos com base em limitações pessoais e profissionais: “As limitações pessoais acontecem pelos seus conhecimentos e pela sua ideologia. As limitações profissionais se referem ao meio de comunicação para o qual trabalham e à projeção social de sua atividade”. Schmitz (2011, p. 8), em consonância, afirma que o campo jornalístico se articula com os campos políticos, econômicos e sociais; em vista disso, está sujeito às relações comerciais, às pressões do público, às ações dos/das jornalistas, aos interesses sociais, políticos e culturais.

Percebemos com isso que a realidade projetada jornalisticamente leva em conta não apenas o lugar do/da jornalista enquanto indivíduo social, mas também a posição deste/desta frente a necessidade de entregar uma informação que seja aceita pelo seu público. Neste cenário, “os discursos jornalísticos tornam-se expressões máximas do que é verdadeiro; e é com eles, vale dizer, que construímos os nossos modos de compreender e ver o mundo, visões que tecem nossa percepção do outro e nossa maneira de lidar com o diferente ou o semelhante” (RESENDE, 2009, p. 6). Fazendo comparações com as teorias foucaultianas, Resende (2009,

p. 6, grifos do autor) aborda o papel da mídia na atual conjuntura como reguladora e estabilizadora da verdade socialmente aceitável:

Se para Foucault, as sociedades do saber eram outrora as instâncias legitimadoras de uma fala que se pretendia verdadeira, podemos supor que hoje a mídia, com o seu amparo institucional e através dos seus objetos que produzem falas, constitui-se como uma instância fundamental, porque certamente reguladora e mantenedora de um *status quo* que visa à ordenação dos fatos que tecem nossas relações sociais.

Veiga (2010, p. 41 e 42) concorda que o papel do/a jornalista no processo de criação das notícias e, concomitantemente, na construção de realidades é fundamental para a compreensão dos valores circulantes em uma sociedade e para a formação de uma normatividade. A autora, no entanto, afirma que esse processo não é unilateral, ou seja, não depende exclusivamente do/a jornalista, já que tem a ver também com a rotina de produção do órgão de informação para o qual o/a jornalista presta serviços, como também da classe social da qual o/a profissional é oriundo/a e com a visão de mundo que ele/a partilha. O/A jornalista produz informação em um processo de permanente troca com a sociedade na qual está inserido/a. “O que ‘significa’ o real para estes profissionais será, então, norteador do que é produzido e veiculado como ‘verdade’ nos meios de comunicação”, destaca Veiga (2010, p. 42). A autora complementa (2010, p. 42) que as visões de mundo dos/as jornalistas são influenciadoras a ponto de ajudarem a estabelecer padrões de normalidade e anormalidade, certo e errado; a notícia, neste contexto, é baseada em parâmetros que se aproximam dos valores dominantes e normatizadores da sociedade.

Para Rodrigo Alsina (2009, p. 308) a realidade e a verdade que são passadas por meio das notícias se produzem no denominado “mundo possível”, que é construído pelo/a jornalista a partir do mundo “real” e do mundo que lhe é referência. Ele explica: “o mundo possível é o mundo narrativo construído pelo sujeito enunciador, a partir dos outros dois mundos citados. Se no mundo “real” era produzida a verificação e no mundo de referência era determinada a verossimilhança, no mundo possível se desenvolve a veracidade” (ALSINA, 2009, p. 310). Construído dessa forma, o mundo possível, involuntariamente, será marcado pela subjetividade do/a enunciador/a.

Esta referência que determina o mundo a ser representado no jornalismo recebe influências da cultura na qual se insere. Veiga (2010, p. 43) avalia os/as jornalistas como autorreferentes e pouco reflexivos/as sobre suas práticas; ela afirma que, assim como grande parte dos grupos sociais, os/as jornalistas refletem o etnocentrismo, na maioria das vezes relacionado aos valores da cultura hegemônica vigente:

Parecem pouco afeitos à relativização: a perceber o significado das coisas nos contextos em que acontecem, a compreender o 'outro' nos seus próprios valores e não nos seus, a compreender que existem outras verdades da vida, que "são menos uma questão de essência das coisas mas uma questão de posição"(ROCHA, 1993, apud VEIGA, 2010, p. 43).

Este posicionamento é evidenciado nas imagens e nos textos que o/a jornalista produz. Castro-Gómez (s/d, p. 3, apud Resende, 2009, p. 1) afirma que "o ponto de largada dos Estudos Culturais são [...] os dispositivos a partir dos quais os bens simbólicos (a cultura) são produzidos e oferecidos ao público como mercadoria". No contexto contemporâneo, Resende (2009, p. 14) afirma que é significativo compreender que "informar, ou produzir imagens e textos nos discursos cujos procedimentos internos são pautados por uma classificação de informações, significa dar forma ideológica e cultural aos fatos preexistentes".

Entender a notícia como uma realidade objetiva seria, por este viés, um equívoco, já que a verdade, tanto no jornalismo quanto em qualquer outra esfera social, é construída de acordo com a cultura, a visão de mundo e as referências dos indivíduos; em relação ao jornalismo, remete também às influências mercadológicas com as quais a produção enquanto mercadoria se depara constantemente. As práticas devem ser analisadas levando em conta as complexas relações do/da jornalista com a sociedade para a qual presta serviços. Os relatos jornalísticos, portanto, interferem involuntariamente nas representações sociais geradas, independentemente do meio em que são veiculados.

#### 2.4 A REPRESENTAÇÃO IMAGÉTICA

No meio jornalístico, a construção da notícia acontece por meio das mais variadas linguagens. As linguagens mais utilizadas, tradicionalmente, em periódicos impressos e/ou digitais são o texto escrito e a imagem fotográfica. Baseando-nos em Joly (2007, p.142) entendemos que texto e fotografia são focos complementares de investigação, já que, segundo ela, as imagens engendram palavras que engendram imagens, num movimento sem fim. "As imagens transformam portanto os textos, mas os textos, por sua vez, transformam as imagens", sustenta Joly (2007, p. 153).

Para trabalhar a representação por meio de imagens, devemos levar em conta que a imagem, enquanto instrumento de comunicação, assemelha-se ou confunde-se com aquilo que ela representa; sendo assim, "a imagem tornou-se sinônimo de *representação visual*" (JOLY,

1994, p. 41, grifo da autora). A autora explica que uma imagem é, antes de mais nada, algo semelhante, que representa uma outra coisa:

Se ela se assemelha é porque ela não é a própria coisa; a sua função é pois a de evocar, a de significar outra coisa que não ela própria utilizando o processo da semelhança. Se a imagem é entendida como *representação*, tal significa que a imagem é entendida como *signo* (JOLY, 1994, p. 43, grifo da autora).

Sendo a imagem uma forma de representação, caracterizada como *signo*, é inerente a ela o caráter construído, seja ele operacionalizado de forma proposital ou desinteressada. Falando-se em fotografia, a construção se comprova pelas escolhas que são feitas já no momento em que a foto é tirada. Joly (2007, p. 149, grifo da autora) afirma que “tanto a fotografia como a sua significação foram *construídas*”, já que o enquadramento, a iluminação, a pose do modelo, o ângulo da tomada de vista são formas de construção das imagens. Em razão disso, a autora avalia que “aquilo que a fotografia significa, o seu sentido, foi construído de maneira perfeitamente convencional e cultural” (JOLY, 2007, p. 149); e complementa que, mesmo nas mensagens visuais que nos parecem mais *realistas*, existem numerosas diferenças entre a imagem e a realidade que se propõe a representar (JOLY, 2007, p. 46).

Em relação aos aspectos técnicos das fotografias, Sousa (2014, p. 67 e 68) propõe que a significância existente na escolha feita pelo fotógrafo se deve a três elementos: o enquadramento, o plano e o ângulo. O autor explica que o primeiro elemento corresponde ao espaço real visível ditado pelo fotógrafo para ser representado na fotografia; já o plano é onde o enquadramento se concretiza, baseado na pessoa ou objeto representado, e gera efeitos diferentes ao nível da expressividade fotográfica; o ângulo de tomada de imagem, por sua vez, é o ângulo que a máquina fotográfica forma com a superfície, o qual também se materializa no plano.

Os planos, segundo Edgar-Hunt, Marland e Rawle (2013, p. 124-125), são divididos em seis tipos. O grande plano geral mostra fundos com grande amplitude e pessoas pequenínissimas. O plano geral é fundamentalmente informativo, serve para situar o objeto fotografado em um fundo, e retrata as pessoas de forma a torná-las visíveis de corpo inteiro. O plano americano é um pouco mais recortado que o geral e enquadra as pessoas do joelho para cima. Já o plano médio dá mais ênfase às figuras fotografadas; em relação às pessoas, é feito da cintura para cima. O Close-up enfatiza detalhes individuais, como faces, mãos e pequenos objetos. O primeiríssimo-plano, enfim, é o que isola detalhes específicos, como olhos e lábios.

Já o ângulo pode ser caracterizado como normal, quando a tomada da imagem é paralela à superfície, e oferece uma visão objetivante sobre a realidade representada; *plongée*, quando a tomada é feita de cima para baixo, e tende a desvalorizar o motivo fotografado; ou *contraplongée*, quando a tomada faz-se de baixo para cima, e tende a valorizar o sujeito visível na foto (SOUSA, 2014, p. 68).

O mesmo autor aponta ainda que, a menos que a figura preencha todo o enquadramento, ela percebe-se sobre um fundo. “As relações figura-fundo são dinâmicas. Os elementos que se encontram no fundo, tal como aqueles que rodeiam o motivo, em princípio contribuirão para que à foto seja atribuído um sentido por parte do observador”, explica (SOUSA, 2014, p. 72). Assim, o que se coloca em primeiro plano, nos planos secundários e no plano de fundo torna-se extremamente importante, quer para dar força visual à imagem, quer para realçar certos conteúdos, sublinha o autor (SOUSA, 2014, p. 72).

Além dos elementos de ordem técnica, há também os aspectos subjetivos que interferem na construção das imagens. Joly (2007, p. 58 e 59) aponta que, para melhor compreender aquilo que a mensagem apresenta concretamente, devemos imaginar o que nela poderia ter aparecido diferente, já que tanto a presença como a ausência de um elemento resultam de uma escolha que a análise deverá tomar em consideração, porque a escolha é feita a partir de associações mentais que podem ser de diferentes naturezas. “O simples fato de notar, em publicidade, no jornalismo, na política ou outra atividade, que determinado argumento é apresentado por um homem (e não por uma mulher) é necessariamente significativo e deve ser interpretado”, exemplifica a autora.

Sendo assim, mostra-se relevante analisar as imagens jornalísticas levando em consideração as particularidades do nosso objeto de estudo. De acordo com Pierre Bourdieu e Marie-Claire Bourdieu (2006), a população rural tem um comportamento peculiar frente o ato fotográfico. Em uma investigação sobre a inserção da fotografia em uma aldeia camponesa do sudoeste francês, feito em 1960<sup>4</sup>, Pierre Bourdieu e Marie-Claire Bourdieu (2006, p. 35) apontam que para as/os camponesas/es daquela época o ato de ser fotografado era visto como um luxo, já que direcionar dinheiro para esta prática enquadrava-as/os como aspirantes a valores urbanos. O autor e a autora (2006, p. 36) explicam:

---

<sup>4</sup> Entendemos que, passado mais de meio século da pesquisa de Bourdieu e Bourdieu (2006), a relação da população rural com as tecnologias e, especificamente com a fotografia, sofreu mudanças. Levamos em conta que as TICs fazem parte do cotidiano de grande parte das propriedades rurais, o que familiariza os agricultores e as agricultoras à prática de fotografar e constituir uma fotografia. Apesar disso, consideramos que as conclusões deste estudo mostram-se relevantes mesmo nos dias atuais, principalmente se levarmos em conta os costumes e modos de vida tradicionalmente cultivados no campo.

Associada à vida urbana, a prática da fotografia é vista como uma manifestação do desejo de parecer urbano, de se armar como um cavalheiro (*moussureya*). E então é vista como uma traição de novo-rico. “*S’en-monsieurer*” (literalmente, “encavalheirar-se”, *en-moussuri’s* em Béarnais) é uma dupla ofensa aos imperativos fundamentais da ética camponesa. Na verdade, isso significa sobressair-se renegando a sua existência como membro do grupo e como camponês.

Bourdieu e Bourdieu (2006, p. 37 e 38) complementam que esta negação à fotografia por parte da população camponesa faz com que os sujeitos adotem, frente à máquina fotográfica, uma postura que tende a expressar os valores rurais e, mais precisamente, o sistema de modelos que governa as relações com os outros na sociedade camponesa. “Os indivíduos apresentam-se, geralmente, de frente, no centro da fotografia, de pé e em corpo inteiro, o que quer dizer que ficam colocados a uma distância respeitável”, afirmam (BOURDIEU e BOURDIEU, 2006, p. 37); essa postura deve-se à preocupação dos/das camponeses/as em apresentar aos/às outros/as a imagem de si o mais honrosa possível, concluem (BOURDIEU e BOURDIEU, 2006, p. 37 e 38).

Apesar de a imagem ter uma significação única e estabelecida particularmente, apoiamo-nos em Barthes (2009, p.12, apud LEITÃO e SANTOS, 2012, p.138) para dizer que, na fotografia de imprensa, a estrutura não é isolada, já que comunica, pelo menos, com outra estrutura, que é o texto, tanto pela legenda das fotos, quanto pela legenda e/ou o artigo escrito. Joly (1994, p. 139) complementa que “analisar a imagem não deixa, entretanto, o texto jornalístico como secundário, já que as palavras completam a imagem, ou seja, dizem aquilo que a imagem dificilmente pode mostrar”.

De acordo com Barthes (1977, apud HALL, 2016, p. 144), em um texto jornalístico, a legenda faz a seleção dos vários significados possíveis da imagem, e o ancora com palavras. “O ‘significado’ da fotografia, então, não se encontra exclusivamente na imagem, mas na soma desta e do texto. São necessários dois discursos – o discurso da linguagem escrita e o discurso da fotografia – para produzir e ‘fixar’ o significado”, afirma Hall (2016, p. 144).

Em um conteúdo jornalístico, o significado é estabelecido, em grande parte, pelas fontes utilizadas, já que “o saber do jornalismo também é construído pela fonte, embora não se preste a devida atenção à sua relação com a mídia” (SCHMITZ, 2011, p. 11). De acordo com Schmitz (2011, p. 9)

fontes de notícias são pessoas, organizações, grupos sociais ou referências; envolvidas direta ou indiretamente a fatos e eventos; que agem de forma proativa, ativa, passiva ou reativa; sendo confiáveis, fidedignas ou duvidosas; de quem os jornalistas obtêm



informações de modo explícito ou confidencial para transmitir ao público, por meio de uma mídia.

Com base nisso, aponta-se que, para a leitura das fotografias, além de levar em consideração que a imagem é construída a partir de aspectos intrínsecos ao sujeito que as produz, é preciso levar em conta que ela é definida por componentes de ordem material, como os recursos técnicos, óticos e eletrônicos, e de ordem imaterial, através de significações mentais e culturais (LEITÃO E SANTOS, 2012, p. 139). No texto noticioso, a significância é construída desde a produção jornalística, que se dá, principalmente, pelo discurso das fontes utilizadas, as quais, além de opinarem sobre os fatos, detêm uma posição social, desempenham um papel, representam organizações, grupos sociais, etc (SCHMITZ, 2011, p. 56).

### 3. PRODUTORAS DO MEIO RURAL

Neste capítulo, apresentamos as duas principais vertentes que, interligadas, constituem-se como nosso objeto de estudo: o meio rural e as mulheres que nele produzem. De modo geral, apresentamos a constituição das relações entre homens e mulheres no campo, as dificuldades do trabalho desempenhado nas propriedades agrícolas – principalmente do feminino -, e trazemos à discussão a nova configuração das atividades agrícolas no círculo social, principalmente após a implantação, nas últimas décadas, de políticas públicas direcionadas ao público feminino rural. Por meio de autoras/es como Silva (2009) e Bonomo e Souza (2013), apresentamos algumas das conexões e dissonâncias existentes entre os espaços rural e urbano brasileiros, fixadas historicamente. Além disso, abordamos o cenário de atuação das mulheres do campo, com base principalmente nas autoras Brumer e Paulilo (2004), Pedro (2001), Kegler (2015), Heck e Langdon (2002) e Guimarães e Silva (2017).

De forma complementar e introdutória a este conteúdo, apresentamos o termo “mulher” a partir dos conceitos de “sexo” e “gênero”. Apesar de, neste trabalho, não termos condições de desenvolver uma discussão aprofundada sobre as problemáticas de gênero, expomos, de maneira resumida, concepções essenciais para a compreensão da temática, com base principalmente nas autoras Scott (1995) e Kirkwood (2017). De maneira geral, entendemos o gênero como uma construção social gerada a partir das diferenças percebidas entre os sexos biológicos; e consideramos que a luta das mulheres pela igualdade de gênero se dá tanto por meio de movimentos feministas como de forma autônoma.

Num segundo momento, fazemos uma revisão bibliográfica a partir de pesquisas recentes que se aproximam desta perspectiva de investigação. A partir das autoras Marques (2010), Bonomo e Souza (2013), Silveira e Schwartz (2017), Coelho (2012) e Kegler (2015) discorreremos sobre a visibilidade e a representação das populações rurais nos meios de comunicação, com foco para as análises que investigam as relações de gênero e o protagonismo (ou não) das mulheres no âmbito rural.

#### 3.1 ESTUDOS DE GÊNERO

A linha de pensamento utilizada neste trabalho considera que as relações existentes entre os sexos são determinadas por construções culturais, não biológicas, conhecidas atualmente pelo termo “gênero”. Ancorando-nos, principalmente, em Scott (1995) e em Kirkwood (2017),

entendemos que os conceitos de “sexo” e “gênero” são complementares, porém distintos; enquanto o primeiro diz respeito ao campo biológico, o segundo refere-se, unicamente, à criação social que normatiza as características tidas como masculinas e femininas. A discriminação de gênero, portanto, tem origem cultural.

De acordo com Kirkwood (2017, p. 31), ao falarmos em gênero, precisamos levar em consideração que a referência à palavra “mulher” e à feminilidade, tal como a conhecemos, não têm uma origem biológica, como tampouco é biológica a origem da masculinidade. Para a autora (2017, p. 23, tradução nossa), “as especificidades de discriminação da mulher são construídas social e culturalmente, então, podem e devem ser modificadas cultural e socialmente (‘não deixa de ser um alívio: não abandonar nosso sexo, mas desconstruir nosso gênero’)<sup>5</sup>.

A respeito desta relação entre “sexo” e “gênero”, Scott (1995, p. 76) pontua que “o uso de ‘gênero’ enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade”. Para esta definição, Scott (1995, p. 75) afirma que o gênero é visto como uma categoria imposta sobre um corpo sexuado, o qual torna-se uma forma de indicar as construções culturais sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres.

Em relação ao tema, Brumer e Paulilo (2004, p. 171) explicam que “a noção de gênero abrange a ideia de que a sociedade, por razões culturais, sociais, econômicas e políticas, atribui diferentes papéis a ambos os sexos”. Sobre isso, as autoras afirmam, em outras palavras, que “as características biológicas de homens e mulheres são herdadas, enquanto as diferenças de gênero são construídas socialmente” (BRUMER e PAULILO, 2004, p. 171).

Essas diferenças entre os gêneros têm raízes históricas, construídas ao longo do tempo, já que “por décadas, a mulher foi relegada à condição de receptora passiva de informações, não sendo reconhecida como uma agente produtora e transformadora” (PÉREZ, 2003, apud GUIMARÃES E SILVA, 2017, p. 100). Para Kirkwood (2017, p. 47-48) há, socialmente, o uso massivo do termo “mulher” como sinônimo de “mãe” e “esposa”, sem considerar o caráter pessoal; a autora acredita que esta prática tem origens no patriarcado, constituindo-se como uma forma de definir as mulheres enquanto um grupo minoritário: “Estas duas definições podem ser (e são para as feministas) recursos de ordem patriarcal para evitar a tomada de

---

<sup>5</sup> No original: “As especificidades de discriminación de la mujer son construidas social y culturalmente, entonces, pueden y deben ser modificadas cultural y socialmente (no deja de ser un alivio: no abandonar nuestro sexo, sino desconstruir nuestro género)” (KIRKWOOD, 2017, p. 23).

consciência feminina que colocaria as mulheres em situação de revolta”<sup>6</sup> (KIRKWOOD, 2017, p. 47-48, tradução nossa).

Neste sentido, a necessidade de estudar as problemáticas de gênero se encontra no fato de que, apesar de as mulheres serem uma categoria social historicamente silenciada, também estão constantes pressionando os poderes estabelecidos. Kirkwood (2017, p. 19, tradução nossa) afirma que “a mulher é o outro, enquanto o homem é o único”<sup>7</sup>. A autora explica que a afirmação advém do fato das mulheres serem vistas socialmente como objetos e não como sujeitos: “Os homens estão no público, no político, no âmbito da liberdade; as mulheres no privado, no doméstico, no âmbito da necessidade, ou seja, privadas de ser sujeito, são objeto”<sup>8</sup>, explica (KIRKWOOD, 2017, p. 57 e 58, tradução nossa). É derivada desta desigualdade de gênero o papel político secundário exercido pelas mulheres, não no que se refere ao risco e à dor, mas ao que se relaciona à capacidade de decisão política, segundo a autora (2017, p. 64). “Em termos gerais, o feminismo tem por objetivo desentranhar as raízes da discriminação sexual, com a finalidade de promover mudanças das pautas culturais e sociais que a sustentam”<sup>9</sup>, acrescenta Kirkwood (2017 p. 24).

De forma complementar, existem outras esferas sociais que devem andar aliadas às reivindicações de gênero. Isso porque as lutas das mulheres não envolvem apenas as problematizações específicas de gênero, elas também “solidificam reivindicações no que diz respeito ao direito de participação política efetiva, o que significa luta por direitos (reconhecimento), mas também por poder (redistribuição não apenas de renda, mas participação oficial nas instâncias institucionais)”, afirma Coelho (2012, p. 187).

No mesmo sentido, concorda Almeida (2011, apud GUIMARÃES E SILVA, 2017, p. 100 e 101) quando afirma que “a igualdade de gênero requer a autonomia às mulheres para que possam se integrar e serem integradoras dos processos de desenvolvimento a partir dos seus próprios valores e interesses”. Mas, para que a emancipação feminina possa se concretizar, as

---

<sup>6</sup> No original: “Estas dos definiciones pueden ser (y lo son para las feministas) recursos del orden patriarcal para evitar la toma de conciencia femenina que pondría a las mujeres en situación de rebeldía” (KIRKWOOD, 2017, p. 47-48).

<sup>7</sup> No original: “La mujer es lo otro, en tanto el hombre es lo uno” (KIRKWOOD, 2017, p.19).

<sup>8</sup> No original: “Los hombres están en lo público, en lo político, en el ámbito de la libertad; las mujeres en lo privado, en lo doméstico, en el ámbito de la necesidad; es decir, privadas de ser sujeto son objeto” (KIRKWOOD, 2017, p. 57 e 58).

<sup>9</sup> No original: “En términos generales, el feminismo tiene por objeto desentrañar las raíces de la discriminación sexual, con el fin de promover la modificación de las pautas culturales y sociales que la sustentan” (KIRKWOOD, 2017 p. 24).

relações de gênero devem ser repensadas levando em conta também as interseções com aspectos sociopolíticos, culturais e econômicos (COELHO, 2012, p. 189).

No mesmo sentido, Veiga (2010, p. 51) considera que “mesmo com o conjunto de conquistas alcançadas pelas mulheres, no plano de valores da cultura Ocidental, e da brasileira em especial, o feminino – e não apenas as mulheres – ainda é posto em condição desigual em relação ao que se convencionou socialmente como masculino”. Devido a isso, a autora entende que é necessário problematizar as normalidades da cultura, para que se possa compreender o estabelecimento das relações de poder entre os gêneros e a construção das desigualdades originadas nas diferenças (VEIGA, 2010, p. 57). Isso ainda é uma tarefa urgente na sociedade, visto que “essas desigualdades [de gênero] quando associadas a outros marcadores, tais como raça, classe, geração e sexualidade, tendem a produzir informações e todo tipo de violência, muitas vezes só perceptíveis em eventos de grande divulgação ou naqueles considerados ‘problemas privados’” (VEIGA, 2010, p. 57).

Voltemos ao pensamento de Scott (1995), que nos servirá de base neste trabalho, uma vez que ela sugere que o núcleo da definição de gênero repousa numa conexão integral entre duas proposições: primeiramente, o gênero é entendido como um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, porque

o termo ‘gênero’, além de um substituto para o termo mulheres, é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro. Essa utilização enfatiza o fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado nesse e por esse mundo masculino (SCOTT, 1995, p. 75).

Em segundo lugar, Scott (1995) considera o gênero uma forma primária de dar significado às relações de poder e sugere que ele deve ser redefinido e reestruturado em conjunto com uma visão de igualdade política e social que inclua não somente o sexo, mas também a classe e a raça (SCOTT, 1995, p. 86-93). De acordo com a autora, é apenas com a exploração destas questões que poderá emergir uma história que ofereça novas perspectivas para as mulheres, tornando-as visíveis como participantes ativas e abrindo também possibilidades para a reflexão sobre atuais estratégias políticas feministas.

Com base nisso, entendemos que esta pesquisa sobre mulheres e, especificamente, sobre mulheres rurais, nos demanda a tarefa de analisar, além das conotações de gênero, também as atribuições de classe e de raça a respeito da representação midiática do nosso objeto de estudo. A partir deste enfoque, pretendemos contribuir com a discussão acerca das disparidades

existentes nas relações de poder entre os gêneros e, com isso, aproximar esta temática às problemáticas rurais.

### 3.2 MULHERES RURAIS

A partir de pesquisas que analisam a temática de gênero no meio rural, entendemos que as mulheres do campo, apesar de estarem empenhadas em conquistar maior autonomia e empoderamento, passam por dificuldades específicas se comparadas com as enfrentadas pelas mulheres no meio urbano. Em vista disso, ao falar de mulheres rurais também precisamos nos referir aos laços que, muitas vezes, as ligam a um contexto mais complexo do que àquele definido unicamente pelas disputas de gênero. Essa condição desigual não se dá apenas em função dos quilômetros que separam as residências rurais dos centros urbanos, mas sobretudo pela pouca participação das mulheres camponesas nas políticas públicas, no acesso à educação, na saúde, entre outras áreas, um descaso que se reflete nos âmbitos culturais, sociais e midiáticos.

Apesar de terem se tornado, nas últimas décadas, mais fluidas e intercambiantes, as discrepâncias entre os espaços rural e urbano são expressivas e passíveis de análises. De acordo com Bonomo e Souza (2013, p. 415), a distinção entre as populações urbanas e rurais tem suas origens na hegemonia, que “instaura o normativo e pressiona processos de distinção entre quem faz parte e quem está fora do circuito tido como legítimo, neste último caso, nomeadamente os grupos sociais minoritários”. A autora e o autor afirmam ainda que as diferenças são articuladas também pelos preconceitos à vida rural, os quais direta e indiretamente repercutem na inacessibilidade a recursos importantes para as novas gerações e na desvalorização da imagem do homem e da mulher do campo; a ampla difusão de estereótipos também reforça a avaliação negativa do urbano sobre o rural, caracterizando a população camponesa como inferior à que vive e/ou trabalha nas cidades (BONOMO E SOUZA, 2013, p. 415). Por isso, Bonono e Souza (2013, p. 403) enfatizam a relevância de estudos sobre esta temática:

Entender como as minorias têm vivenciado a crescente pressão à hegemonia, especialmente aquelas vinculadas ao contexto cultural camponês, mostrou-se uma tarefa necessária tendo em vista as históricas representações constituídas por estereótipos que qualificam o *ser rural* como atrasado, sem educação ou desprovido de inteligência (Campos, 2007; Fressato, 2008; Gonçalves, 2005; Nóvoa & Fressato, 2007; Oliveira, 2003; Vasconcellos, 2009) e ainda como aquele que não conseguiu ascender ao modo de vida moderno e urbano.

Em relação às diferenças e similaridades, Silva (2009, p. 49, grifo da autora) acrescenta que, no Brasil, um país com altos índices de pobreza, “a zona rural sempre foi vista como periferia, como *espaço da precariedade social* [...] pela maioria dos brasileiros para quem o rural foi aprendido como o lugar das ausências”. A autora afirma que, em nosso país, é comum que toda sede municipal seja definida como cidade e, conseqüentemente, seus moradores como urbanos; nessa medida, apenas as localidades mais afastadas do núcleo urbano são tidas como rurais (SILVA, 2009, p. 49). O imaginário social acerca dos espaços rurais, segundo a autora, vê o campo como “o lugar das desqualificações”: “é onde faltava energia elétrica, água encanada, hospital, escola, estrada, transporte, telefone, televisão, cinema, poderes públicos. Era apêndice do centro urbano, de quem dependia política, econômica, social e culturalmente” (SILVA, 2009, p. 49).

Na visão da autora (2009, p. 49), entretanto, atualmente, as “qualificações” urbanas já invadiram o meio rural; ela aponta que, hoje, com estímulos do processo de globalização, o esfacelamento das fronteiras revela novos valores e padrões e outras formas de trabalho e organizações sociais no campo. As relações entre os dois espaços mudaram na mesma medida em que o campo foi obrigado a dar conta da desigualdade entre os assalariados rurais e os donos das mansões senhoriais, traçando ligações com o poder dominante (SILVA, 2009, p. 45). A autora critica ainda a visão do senso comum que vê o campo como um lugar desprovido das práticas capitalistas:

A depreciação da vida urbana e a maneira de pensar o campo protegido dos efeitos do capitalismo são consideradas, por vários autores, como a mesma ilusão. Pois ali também o regime impôs seu traçado, na busca do aumento de produção agrícola e na exploração com os mesmos fins lucrativos (SILVA, 2009, p. 45).

Apesar de apontar estas similaridades, Silva (2009, p. 49) considera errôneo dizermos que há uma homogeneização dos espaços, com anulação das diferenças, já que o fascínio pela cidade faz com que o campo seja visto com desprezo e preconceito por grande parte da sociedade. Ela afirma (2009, p. 35) que, embora as tradicionais fronteiras entre o rural e o urbano estejam sendo diluídas desde as duas décadas finais do século XX, tanto do ponto de vista geográfico como tecnológico e cultural, “a oposição entre os dois ambientes se mantém nas mais diversas tentativas de compreensão do mundo em que vivemos”. Ela explica que esta visão menosprezada do rural tem conexões com as relações industriais:

Até hoje metropolitanos olham o morador rural pela óptica de um repertório acumulado de estereótipos, debochando com frequência do ‘caipira’, do ‘matuto’. Tal desprezo pelas sociedades rurais, lembra Raymond Williams (1989, p. 323 e 327), só podia ser comparado à confiança que os progressistas da metrópole depositavam num futuro industrial urbano. Enquanto isso, nos centros urbanos, começa a crescer o sentimento de solidão em meio à multidão e as pessoas vão se tornando massa (SILVA, 2009, p. 46).

Como consequência dessa assimetria, cresce a vulnerabilidade social das populações agrícolas, o que, conseqüentemente, ocasiona o êxodo em direção aos centros urbanos e também serve de impulso aos movimentos sociais que reivindicam melhorias, conforme argumentam Bonomo e Souza (2013, p. 404-405):

Como ensinam os autores que teorizam sobre os processos grupais, especialmente Tajfel (1982a, 1982b, 1983), se um determinado grupo não consegue munir os seus membros em torno de uma identidade social positiva, a tendência é que haja o abandono desse grupo pelo indivíduo ou o seu engajamento no processo de mudança social. O êxodo rural e os movimentos sociais campestres são expressões desse funcionamento e estratégia, frutos de uma histórica comparação e luta entre as categorias urbana e rural (Fernandes, 2005).

Além das relações desiguais entre o rural e o urbano, há outro antagonismo preponderante no espaço agrário brasileiro, traçado “involuntariamente” entre homens e mulheres. Na zona rural, o sexo feminino, muitas vezes, é condicionado aos cercados que mantêm as mulheres no interior das propriedades, na lida agrícola, no cuidado com a casa, a família, os animais e a terra. Exceções existem, apesar disso, e fogem da concepção projetada no senso comum. As vidas das mulheres rurais, portanto, apresentam inúmeras realidades. Poggi e Arce (2016, p. 293, tradução nossa)<sup>10</sup> reforçam esta definição:

No imaginário coletivo, o lugar das mulheres agrárias foi historicamente limitado, “porteiras adentro”, como “rainhas do lar rural”. Transformações tecnológicas, mudanças culturais e diferentes olhares, práticas que desafiam o estabelecido, fazem com que hoje sejam apreciáveis suas presenças nos espaços de trabalho agropecuário. As mulheres alimentam, cuidam, produzem, acompanham... Mas também se envolvem, participam, protestam, opinam... ocupam espaços importantes em reivindicações do setor, enquanto acrescentam sua influência política nas corporações e associações agrárias e na vida familiar.

---

<sup>10</sup> No original: En el imaginario colectivo, el lugar de las mujeres agrarias ha sido históricamente limitado, “tranqueras adentro”, como “reinas del hogar rural”. Transformaciones tecnológicas, cambios culturales y miradas, prácticas que desafían lo establecido, hacen que hoy sea apreciable su presencia en los espacios de trabajo agropecuario. Las mujeres alimentan, cuidan, producen, acompañan... Pero también se involucran, participan, protestan, opinan... ocupan espacios claves en reivindicaciones del sector, mientras acrecientan su influencia política en las corporaciones y asociaciones agrarias y en la vida familiar (POGGI e ARCE, 2016, p. 293).



Para conhecer melhor nosso objeto de estudo, vamos levar em consideração pesquisas já realizadas principalmente com mulheres campesinas do Sul do Brasil. A historiadora Joana Maria Pedro (2001, p. 278), afirma que “no Sul encontramos diferentes perfis femininos nos diversos períodos históricos: mulheres oriundas de etnias e classes sociais várias”. Através de um panorama histórico sobre as ocupações territoriais no sul do país no século XVIII, a autora mostra as estratégias adotadas territorialmente, tanto em relação à economia quanto à ocupação étnica:

Essa configuração da sociedade, refletida nos textos de Saint-Hilaire, é resultado de um povoamento vinculado a questões estratégico-militares de defesa e expansão para além do meridiano de Tordesilhas. Grande parte do litoral de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul foi povoado de forma planejada a partir de meados do século XVIII, com casais oriundos das ilhas dos Açores e da Madeira. Essa forma de povoamento iria se repetir em meados do século XIX, como parte de um projeto de ‘branqueamento’ e de preenchimento de ‘vazios’ territoriais, dando o tom da população e da economia local. Diferentemente dos grandes centros exportadores, a região apresentou uma produção voltada para o mercado interno, escravidão de pequena monta e economia diversificada, resultando numa acumulação de pequeno vulto. A urbanização foi tardia em relação ao Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo (PEDRO, 2001, p. 280, grifo da autora).

No Rio Grande do Sul, a autora afirma que o povoamento se deu através da pecuária extensiva, que atraiu uma população masculina eminentemente nômade e fez com que a subsistência fosse garantida pelas mulheres. “É recorrente a representação de mulheres sozinhas comandando estâncias, fazendas, negócios, em vista da constante ausência dos homens”, destaca (PEDRO, 2001, p. 280). A situação, entretanto, aos poucos foi sendo influenciada pelos costumes oriundos de outras partes do mundo, que ditaram regras às vidas femininas. Embora a autora mostre que, em 1891, o *Jornal do Comércio* abordava as mulheres enquanto amantes, filhas, irmãs, esposas, mães e avós, ela também afirma que os jornais sulistas do final do século XIX e início do século XX não criaram os modelos ideais de mulheres como boas mães, virtuosas esposas e dedicadas filhas; isso porque, segundo a autora, esses modelos foram trazidos através dos processos migratórios e já faziam parte do imaginário ocidental, os quais podiam ser encontrados na literatura, no sermão das missas, nos textos escolares e nas tradições locais (PEDRO, 2001, p. 281).

A mesma autora considera que a Proclamação da República pode ser vista como o momento a partir do qual os novos modelos femininos passaram a ser mais reforçados no sul do Brasil (PEDRO, 2001, p. 291) e complementa que isso se comprova porque “todas as imagens que os jornais e a literatura do final do século XIX e início do XX divulgaram, nas

capitais dos três estados do Sul e em muitas outras cidades, pretendiam construir novas mulheres que deveriam figurar no interior de uma família renovada” (PEDRO, 2001, p. 315). Essa visão nacional foi reforçada pelos jornais, segundo a autora, porque era imaginada a possibilidade de que as mulheres não aceitassem voluntariamente tais papéis; por isso, os meios de comunicação consideraram necessário mostrar-lhes que a “natureza” já lhes ditara funções determinadas, e que, portanto, não lhes restava outra alternativa senão seguir seu destino (PEDRO, 2001, p. 311). A limitação das mulheres ao trabalho doméstico e ao cuidado com a família é exemplificada pela autora:

Em 1910, o jornal *Blumenauer Zeitung* apontava as novas exigências para o sexo feminino, atribuindo às mulheres a exclusividade dos trabalhos domésticos e questionando sua participação em atividades agrícolas. [...] ‘Vocês devem poupar mais as mulheres e não transformá-las em trabalhadoras da roça. Deixem-nas onde devem estar: no serviço doméstico, lá é seu lugar, lá elas têm plenamente o que fazer e ganham mais para vocês do que como uma máquina de carpina. Diferente é quando a mulher se sente suficientemente forte e dispõe de algumas horas para o trabalho na terra, mas, mesmo aí deve ficar próxima a seus filhos e no máximo cuidar do jardim perto de casa’ (PEDRO, 2001, p. 289-290).

Apesar de, historicamente, terem sido documentados casos de mulheres que, sozinhas, solteiras ou viúvas, regiam seus bens, cobravam dívidas, instauravam processos, e se distanciavam da imagem de fragilidade feminina veiculada pelos jornais da época (PEDRO, 2001, p. 318), as regras estabelecidas na virada dos séculos acabaram entrando, aos poucos, na vida da maior parte das mulheres. Contudo, a ideia de “poupar” as mulheres do trabalho na roça, em muitos casos, ficou restrita aos jornais. Silva (2013, p. 557-558, apud KEGLER, 2015, p. 13) aponta que, no final do século XIX, a mulher aparecia socialmente como mãe, filha ou esposa. A mesma autora afirma também que, no colonato, a jornada de trabalho feminino acabava sendo maior que a do homem e o poder masculino centrava-se na figura do pai-marido-patrão, uma autoridade que perpassava todo o tecido social, de forma que as mulheres que fugiam às regras eram estigmatizadas.

Essa visão social a respeito da submissão das mulheres aos seus maridos e às tarefas da roça são predominantes, ainda que algumas vezes em menor grau, até os dias atuais. Como afirmam Heck e Langdon (2002, p. 139) a mulher colona, normalmente, tem duas ou até três jornadas de trabalho; ela divide o seu tempo entre a roça, os filhos, a casa, as vacas e galinhas, a horta e o jardim; nessas tarefas, recebe pouco auxílio de terceiros ou da tecnologia. Apesar disso, “a imagem pública de administrador envolve cobranças que são feitas ao homem e não à mulher; é ele quem responde pelos negócios” (HECK e LANGDON, 2002, p. 140). As autoras

apontam ainda que, no universo rural, “está implícito que cabe à mulher o dever de construir essa imagem do representante da família, assumindo uma posição de submissão, aparentando equilíbrio familiar em público, pois mulher sem marido não é nada no contexto comunitário” (HECK e LANGDON, 2002, p. 138-139).

Segundo Brumer e Paulilo (2004, p. 173) “enquanto para os homens casar com uma mulher agricultora é garantia de continuidade da produção familiar, para as mulheres significa dar continuidade a uma vida de sujeição à vontade de outros que não a sua”. Entretanto, apesar desta relação de desigualdade firmada entre homens e mulheres ser, muitas vezes, reforçada pelo matrimônio, ela já existe antes mesmo de qualquer relação conjugal, sendo construída no próprio âmbito familiar, conforme apresentado por Brumer (2008, p. 13):

Numa pesquisa recente, realizada numa região de agricultores familiares descendentes de imigrantes italianos no estado do Rio Grande do Sul, Spanevello (2008: p.208) verificou que os pais entrevistados acreditam serem os filhos homens os mais capacitados para suceder-lhes; as filhas mulheres somente são herdeiras da terra por exceção (por *défault*, como dizem os franceses), em casos em que são filhas únicas, ou quando permanecem solteiras e a terra é explorada junto com o irmão.

As autoras Heck e Langdon (2002, p. 134) apontam ainda que a redução da área das propriedades rurais baseadas na agricultura familiar tem impossibilitado, muitas vezes, que os jovens se mantenham exclusivamente na atividade agrícola; por isso, uma das alternativas adotadas pelos colonos de maior posse é custear o estudo dos filhos e das filhas. Apesar da possibilidade de instrução e de emancipação familiar, “a mulher solteira, mesmo que atinja sua autonomia financeira (graduando-se num curso universitário ou exercendo outra profissão), não conquista sua independência. Da submissão aos pais passa, com o casamento, para a do marido” (HECK e LANGDON, 2002, p. 135). Dessa forma, enquanto o filho homem é estimulado a encaminhar-se de forma autônoma na vida, as mulheres são moldadas para a submissão (HECK e LANGDON, 2002, p. 135).

Apesar de tudo, é essencial considerar que a vulnerabilidade social para a qual as mulheres rurais estão, de certa forma, predestinadas tem se alterado nas últimas décadas em nosso país. Heck e Langdon (2002, p. 130) afirmam que o modo de vida das mulheres rurais vem apresentando uma nova configuração desde a década de 90, principalmente através da aposentadoria rural, que garantiu uma possibilidade de vida sadia e independente, dispondo de tempo e dinheiro para reforçar as relações sociais. “Protagonizam, nessa experiência, uma valorização da identidade, uma nova possibilidade de envelhecer por meio da motivação e da participação no contexto social”, complementam Heck e Langdon (2002, p. 130).

Em pesquisa realizada no ano de 1998, com mulheres rurais do município de Santo Cristo, interior do Rio Grande do Sul, Heck e Langdon (2002, p. 142) identificaram que as mulheres superaram as relações com o espaço doméstico, de parentesco: “Observamos que estão engajadas em grupos de discussão nos quais podem compartilhar informações, discutir problemas. Lentamente, despertam para uma autoafirmação, descobrindo nesta a importância de se sentirem sujeitos com iniciativas e poder de decisão”. O mesmo estudo apontou que a mulher colona, ainda que em situações isoladas, dá formas a uma nova identidade de resistência, já que concilia o espaço doméstico e a participação em atividades fora desse contexto, aumentando assim a integração com outros vínculos sociais (HECK e LANGDON, 2002, p. 142).

Este maior protagonismo feminino diante das decisões se sucede, de acordo com Guimarães e Silva (2017, p. 115), como consequência de várias políticas e programas sociais dirigidos às mulheres, como a extensão rural e a inclusão digital. Essa autora também estudou mulheres do Rio Grande do Sul, desta vez no município de São Borja, fronteira com a Argentina, e, a partir disso, identificou que as agricultoras, recentemente, estão estabelecendo uma outra relação com a família, principalmente diante do marido e dos filhos, o que se reflete também fora da propriedade rural:

Essas mulheres passaram de público-alvo das ações, para serem públicos proponentes de ação na propriedade e na comunidade a qual pertencem. Esse reconhecimento e poder ainda que moderado, aos poucos vem motivando e tornando-se exemplo pra outras mulheres que vivem na mesma condição (GUIMARÃES E SILVA, 2017, p. 115).

Essa guinada positiva, que têm impulsionado a ascensão social das agricultoras, é reforçada por Guimarães e Silva (2017, p. 108, grifos da autora) como derivada, entre outros aspectos, de políticas públicas dirigidas a esta camada social:

No Brasil, a inclusão das mulheres rurais vem se intensificando a partir das diretrizes estabelecidas pela PNATER [*Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural*] e pelo Plano Nacional da Agricultura Familiar, reforçadas pelo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Um exemplo foi a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar – Mulher, em 2004, a partir do PRONAF [Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar] que já existia desde 1995. Com o programa mulheres agricultoras passaram a ter acesso a crédito para investir nas suas atividades produtivas. Hernández (2009) destaca como pontos positivos do programa a independência da mulher em relação à situação do homem, ou estado civil, bem como a autonomia prevista pelo programa, já que a linha de crédito é exclusiva para a mulher. [...] o PRONAF – Mulher consiste numa política afirmativa, numa tentativa de reparar a exclusão história da mulher no acesso aos recursos e às políticas públicas.

Além da Linha de Crédito de Investimento para Mulheres (Pronaf Mulher), criada em 2003, nas últimas décadas foram implantadas outras políticas públicas com o objetivo de proporcionar maior autonomia às mulheres rurais - como a Portaria nº 981, de outubro de 2003, que tornou obrigatória a titulação conjunta da terra, e o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, em vigor desde 2004.

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) também são aliadas da emancipação que vem sendo conquistada pelas mulheres do campo. Guimarães e Silva (2017, p. 111) identificou que principalmente o acesso ao celular e à internet “está se configurando como uma porta de inclusão da mulher na gestão da propriedade rural. Ainda que parcimoniosamente, o fenômeno vem modificando o papel da mulher rural no contexto em que vive”. Apesar de expor que o acesso à internet ainda não é uma realidade para muitas agricultoras, Guimarães e Silva (2017, p. 113) analisa que “a internet, ao ser um canal de contato dessas mulheres com o mundo externo à propriedade, amplia de algum modo a sua participação enquanto agente social e político”.

A mesma autora (2016, p. 69) avalia também que o modelo “mulher dona de casa e mãe de família”, historicamente institucionalizado, vem sendo tensionado, já que, atualmente, as agricultoras buscam exercer outras funções na propriedade, ampliando a sua participação no contexto familiar e social:

Esse processo é acelerado pela sua apropriação das tecnologias que passam a fazer parte de suas atividades diárias e, por isso, a mulher passa a ser responsável pelo gerenciamento da propriedade, o que a coloca em condição de igualdade de participação nas decisões da propriedade e frente aos demais (GUIMARÃES E SILVA, 2016, p. 69).

A diminuição da desigualdade de gênero no meio rural é demonstrada também em dados divulgados em 2016 pela ONU Mulheres - Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres. O relatório intitulado “Mais igualdade para as mulheres brasileiras: caminhos de transformação econômica e social”, afirma que o rendimento médio das mulheres rurais brasileiras mais que dobrou entre 2003 e 2013 (passou de R\$ 163,40 para R\$ 377,20), enquanto que o dos homens aumentou em 51% (passou de R\$ 530,20 para R\$ 802,90); a cerca disso, o relatório faz a ressalva de que este aumento pode ter resultado do trabalho de mulheres rurais em setores não-agrícolas (ONU MULHERES, 2016, p. 78). Pelos números, observa-se a exorbitante diferença salarial entre homens e mulheres do campo.

Em relação às políticas públicas direcionadas às mulheres rurais, o mesmo relatório aponta que, embora assegurada na Constituição de 1988, a titulação conjunta da terra não tinha caráter obrigatório. “Foi somente por meio da Portaria nº 981, de outubro de 2003, que a titulação conjunta se tornou obrigatória. Com tais medidas, as mulheres titulares registradas passaram de 24%, em 2003, para 72%, em 2013” (ONU MULHERES, 2016, p. 82). Entretanto, em relação à posse, a mulher rural é responsável e proprietária de áreas com 33,17 hectares, em média, enquanto que, para o homem, esta quantia passa a 84,19 hectares (ONU MULHERES, 2016, p. 82).

Ao avaliar as políticas sociais, em um estudo sobre mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, Marques (2017, p. 41, grifos nossos) constata que estas políticas, apesar de terem um caráter progressista, possuem uma ambiguidade intrínseca:

De um lado, [as políticas sociais] promovem visibilidade a seus beneficiários, no sentido de serem notados como cidadãos com ‘poder de compra’ e existência material. De outro, promovem experiências de desestabilização e humilhação que reenviam os beneficiários ao ostracismo e ao distanciamento da vida pública (por exemplo, a associação do benefício do programa a uma esmola dada pelo governo - enquadramento presente na mídia - e, conseqüentemente, a classificação dos beneficiados como mendigos e párias sociais).

Outra dualidade em relação a benefícios e direitos sociais é apresentada por Brumer e Paulilo (2004, p. 173). As autoras apontam que, no Brasil, a pressão dos movimentos de mulheres rurais proporcionou o reconhecimento das agricultoras enquanto “produtoras rurais” na Constituição de 1988 e, com isso, garantiu a elas os direitos previdenciários e a licença-maternidade remunerada. As mulheres, contudo, não foram diretamente as beneficiadas, na medida em que “os homens vêm esses benefícios como recursos adicionais que saem do ‘bolso’ do Estado e entram no ‘bolso’ dos membros da família e, portanto, no do marido”. As dificuldades socioeconômicas no meio rural acabam, assim, exacerbando a violência contra as mulheres.

Vê-se, com isso, que as políticas públicas/sociais contribuem significativamente para a emancipação da mulher rural, mas não conseguem, sozinhas, acabar com a vulnerabilidade enraizada historicamente. Marques (2017, p. 41) aponta que as políticas podem auxiliar na autonomia e no reconhecimento social das pessoas beneficiadas, mas devem ser aplicadas conjuntamente com iniciativas locais que promovam espaços de auto-expressão, conversação, compartilhamento de experiências e discussão coletiva.

A autora Guimarães e Silva (2016, p. 70), apesar de considerar a emancipação da mulher rural, afirma que ainda há muito a ser percorrido, tanto dentro quanto fora de casa; de acordo com ela, é necessário romper com as estruturas sociais e culturais cristalizadas no âmbito rural. Também em relação às complexidades da vida no campo, Kegler (2015, p. 12 e 13) afirma que o próprio sistema e a falta de suporte da sociedade para as mulheres é uma violência, pois ignora a subjetividade de indivíduos que estão sendo excluídos. Para a autora, o meio rural apresenta dificuldade de acesso a diversas plataformas de saúde, informação e educação; neste contexto, ela se questiona: “como ficam as violências (em suas variadas formas) para essas trabalhadoras?”.

Brumer (2004, p. 225) indica que “modificações na legislação podem criar novas condições para a permanência das mulheres no meio rural”. Costa, Lopes e Soares (2014, p. 221) avaliam que, para combater a violência contra as mulheres no campo, são necessárias “rupturas nas novas formas instituídas e arraigadas de cuidado em saúde, nas visões conservadoras e estereotipadas de compreensão da violência, que permitam uma leitura ampliada dos elementos imbricados nesses eventos complexos”. A igualdade de gênero exige autonomia das mulheres para que possam se integrar e serem integradoras dos processos de desenvolvimento a partir dos seus próprios valores e interesses, complementa Almeida (2011, apud Guimarães e Silva, 2017, p. 100 e 101). “É preciso tomar o rural como um espaço de múltiplas dimensões e não apenas como um local onde se realizam atividades agropecuárias” (GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI; CAMPANHOLA, 2002, p. 63, apud SILVEIRA E SCHWARTZ, 2017, p. 66).

### 3.3 REPRESENTAÇÃO MIDIÁTICA DAS MULHERES RURAIS

Neste trabalho, nos interessa entender de que forma as produtoras rurais são representadas no campo jornalístico. Para tratarmos desta representação midiática, levamos em consideração a aplicação de políticas que reconfiguraram a vida feminina no campo, tendo em vista que “como a maioria das pessoas se mantém informada através da mídia é importante atender para aquilo que está sendo transmitido quando se fala da mulher e de políticas públicas específicas para esse gênero” (HEDLER e CERVI, 2009, p. 15).

Para uma melhor compreensão da questão, apresentamos estudos recentes que analisam a representação midiática da população rural e, especificamente, das mulheres trabalhadoras rurais. Nesta revisão bibliográfica, trazemos como referência tanto pesquisas que analisam conteúdos propriamente jornalísticos quanto investigações a base de entrevistas e observação participante no meio rural, já que ambas levantam pontos relevantes para o presente estudo.

Em pesquisa sobre a representação midiática através do fotojornalismo, Marques (2017) analisou imagens de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, publicadas em jornais e revistas de grande circulação no Brasil (Folha de S. Paulo; O Globo; Época, Veja e Marie-Claire). Esta análise, mesmo que não tenha sido especificamente sobre mulheres rurais, ajuda a compreender como é constituída a representação das mulheres pobres pelas fotografias. Marques (2017) identificou características dominantes nestas representações: “há nessas imagens e enquadramentos de mulheres pobres [...] uma fixação da identidade por meio de estereótipos, acentuado pela representação negativa associada ao local de moradia e do gênero” (MARQUES, 2017, p. 47). A autora concluiu ainda que os enquadramentos das imagens fotojornalísticas das mulheres do Bolsa-Família são sensacionalistas e as reduzem à súplica, ao isolamento, à impossibilidade da construção da autonomia, já que estas mulheres são representadas na posição de carentes que nada mais podem esperar do Estado e de qualquer forma de agência que as permita alcançar um horizonte de melhorias (MARQUES, 2017, p. 49). A respeito desta representação, a autora explica:

As mulheres beneficiadas pelo Programa Bolsa-Família [...] possuem rostos mediatizados, cujo real sofrimento e clamor por reconhecimento são silenciados e ofuscados pela representação estereotipada. Rostos desfigurados, destinados muitas vezes à desapareção pela invisibilidade construída pelo discurso predominantemente consensual do fotojornalismo produzido pela grande mídia (MARQUES, 2017, p. 51).

De acordo com esta autora, as mulheres empobrecidas beneficiadas pelo Bolsa-Família se veem diante de vários obstáculos para atingir sua emancipação e autonomia, principalmente



por estarem localizadas, frequentemente, nos círculos mais distanciados das arenas deliberativas centrais (MARQUES, 2009, apud Marques 2017, p. 41). “Associado a essas assimetrias e desigualdades está o fato de que os meios de comunicação definem papéis a serem assumidos pelas beneficiárias, estabelecendo para elas lugares de fala já marcados pela desvalorização e pelo preconceito”, critica a autora (MARQUES, 2017, p. 41).

Tratando de representações midiáticas específicas do meio rural, Bonomo e Souza (2013) realizaram uma pesquisa com uma comunidade da região norte do Espírito Santo, na qual coletaram informações a partir de metarrepresentações, ou seja, as representações do grupo rural investigado sobre as possíveis representações que o grupo urbano possuiria sobre sua categoria. Como conclusão, identificaram que os estereótipos negativos de rural que circulam no imaginário urbano, segundo a interpretação da comunidade rural analisada, estão estreitamente ligados às imagens difundidas nos veículos de comunicação de massa e à imagem social do homem do campo, a partir dos estereótipos de roceiros, bobos e caipiras (BONOMO e SOUZA, 2013). A pesquisa mostra que “todos os integrantes do grupo afirmaram existir preconceito generalizado em relação à categoria camponesa, considerada inferior à urbana na hierarquia social” (BONOMO e SOUZA, 2013, p. 410) e ainda que “a representação hegemônica do homem do campo é sustentada pela difusão de estereótipos que configuram uma imagem desqualificada e inferiorizante dos integrantes desta categoria” (BONOMO e SOUZA, 2013, p. 413).

Silveira e Schwartz (2017), em análise sobre a representação do rural brasileiro no programa Globo Repórter, identificaram uma abordagem representacional que retrata o meio rural a partir de associações atribuídas aos ambientes urbanos. As autoras afirmam que “há uma construção das representações do rural operada a partir das relações entre o campo e a cidade pela perspectiva do senso comum” (SILVEIRA e SCHWARTZ, 2017, p. 79). Ao mesmo tempo em que as reportagens analisadas produzem o vínculo com uma visão que vem tentando converter o meio rural num espaço de oportunidades, elas também estabelecem relações e/ou distinções contínuas entre o campo e a cidade, através de uma polarização entre o tradicional e o novo, o conhecido e o emergente (SILVEIRA e SCHWARTZ, 2017). Na linguagem utilizada pelo Globo Repórter, as pesquisadoras identificaram uma vontade de associar o trabalho agrícola ao modo tradicionalmente urbano de empreender: “os agricultores passam a ser denominados empresários do agronegócio que trabalham em fazendas modernas e que têm escritórios” (SILVEIRA e SCHWARTZ, 2017, p. 77); “uma tentativa de distanciá-los da face hegemônica negativa associada aos grupos de agricultores” (SILVEIRA e SCHWARTZ, 2017, p. 78), analisam. Elas afirmam que o discurso jornalístico nem sempre condiz com o que é dito

pelos próprios agricultores: “Mesmo com os entrevistados destacando os pontos positivos de viver no meio rural, a migração para o campo é entendida como uma mudança forçada por circunstâncias extremas” (SILVEIRA e SCHWARTZ, 2017, p. 76). As autoras concluem que “as representações sobre o rural são construídas a partir de sua relação com o ambiente urbano onde se situa a maior parte das audiências de televisão e, principalmente, o interesse de seus anunciantes” (SILVEIRA e SCHWARTZ, 2017, p. 76).

Em investigação realizada especificamente com trabalhadoras rurais de Rondônia, sobre gênero e representação midiática, Coelho (2012) identificou que as mulheres rurais consideram a violência como tema predominante na mídia comercial em matérias que as tematizam enquanto grupo. Através de observação participante, entrevista e aplicação de questionário, a pesquisadora chegou à seguinte conclusão:

as respondentes avaliaram que o modo de tratamento da mídia sobre mulheres é, em geral, negativo, pautado por ‘violência’, ‘discriminação’, ‘preconceito racial’, ‘escravidão’, ‘difamação’, ‘machismo’, invisibilidade (baixa cobertura da Marcha das Margaridas, dos talentos das mulheres, de políticas públicas em nível municipal e estadual, das ações das trabalhadoras rurais) (COELHO, 2012, p. 192).

Esta autora (2012, p. 193) analisa ainda que, do ponto de vista da comunicação, os novos sujeitos sociopolíticos entram em cena na contemporaneidade, mas são logo vítimas de tentativas de cooptação por agentes externos, ou descaracterizados pela mídia convencional/de referência.

Já em pesquisa realizada no sul do Brasil, coordenada por Kegler (2015), foi analisada a representação das mulheres rurais nos conteúdos das TICs e mídias institucionais do Território de Cidadania da Região Central do Rio Grande do Sul. Para a investigação, foram feitas entrevistas e observação participante com mulheres rurais deste território, composto por 34 municípios. A pesquisa assinala que “a mulher rural carece de visibilidade nas TICs e mídias, especialmente dos seus papéis, funções e rotinas ligadas às ruralidades. A representação da mulher rural impulsionada pelas TICs e mídias do Território da Cidadania da Região Centro do RS não está atrelada ao seu cotidiano” (KEGLER, 2015, p. 6). Esta mesma pesquisa aponta ainda que as mulheres rurais investigadas estão vinculadas a grupos comunitários e também são responsáveis pela liderança e união de famílias e comunidades. Entretanto, segundo Kegler (2015, p. 4), elas são “retratadas de forma secundária em conteúdos midiáticos, pois são conteúdos que exaltam instituições (urbanas), as quais promovem eventos em que a mulher é o público, como cursos, por exemplo”. A autora concluiu que: “os resultados apontam para invisibilidade da mulher rural na mídia, em específico” (KEGLER, 2015, p. 4).

Segundo a pesquisa, as mulheres se sentem insatisfeitas com a representação construída pelos meios de comunicação, já que afirmam desenvolver um papel além do que é representado e reconhecido socialmente (KEGLER, 2015, p. 49). As TICs e as mídias se restringem a fragmentos da mulher e seu cotidiano, apresentando poucos avanços (KEGLER, 2015, p. 12), sendo que “a esfera de visibilidade midiática da estrutura social distancia a mulher rural dos processos de desenvolvimento, em contraponto a seu real papel nessa estrutura social” (KEGLER, 2015, p. 15). Isso acontece porque há um distanciamento entre as atividades realizadas pelas mulheres rurais e o que é visto ou retratado desta realização na esfera midiática, fato condicionado pelo distanciamento dos produtores de conteúdos em relação a este tipo de pauta, conforme a autora:

Há uma lacuna na formação dos produtores de conteúdo de TICs e mídias no que refere-se às relações de gênero e reconhecimento da mulher, especificamente, da mulher rural, ainda são claras as diferenciações de gênero e as restrições em reconhecer os papéis e as funções desempenhadas pela mulher rural, em sua totalidade e complexidade (KEGLER, 2015, p. 12).

De maneira complementar aos resultados apresentados por Kegler (2015), uma pesquisa desenvolvida pela mesma autora em conjunto com Silveira-Nunes e Silveira indica que “a representação da mulher rural impulsionada pelas TICs e mídias do Território da Cidadania da Região Centro do RS não está atrelada ao seu cotidiano”. A afirmação advém do fato de que quando a mulher rural aparece na mídia ela “está vinculada a eventos e promoções das instituições, em cenário geralmente urbano, para promoção da sua saúde, beleza e bem estar” (KEGLER, SILVEIRA-NUNES e SILVEIRA, 2018, p. 369-370). De acordo com esta pesquisa, a mulher é retratada midiaticamente ao participar de eventos na cidade, promovidos por instituições locais, como Prefeituras, Sindicatos, Emater e Câmaras de Vereadores (KEGLER, SILVEIRA-NUNES e SILVEIRA, 2018, p. 365). Foram identificadas ações de valorização da mulher rural, promovidas pelos meios de comunicação; no entanto, as mesmas são restritas a homenagens ao Dia da Mulher, a cursos e palestras geralmente ligados ao artesanato, à culinária e à saúde, além de aulas de ginástica (KEGLER, SILVEIRA-NUNES e SILVEIRA, 2018, p. 370). “É recente o sentido atrelado às funções produtivas, de trabalho, ou de relevância ligada ao desenvolvimento rural, como a preservação ambiental. Mesmo que, há anos, a mulher desenvolva este papel”, concluem as autoras (KEGLER, SILVEIRA-NUNES e SILVEIRA, 2018, p. 377).

Em vista destas pesquisas a respeito da representação midiática, realizadas com populações rurais de localidades e culturas distintas, observa-se que o imaginário social sobre

o rural nem sempre condiz com o modo de vida e com a experiência cotidiana vivenciada pelos grupos. No que concerne à representação dos gêneros, nota-se que há invisibilidade e/ou sub-representação da mulher rural em determinados espaços midiáticos. Essas mulheres tampouco se veem representadas na mídia de forma equivalente às atividades sociais, produtivas e comunitárias que realizam dentro e fora da lida no campo.

#### 4. PRODUTORAS RURAIS NO CADERNO CAMPO E LAVOURA

Nesta monografia, temos como objetivo principal compreender qual é a representação midiática das produtoras rurais. Para tal, optamos pela análise em âmbito regional, focada nas mulheres do sul do Brasil. Nosso *corpus* de investigação constituiu-se de conteúdos publicados no caderno Campo e Lavoura do jornal gaúcho Zero Hora durante o primeiro semestre de 2018, disponíveis no portal online GaúchaZH<sup>11</sup>. Como recorte metodológico, foram selecionadas para análise as notícias que tiveram mulheres, na condição de produtoras rurais, nas fotografias de capa. Para realizar a investigação, construímos um Protocolo de Análise, no qual elencamos elementos comuns a serem analisados em cada uma das notícias, direcionados principalmente aos recursos textuais e fotográficos presentes nos conteúdos jornalísticos<sup>12</sup>. Após a aplicação do Protocolo, realizamos uma entrevista semiestruturada, por telefone, com a editora do Campo e Lavoura, Karen Viscardi, levando em conta resultados prévios da pesquisa.

##### 4.1 CADERNO CAMPO E LAVOURA DO JORNAL ZERO HORA

O jornal Zero Hora, pertencente ao Grupo RBS - empresa de comunicação afiliada da Rede Globo -, foi o veículo escolhido para a análise pela sua relevância dentro do mercado jornalístico nacional: fundado em 1964, ZH é líder em circulação no Rio Grande do Sul e o quinto maior jornal do país (GRUPO RBS, 2018). Editado em Porto Alegre, ZH “conta com 17 cadernos, mais de 200 jornalistas, uma sucursal em Brasília e mais de 100 colunistas” (GRUPO RBS, 2018). Disponível nas versões impressas e digitais, o jornal também fornece conteúdo pelas plataformas Twitter, Facebook e Instagram.

Para contemplar os assuntos do meio rural, o jornal dispõe do caderno Campo e Lavoura, criado em 1984 para dar conta de um “dos temas mais relevantes para a economia do Estado” (GAÚCHAZH, 2016a). Atualmente, o Campo e Lavoura integra a editoria de economia, é veiculado em edição impressa semanal e alimentado quase que diariamente no portal online de Zero Hora, denominado GaúchaZH, que é vinculado à rádio Gaúcha - também pertencente ao Grupo RBS. A equipe do Campo e Lavoura é composta por duas editoras - sendo que uma delas atua também na coluna Campo Aberto – uma repórter e uma estagiária; em casos excepcionais, contribuem jornalistas da editoria de notícias do Zero Hora (VISCARDI, 23/10/2018).

---

<sup>11</sup> Portal online GAÚCHAZH: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/>

<sup>12</sup> Parte do corpus possui recursos audiovisuais compondo o conteúdo noticioso. Para esta análise, entretanto, optamos por investigar exclusivamente os textos e as fotografias.

O Caderno é um suplemento informativo voltado para o agronegócio (PIPPI, 2005, p. 13). Segundo Pippi (2005, p. 14), quando criado, na metade da década de 1980, o Campo e Lavoura refletia o interesse pela inserção social e informativa de um segmento da população do Estado que residia e trabalhava na zona rural. “Com o avanço do agronegócio, os leitores do meio rural formaram um nicho de mercado crescente, visto que a economia do Rio Grande do Sul é voltada para a agropecuária”, acrescenta a autora (2005, p. 14). De acordo com Pippi (2005, p. 66)

Campo & Lavoura integra a editoria economia pelo fato de que a percepção da agropecuária no Estado do Rio Grande do Sul passou do campo tradicional para o da economia, do lucro. Como o agronegócio movimenta altas somas de capital no Estado, é natural que a mídia tenha se apropriado desse nicho mercadológico, voltando um suplemento informativo para o “homem do campo”.

Em 2016, o caderno foi renovado. “Na busca por reconhecer a importância do setor, atividade que melhor resistiu à crise atravessada pelo país, Zero Hora renova o Campo e Lavoura com mais reportagens especiais, notas exclusivas e indicadores econômicos, tudo associado a um visual ainda mais moderno”, afirma notícia disponível no portal online do periódico (GAÚCHAZH, 2016b). Esta renovação, segundo a mesma notícia, teve a “proposta de associar ainda mais os assuntos do agronegócio ao consumidor urbano, [...] afinal, os produtos agropecuários estão presentes no dia a dia de quem vive nas cidades”.

De acordo com Karen Viscardi, editora do Campo e Lavoura, esta renovação expandiu o público-alvo do caderno que, atualmente, não é apenas os/as produtores/as rurais, mas toda a cadeia produtiva do agronegócio, incluindo também o público urbano. As notícias são voltadas a todas as pessoas ligadas ao setor do agronegócio, como startups, fornecedores, indústrias, consumidores e produtores, tanto da pecuária quanto da agricultura (VISCARDI, 23/10/2018). Há ainda a sessão Campo e Cidade, que busca aproximar as pautas rurais do leitor urbano, no intuito de mostrar a origem e a forma de produção dos alimentos que são consumidos nas cidades (VISCARDI, 23/10/2018).

#### 4.2 *CORPUS*

Para a escolha do corpus, primeiramente, foram consideradas todas as notícias divulgadas no portal online do Caderno Campo e Lavoura durante o primeiro semestre de 2018 cuja foto de capa trazia mulheres em primeiro plano, tanto sozinhas quanto acompanhadas. Neste movimento inicial, chegou-se a 17 matérias. A partir disso, selecionou-se para análise

apenas as notícias que identificavam as mulheres retratadas como produtoras rurais, excluindo do rol da pesquisa, portanto, as matérias que enquadravam mulheres fora deste universo. Deste último recorte, restaram, então, 7 notícias, as quais compõem nosso corpus. As notícias são estas:

- 1) Após crise no leite, tambos são deixados para trás no RS: <https://goo.gl/M1grAS>
- 2) Abandono do leite leva à concentração da atividade: <https://goo.gl/jyhdjU>
- 3) Venda de queijo serrano para todo o Rio Grande do Sul: <https://goo.gl/p2mJA4>
- 4) Mulheres ganham espaço no agronegócio da serra: <https://goo.gl/TCZqbb>
- 5) Conheça manejos e tecnologias para uma fazenda sustentável: <https://goo.gl/SGPg1q>
- 6) O vinho colonial agora é legalizado; entenda como os produtores se adaptaram: <https://goo.gl/cTXK2a>
- 7) Produtores vão às compras e intenção de negócios é recorde na Agrishow: <https://goo.gl/1JDFMV>

#### 4.3 PROTOCOLO DE ANÁLISE

Para investigar as fotografias e os textos dos conteúdos jornalísticos do corpus, aplicamos um Protocolo de Análise, elaborado exclusivamente para esta investigação, através do qual definimos elementos comuns para serem observados em cada uma das notícias. O Protocolo foi feito com base nas referências teóricas desta monografia e analisa os seguintes aspectos:

##### **Análise do Conteúdo:**

- Título e subtítulo da notícia;
- Jornalista assinante;
- Data de publicação;
- Link de acesso.

##### **Análise do Texto:**

- Assunto em pauta;
- Linguagem utilizada pelo Caderno Campo e Lavoura para fazer referência às produtoras rurais;
- Depoimentos das mulheres enquanto fontes jornalísticas;
- Referência à situação socioeconômica das produtoras rurais fotografadas;
- Gênero das fontes.

**Análise da Fotografia:**

- Cenário enquadrado;
- Semblante das pessoas fotografadas;
- Vestimentas das pessoas fotografadas;
- Plano e ângulo;
- Posicionamento da imagem na página;
- Legenda.

#### 4. 4 APLICAÇÃO DO PROTOCOLO DE ANÁLISE

Neste subcapítulo fazemos a análise das sete notícias que compõem o *corpus* desta monografia, a partir dos elementos discriminados no Protocolo de Análise.

##### 4.4.1 – Após crise no leite, tambos são deixados para trás no RS

Na notícia de título “*Após crise no leite, tambos são deixados para trás no RS*” (GAÚCHAZH, 19/01/2018, grifos nossos) - escrita por Leonardo Vieceli e publicada no Caderno Campo e Lavoura no dia 19 de janeiro de 2018 – a trabalhadora rural Loreci Facioni e o marido Nelso Facioni são *case* em notícia que trata da diminuição no número de produtores de leite no Rio Grande do Sul. Com o subtítulo “*Desanimados com a produção leiteira nos últimos anos, produtores partiram para outras atividades no Rio Grande do Sul*” (GAÚCHAZH, 19/01/2018, grifos nossos), o texto utiliza linguagem no plural para fazer referência ao homem e à mulher citados: “*Descontentes com o aumento no custo de produção e a redução no lucro, Loreci, 55 anos, e o marido, Nelso, 62 anos, abandonaram a venda de leite no primeiro semestre do ano passado* (GAÚCHAZH, 19/01/2018, grifos nossos). O depoimento da mulher é o primeiro que aparece e, portanto, antecede o depoimento do marido e das demais fontes do texto: “– *Tivemos sorte porque, logo depois de deixar a produção de leite, conseguimos negociar quase todas as vacas – conta Loreci. [...] – É uma pena que não abandonamos o leite uns cinco anos atrás – emenda Nelso, que comemora o resultado colhido nas estufas*” (GAÚCHAZH, 19/01/2018, grifos nossos). Além de Loreci e de Nelso, mais quatro fontes recebem voz no texto: o coordenador da área de leite da Emater, Jaime Ries; o produtor rural Tiago Di Domenico; o presidente do Conselho Estadual do Leite (Conseleite) e do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Estado



(Sindilat), Alexandre Guerra; e o assessor de Política Agrícola da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado (Fetag), Márcio Langer. Ao todo, a notícia apresenta seis fontes; com exceção de Loreci, todas as demais fontes são masculinas. Não há referência direta à situação socioeconômica dos produtores rurais utilizados como *case*, mas o texto menciona as quantidades de produção: “*Das 15 vacas que os Facioni mantinham em sua propriedade rural em Estrela, no Vale do Taquari, restou apenas uma. [...] Com o fim da atividade, o casal passou a concentrar esforços no cultivo de morangos. Em quatro estufas, os aposentados produzem, em média, 150 quilos da fruta por semana*” (GAÚCHAZH, 19/01/2018, grifos nossos).

Com a legenda “*Nelso e Loreci, de Estrela, migraram totalmente para o cultivo de morangos*” (GAÚCHAZH, 19/01/2018, grifos nossos), a fotografia que ilustra a notícia retrata Loreci acompanhada do marido Nelso dentro de uma estufa com plantação de morangos. O casal está parado, lado a lado, no centro da foto; a mulher se posiciona um pouco à frente do homem e, conseqüentemente, ocupa um espaço maior. O ângulo em que a foto foi tirada é normal, ou seja, paralelo à superfície. Loreci é retratada em um plano fotográfico intermediário entre o americano (dos joelhos para cima) e o médio (da cintura para cima). Ela veste uma blusa colorida e florida. Com a mão na cintura, parada ligeiramente de lado, quase em posição de perfil, Loreci tem o corpo iluminado, incluindo seu rosto, que apresenta um leve sorriso; o cabelo está preso, com fios desalinhados. Já Nelso, por estar posicionado alguns centímetros atrás de Loreci, aparece de corpo inteiro na foto, em um plano geral; ele veste uma bermuda de cor marrom, uma camiseta vermelha visivelmente desbotada, chinelos escuros e um boné branco. Nelso está posicionado de frente para a câmera; seu rosto está escuro em decorrência da sombra da aba do boné; ele não sorri; seu semblante é apático. Na página do site, o primeiro elemento exposto é uma videoreportagem que complementa a pauta, a qual contém entrevista com Loreci e com o produtor rural João Benício [fonte textual de outra notícia analisada neste trabalho]. A fotografia está situada após o primeiro bloco de texto; no restante da página, há blocos de textos intercalados com um infográfico sobre o setor leiteiro no Estado, e uma segunda foto, que retrata vacas paradas no campo olhando em direção à câmera. A relação entre texto e fotografia representa um papel conjunto desempenhado pelo casal na produção leiteira e, de forma recente, no cultivo de morangos. Posicionada no interior do espaço utilizado para a plantação da fruta, à frente do marido, a mulher aparece como protagonista na fotografia, podendo ser vista, conseqüentemente, como dirigente da produção agrícola alimentícia.

Figura 1 – Após crise no leite, tambos são deixados para trás no RS


**GAÚCHAZH**  
**CAMPO E LAVOURA**

NOVOS CAMINHOS

## Após crise no leite, tambos são deixados para trás no RS

Desativados com a produção leiteira nos últimos anos, produtores partilham para outras atividades no Rio Grande do Sul

19/01/2018 - 14h46min  
Atualizado em 20/01/2018 - 10h39min



**Número de produtores de leite cai no RS**

Das 15 vacas que os Facioni mantinham em sua propriedade rural em Estrela, no Vale do Taquari, restou apenas uma. Descontentes com o aumento no custo de produção e a redução no leite, Loreci, 55 anos, e marido, Nelson, 62 anos, abandonaram a venda de leite no primeiro semestre do ano passado. Com o fim da atividade, o casal passou a concentrar esforços no cultivo de morangos. Em quatro estufas, os aposentados produzem, em média, 150 quilos da fruta por semana. As encomendas – parte delas feita via WhatsApp – são entregues a confeitarias e escolas do município.

— Temos sorte porque, logo depois de deixar a produção de leite, conseguimos negociar quase todas as vacas – conta Loreci.

Hoje, já são 15 mil pés de morangos colhidos.

— É uma pena que não abandonamos o leite uns cinco anos atrás – comenta Nelson, que comemora o resultado colhido nas estufas.

**LEIA MAIS**

Abandono do leite leva à concentração da atividade

Preço baixo do leite gera crise na pecuária

**TRAMONTINA**  
*O prazer de fazer bebidas.*

**MAIS LIDAS**

1. Foi testar aquilo, fazer o bem, sentir o pai de jovem apaixonado. *Diante festa em Capão da Canoa*

2. Belderon decide criar supermamífero da Economia e Saúde. *Agricultura com Meio Ambiente*

3. Sartori e o último governador do RS com direito a pensão vitalícia: veja quem recebe o benefício de R\$ 20 mil

4. Não acho que eles possam ser incluídos na Previdência comum, diz general Hélio sobre aposentadoria dos militares

5. Gênisio e River Plate: horário, como assistir e tudo sobre o jogo das semifinais da Libertadores

**RECOMENDADOS**

Professor Rereia Como Colecionador Aposentado em Concurso e Erro: Curitiba

O dono de 375 R\$ que está conquistando o Brasil. A ideia? Bolinha

Em vídeo nas redes sociais, Lula afirma que "nesso país, não tem ninguém melhor do que nós"

Conheça a trajetória de Michelle de Paiva, futura primeira-dama do Brasil

O que Leite e Sartori acham do tema "Moço de Pelotas" versus "Grinchão de Castor"

### Radiografia do setor no RS (Entre 2015 e 2017)

- Produtores que vendem leite cru para indústrias: 65 mil (22,6%)
- Número de vacas de produtores que fornecem a indústria: 1.068 milhaço (-9,5%)
- Produção para indústria: 4.102 bilhões de litros (-2%)
- Produtividade das vacas: 12,6 litros/dia (7,5%)
- Produtividade por propriedade: 172,9 litros/dia (24,9%)

Fonte: Emater

**Preço bruto pago ao produtor no RS Em 2017 (em R\$)**

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Preço (R\$)	1,29	1,32	1,34	1,35	1,38	1,36	1,32	1,23	1,16	1,06	1,06	1,06

Fonte: Cepea

**Preço do leite longa vida ao consumidor no RS**

Tipo C Longa vida	2018	2017
2ª semana de janeiro	R\$ 2,18	R\$ 2,03
2ª semana de janeiro	R\$ 2,45	R\$ 2,43

Fonte: Agas

Em 2017, o maior preço mensal pago pela indústria foi de R\$ 1,38, registrado em maio. A oscilação no valor, apontam especialistas, também vem levando produtores a abandonar o setor. Morador de Sarandi, no norte gaúcho, Tiago Di Domenico, 31 anos, chegou a manter 25 vacas em suas terras, com produção de até 8 mil litros por mês, mas decidiu deixar a atividade por conta das licenças em 2015. De lá para cá, resolveu aumentar sua atenção ao cultivo da soja.

— Temos só três vacas hoje. O leite vai para o consumo familiar. Sentimos saudade da época em que a produção dava lucro. Mas, se for só para trocar moedas, como vinha acontecendo, não vale a pena – relata Di Domenico.

**Previsão de um ano um pouco mais estável**

Presidente do Conselho e do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Estado (Sindlact), Alexandre Guerra projeta que 2018 será um ano com menos variação no preço. A previsão é ancorada no fato de o valor já estar em nível baixo, sem grande possibilidade de recuos ou avanços internos.

— O preço foi muito achatado. Neste ano, não deveremos ter tantas variações, com margens apertadas para produtores e também para as indústrias – prevê Guerra.

Assessor de Política Agrícola da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado (Fetrag), Márcio Langer sublinha que a Operação Leite Compensado é outro fator responsável por acalmar a imagem do setor. Desde 2013, a investigação do Ministério Público Estadual apura adulterações no produto gaúcho.

— A qualidade do leite melhorou. Tudo ficou mais exigente depois da operação, mas o consumo não reagiu na proporção esperada. Com a operação, veio uma série de dificuldades nas empresas, o que gerou inadimplência nos pagamentos aos produtores – comenta Langer.

Fonte: (GAÚCHAZH, 19/01/2018).

### 4.4.2 – Abandono do leite leva à concentração da atividade

A notícia “*Abandono do leite leva à concentração da atividade*” (GAÚCHAZH, 19/01/2018b, grifos nossos) - publicada também no dia 19 de janeiro de 2018, de autoria de Leonardo Vieceli - tem como subtítulo “*Redução no número de produtores de quem vende para a indústria já estava acontecendo antes de 2015, segundo a Emater*” (GAÚCHAZH, 19/01/2018b, grifos nossos). Aqui, o casal Flavia Teresinha Zwirtes e João Benicio Zwirtes é *case* em notícia que

trata das mudanças no mercado do leite e do conseqüente abandono da atividade leiteira por produtores e produtoras rurais.

No texto, a linguagem utilizada faz referência ao homem e à mulher de forma igualitária: *“Boa parte do que os produtores João Benicio Zwirtes, 53 anos, e Flavia Teresinha Zwirtes, 51 anos, conquistaram ao longo de três décadas deve-se ao leite. A recente crise no setor, entretanto, levou o casal de Estrela, no Vale do Taquari, a repensar o trabalho. [...] Nesse intervalo, João e Flavia buscarão negociar suas vacas e investir na pecuária de corte”* (GAÚCHAZH, 19/01/2018b, grifos nossos). Em relação aos depoimentos das fontes, a fala do homem antecede a da mulher: *“– Nossa produção já alcançou 900 litros por dia. Mas o problema é que o trabalho não dá liberdade – menciona João. [...] – Não tem férias, nem sábado e domingo – acrescenta Flavia”* (GAÚCHAZH, 19/01/2018b, grifos nossos). Além do casal, mais três pessoas são citadas como fontes do texto: o coordenador da área de leite da Emater, Jaime Ries; o presidente do Conselho Estadual do Leite (Conseleite) e do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados (Sindilat), Alexandre Guerra; e o assessor de política agrícola da Fetag, Márcio Langer [ambos também foram fontes da notícia descrita anteriormente]. Com exceção de Flavia, todas as demais quatro fontes jornalísticas são homens. O texto não faz referências diretas à situação socioeconômica do casal, mas demonstra decréscimo nas produções diárias: *“a produção já alcançou 900 litros por dia [...] hoje, chega a 600 litros por dia”* (GAÚCHAZH, 19/01/2018b, grifos nossos).

A fotografia presente na matéria tem como fundo um campo, aparentemente utilizado para pastagem de animais. Flavia Teresinha e João Benicio são retratados/as em um dos lados da foto, enquanto que o outro lado é composto pela imagem de algumas vacas paradas. Homem e mulher estão posicionados um ao lado do outro, de frente para a foto, levemente virados para o lado direito, olhando em direção ao gado. Ele e ela utilizam vestimentas parecidas: bermuda jeans, blusa colorida e chinelo. Enquanto que Flávia veste um short curto e uma blusa florida sem mangas, João usa uma bermuda até a altura do joelho e uma camiseta listrada de mangas médias. A distância em relação ao fotógrafo/a e o plano geral no qual a foto é enquadrada faz com que se consiga ver pouco dos rostos dos pecuaristas. Apesar disso, é possível identificar feições apáticas e olhares distantes em ambos; nenhum dos dois encara a foto; o semblante de tristeza e a postura cabisbaixa faz jus à crise retratada pela pauta. O ângulo no qual a fotografia foi tirada é normal, paralelo à superfície. Na página do Caderno Campo e Lavoura, a foto é o primeiro elemento exposto após o título e o subtítulo; no restante da página, há blocos de textos intercalados com um infográfico e um vídeo [os mesmos utilizados na notícia descrita anteriormente].

Figura 2 - Abandono do leite leva à concentração da atividade

MENU CAPA GZH GAÚCHAZH CAMPO E LAVOURA OLÁ, CLAUDINE

TAMBÉM PARA LER

## Abandono do leite leva à concentração da atividade

Redução no número de produtores de leite para a indústria já estava acontecendo antes de 2015, segundo a Emater

19/01/2018 - 13h00min Atualizada em 19/01/2018 - 18h33min

LEONARDO VICELLI



João Benício e Flávia Zvirtes pretendem deixar a produção leiteira em dois anos. Rêis Zucchi / Agência RBS

Boa parte do que os produtores João Benício Zvirtes, 53 anos, e Flávia Teresinha Zvirtes, 51 anos, conquistaram ao longo de três décadas deve-se ao leite. A recente crise no setor, entretanto, levou o casal de Estrela, no Vale do Taquari, a repensar o trabalho. A intenção é de, em até dois anos, deixar totalmente a venda do produto, que hoje chega a 600 litros por dia. Nesse intervalo, João e Flávia buscarão negociar suas vacas e investir na pecuária de corte.

**LEIA MAIS**

Depois da crise no leite, também são deixados para trás no RS

Preço baixo do leite gera crise na pecuária

– Nossa produção já alcançou 900 litros por dia. Mas o problema é que o trabalho não dá liberdade – menciona João.

Além da queda no preço do leite, a obrigação diária com a atividade e a falta de sucessão familiar – nenhum dos quatro filhos deverá seguir no ramo – fizeram o casal buscar outro caminho.

– Não tem férias, nem sábado e domingo – acrescenta Flávia.

**Número de produtores de leite cai no RS**

Publicidade

HINO 2018  
COM O PREÇO DE  
R\$ 499  
CLIQUE AQUI

CarHouse

Publicidade

**MAIS LIDAS**

1 Foi tentar ajudar, fazer o bem – conta pai de jovem governador durante festa em Capão da Canoa

2 Bolsonaro decide criar superministério da Economia e fundir Agricultura com Meio Ambiente

3 Sartori é o último governador do RS com direito a pensão vitalícia, veja quem recebe o benefício de R\$ 30 mil

4 'Não acho que eles possam ser incluídos na 'Previdência comum', diz general Hélio sobre aposentadoria dos militares

5 Santander Cultural encerra programação musical, fecha oficinas e pode mudar de nome

Publicidade

**RECOMENDADOS**

Sonda Putin, que quer 'tocar' o Sul, bate recorde e se torna a espaçonave a ficar mais perto da Terra

[Foto] Apenas mais um dia normal de praia... Se que não!

Fotos Horríficas do Titanic Encontradas em Câmera Azul

Apontado como sequestrador de crianças em boato na internet, homem conta que recebeu 150 mil reais

Amanda e Biel entendem a confusão que levou à demissão da apresentadora do Pânico

Imagem criada por Outbrain

Fonte: (GAÚCHAZH, 19/01/2018b)

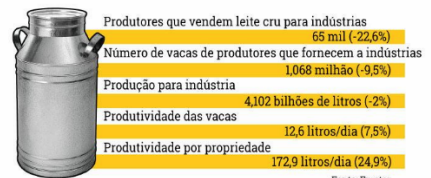
### 4.4.3 – Venda de queijo serrano para todo o Rio Grande do Sul

Também publicada em 19 de janeiro de 2018, a notícia intitulada “Venda de queijo serrano para todo o Rio Grande do Sul” (GAÚCHAZH, 19/01/2018c, grifos nossos) escrita por Gisele Loeblein, na coluna Campo Aberto, anuncia que a agroindústria Sopro do Minuano, da Serra Gaúcha, é certificada para venda de queijo no Estado. Com o subtítulo “Empreendimento de São Francisco de Paula é o primeiro desse produto a conseguir habilitação a todo o Estado” (GAÚCHAZH, 19/01/2018c, grifos nossos), a matéria apresenta o produtor José

Apesar das dificuldades atuais apontadas por produtores, a redução no número de quem vende para a indústria já estava acontecendo antes de 2015, segundo o coordenador da área de leite da Emater, Jaime Ries. Na visão dele, a atividade ainda pode ser bastante lucrativa:

– É algo natural. A diferença é que agora passamos a fazer a medição do movimento. Essa redução já ocorreu em outras atividades. Existe um processo de especialização no campo. Há muita gente ganhando bem com o leite. É preciso buscar conhecimento e investir de maneira correta.

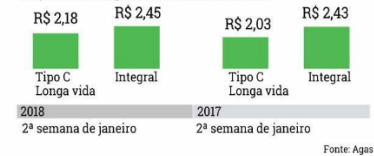
#### Radiografia do setor no RS (Entre 2015 e 2017)



#### Preço bruto pago ao produtor no RS Em 2017 (em R\$)



#### Preço do leite longa vida ao consumidor no RS



#### Reação do mercado depende da economia

Presidente do Conselho Estadual do Leite (Conseleite) e do Sindilat, Alexandre Guerra também avalia que o aumento da especialização no campo pode trazer avanços à atividade. Entre 2015 e 2017, enquanto o número de produtores gaúchos caiu 22,6%, a produtividade das vacas cresceu 7,5% e a das propriedades, 24,9%, conforme a Emater.

– Em números, o setor ficou mais concentrado. Isso é algo muito natural. Para o Estado ser mais competitivo e concorrer com mercados como o argentino e o uruguaio, precisamos produzir mais – frisa Guerra.

Para o assessor de política agrícola da Fetag, Márcio Langer, os preços pagos no campo poderão avançar em 2018. A reação no setor leiteiro, pondera, dependerá da confirmação de retomada mais consistente e robusta da economia nacional.

– A tendência é de que a atividade volte a crescer. Se houver melhora econômica, o poder aquisitivo do consumidor aumentará – resume.



Luiz Marques Cardoso e a produtora Inez [sem sobrenome citado] como proprietários e trabalhadores do estabelecimento rural.

No texto, a mulher é apresentada como esposa de José. Ele é fonte do texto; a mulher não. A linguagem jornalística está no singular e faz referência apenas ao homem enquanto responsável pelo empreendimento: “*Ao se ajustar às exigências sanitárias para aderir ao Susaf, ele criou uma oportunidade de melhor colocação no mercado. Mas sabe que é preciso ter paciência. [...] A receita vem dos tempos de criança, quando [ele] acompanhava a forma artesanal da família produzir o queijo*” (GAÚCHAZH, 19/01/2018c, grifos nossos). Já no depoimento de José, a utilização de verbos em referência à produção do estabelecimento está no plural: “– Hoje, produzimos 10 quilos por dia, mas temos estrutura para 250 quilos – afirma José Luiz Marques Cardoso” (GAÚCHAZH, 19/01/2018c, grifos nossos). Inez, por sua vez, é retratada na foto que ilustra a notícia, mas não tem voz no texto; é apenas citada: “*Cardoso, 60 anos, trabalha ao lado da mulher, Inez, e conta com a ajuda do filho*” (GAÚCHAZH, 19/01/2018c, grifos nossos). Além de José, o texto cita mais uma fonte, também masculina: o secretário de Agricultura e Desenvolvimento Econômico de São Francisco de Paula, Rafael Bertuol Marques. No depoimento de José, é possível identificar que o empreendimento rural não apresenta altos índices produtivos: “*Produzimos 10 quilos [de queijo] por dia, mas temos estrutura para 250 quilos*” (GAÚCHAZH, 19/01/2018c, grifos nossos).

Na fotografia, José Luiz Marques Cardoso está no primeiro plano da foto. O homem segura um queijo com aproximadamente 30 centímetros de diâmetro. A mulher aparece em um segundo plano, posicionada na parte de dentro de um estabelecimento. Uma janela os separa. Ao fundo, na parte interior do local, prateleiras com divisórias servem de suporte para inúmeros queijos de tamanhos parecidos ao que é segurado pelas mãos de José, que veste uma camisa gola polo e uma boina na cabeça. A mulher, por seu turno, está vestida com uma roupa branca, que aparenta ser um jaleco/uniforme de trabalho; além disso, ela usa uma touca de nylon para prender os cabelos. Ocupando quase metade do espaço da fotografia, o homem tem um semblante feliz, sorridente. A mulher demonstra apenas um leve sorriso, quase imperceptível. Ele e ela olham em direção à câmera fotográfica. O ângulo no qual a foto foi tirada é *contra-plongée*; o plano é médio. A foto é a primeira composição da página. Não há legenda; apenas dá-se o crédito a “*Fernando Kluwe Dias/Seapi, Divulgação*” (GAÚCHAZH, 19/01/2018c, grifos nossos).

Neste caso, tanto no texto quanto na fotografia, é dado um destaque maior ao homem. Apesar de representada imagetivamente com vestimenta típica de trabalho, Inez não recebe voz nem sobrenome no texto jornalístico. Além disso, a fotografia traz como protagonista a figura masculina, apesar de o depoimento do produtor José trazer verbos no plural em referência a um trabalho conjunto na agroindústria.

Figura 3 - Venda de queijo serrano para todo o Rio Grande do Sul

**GAÚCHAZH**  
**GISELE LOEBLEIN**

OLÁ, CLAUDINE

CAMPO ABERTO

## Venda de queijo serrano para todo o Rio Grande do Sul

Empreendimento de São Francisco de Paula é o primeiro desse produto a conseguir habilitação a todo o Estado

19/01/2018 - 08h00min  
Atualizada em 19/01/2018 - 08h00min

GZH EXCLUSIVO

Fernando Klauer Dias / Smap/Divulgação

Com a adesão ao Susaf (sistema estadual que permite a venda fora do município de origem) a agroindústria Sopro do Mínuano poderá vender o típico queijo serrano em todo o Rio Grande do Sul.

O empreendimento, de São Francisco de Paula, foi o primeiro desse produto a conseguir a habilitação. E a novidade alimenta projeções de bons negócios para os proprietários.

– Hoje, produzimos 10 quilos por dia, mas temos estrutura para 250 quilos – afirma José Luiz Marques Cardoso.

Ao se ajustar às exigências sanitárias para aderir ao Susaf, ele criou uma oportunidade de melhor colocação no mercado. Mas sabe que é preciso ter paciência. A estimativa é de que para chegar à meta traçada será preciso esperar cerca de um ano.

Cardoso, 60 anos, trabalha ao lado da mulher, Inez, (na imagem no detalhe) e conta com a ajuda do filho. A receita vem dos tempos de criança, quando acompanhava a forma artesanal da família produzir o queijo. A propriedade também é certificada como livre de brucelose e tuberculose bovina.

– O maior benefício dessa conquista é social. O queijo serrano faz parte da nossa cultura – afirma Rafael Bertuol Marques, secretário de Agricultura e Desenvolvimento Econômico de São Francisco de Paula.

Outro ponto positivo é a aproximação de produtores com o sistema de inspeção. Programa municipal busca regularizar a situação das agroindústrias.

**LEIA MAIS**

- Dragagem no porto de Rio Grande será por etapas
- Porto de Rio Grande tem movimentação histórica em 2017
- Brasil é líder de exportação de tabaco há 55 anos

**MAIS LIDAS**

- Estado não pagará salários na manhã desta quarta-feira
- Grêmio x River Plate: horário, como assistir e tudo sobre o jogo das semifinais da Libertadores
- Bolsonaro decide criar superministério da Economia e fundar Agricultura com Meio Ambiente
- Sartori é o último governador do RS com direito a pensão vitalícia, veja quem recebe o benefício de R\$ 30 mil
- 'Foi tentar ajudar, fazer o bem', conta pai de jovem assassinado durante festa em Capão da Canoa

**RECOMENDADOS**

- Relógio Inteligente - Monitore sua condição física em tempo real
- Leia aqui como queimar toda a gordura da sua barriga
- Deputado federal mais votado do RS não poderá levar a família para a própria posse
- Arbitro cita Odair e Rodrigo Caetano na simulação e alega que foi chamado de "safado"
- Mãe de menino com doença rara relembra 71 dias no hospital: "É sobre amor e dor"

Fonte: (GAÚCHAZH, 19/01/2018c)

#### 4.4.4 – Mulheres ganham espaço no agronegócio da serra

Publicada no dia 08 de março de 2018, a notícia de título “*Mulheres ganham espaço no agronegócio da serra*” (GAÚCHAZH, 08/03/2018, grifos nossos), assinada por Ivanete Marzzaro, é específica sobre o protagonismo das mulheres na produção rural. Com o subtítulo “Cresce a presença feminina na liderança das propriedades rurais do Rio Grande do Sul”, o texto afirma que “*A presença da mulher na tomada de decisões nas propriedades rurais da Serra está*

*cada vez mais evidente*” (GAÚCHAZH, 08/03/2018, grifos nossos) e utiliza como *case* a agricultora Neusa Maria Dallegrave, que trabalha com produção de uva e pêssego.

A linguagem do texto é singular, mas, neste caso, faz referência apenas à mulher como agricultora, citando o marido e o filho: “*Neusa Maria Dallegrave, por exemplo, é uma mulher apaixonada pela agricultura. Aos 49 anos, ela não conhece outra atividade e também não se imagina em outra função. Ao lado do marido, Hamilto, e do filho, Fabrício, ela não abre mão de participar das decisões da família*” (GAÚCHAZH, 08/03/2018, grifos nossos). Neusa é fonte do texto e seus depoimentos, em ordem direta, aparecem duas vezes: “— *Amo a terra. Amo a minha profissão. Tenho orgulho de ser colona — declara*”; [...] “— *Prefiro os parreirais do que as tarefas de casa. Me dá prazer colher o que plantamos — orgulha-se*” (GAÚCHAZH, 08/03/2018, grifos nossos). Além de Neusa, há uma outra fonte referenciada no texto: a gerente regional da Emater Caxias do Sul, Sandra Dalmina. O texto afirma que “*Cresce a presença feminina na liderança das propriedades rurais do Rio Grande do Sul*” (GAÚCHAZH, 08/03/2018, grifos nossos); não há dados que comprovem a afirmação. Não há referências à situação socioeconômica de Neusa e não são expressas quantidades da produção rural.

A fotografia que ilustra a notícia é feita sob um parreiral e retrata Neusa trabalhando na colheita de uvas. A foto é escura, em decorrência da sombra feita pelo parreiral, e possui a seguinte legenda: “*Neusa Maria Dallegrave é apaixonada pelo que faz. ‘Amo a terra. Amo poder colher o que plantamos’ diz* (GAÚCHAZH, 08/03/2018, grifos nossos)”. Cachos de uvas escuras são visíveis em vários pontos. Duas pessoas compõem a foto, enquanto trabalham na colheita de uvas; cada uma é enquadrada em um dos lados da fotografia. Uma delas está no primeiro plano, segurando uma cesta presa no pescoço, com os braços erguidos em direção aos cachos de uva. A outra está de costas, mais ao fundo, também segurando uma cesta. Pela nossa interpretação, Neusa é a pessoa que está em primeiro plano. As duas pessoas da foto vestem calça, camiseta e boné. A que está ao fundo, apesar de ocupar pouco espaço no plano, se destaca pela camiseta vermelha que veste; é impossível identificar se ela é do gênero feminino ou masculino. Neusa está bem à frente na foto; contudo, veste roupas escuras e, como a foto é escura, recebe pouco destaque. Em vista da baixa luminosidade, o semblante de Neusa é imperceptível; além disso, ela tem o rosto virado para cima, pois olha para o parreiral. O plano da fotografia é geral; o ângulo é normal. A foto é a primeira composição da página; na sequência, começa o texto. Nesta notícia, apesar de o texto representar uma mulher empoderada, a fotografia invisibiliza a figura feminina; a mulher que lidera o trabalho rural “não tem rosto”.

Figura 4 – Mulheres ganham espaço no agronegócio da Serra

MENU CAPA GZH OLÁ, CLAUDINE

GAÚCHAZH  
CAMPO E LAVOURA


PROTAGONISMO FEMININO

## Mulheres ganham espaço no agronegócio da Serra

Cresce a presença feminina na liderança das propriedades rurais do Rio Grande do Sul

08/03/2018 - 14h11min  
Atualizada em 08/03/2018 - 14h12min

IVANETE MARZZARO



Neusa Maria Dallegrave é apaixonada pelo que faz. “Amo a terra. Amo poder colher o que plantamos”, diz. Por: Fabiana Junior / Agência SRS

A presença da mulher na tomada de decisões nas propriedades rurais da Serra está cada vez mais evidente. Não há números específicos do quanto elas representam, mas segundo dados da Emater Regional Caxias do Sul, a participação é relevante e vem crescendo há cada ano.

A geiente regional da Emater Caxias do Sul, Sandra Dalmina, ressalta que elas têm conquistado cada vez mais espaço, principalmente nas agroindústrias.

— Elas são fundamentais e estão tomando à frente dos negócios — aponta.

Neusa Maria Dallegrave, por exemplo, é uma mulher apaixonada pela agricultura. Aos 49 anos, ela não conhece outra atividade e também não se imagina em outra função. Ao lado do marido, Hamílto, e o filho, Fabrício, ela não abre mão de participar das decisões da família.

— Amo a terra. Amo a minha profissão. Tenho orgulho de ser colona — declara.


Moradora da localidade de Caravaggio da Terceira Léguas, no interior de Caxias do Sul, Neusa e a família atuam, principalmente, na produção da uva e de pêssegos. Nesta safra da uva, ela se orgulha de ter frequentado os parreirais quase todos os dias.

— Prefiro os parreirais do que as tarefas de casa. Me dá prazer colher o que plantamos — orgulha-se.

A uva para as cantinas já foi colhida. Ainda resta parte da de mesa, cultivada da área coberta.

É uma época de muito trabalho, mas eu gosto. Me dá alegria.

Publicidade



Publicidade

### MAIS LIDAS

- Estado não pagará salários na manhã desta quarta-feira
- Bolsonaro decide criar superministério da Economia e fundir Agricultura com Meio Ambiente
- Sartori é o último governador do RS com direito a pensão vitalícia, veja quem recebe o benefício de R\$ 30 mil
- 'Foi tentar ajudar, fazer o bem', conta pai de jovem assassinado durante festa em Capão da Canoa
- Grêmio x River Plate: horário, como assistir e tudo sobre o jogo das semifinais da Libertadores

Publicidade

### RECOMENDADOS

O drone de 375 R\$ que está conquistando o Brasil. A ideia? Brilhante.

O segredo antirugas da vovó que foi presa por aparentar ter 21

O que Leite e Sartori acham do meme 'doce de Pelotas' versus 'grosstoli de Caxias'

50 filmes a que você tem que assistir na Netflix

10 dicas para combater a cólica menstrual

Recomendado por Outbrain

Fonte: (GAÚCHAZH, 08/03/2018)

#### 4.4.5 - Conheça manejos e tecnologias para uma fazenda sustentável

A notícia de título “*Conheça manejos e tecnologias para uma fazenda sustentável*” (GAÚCHAZH, 09/03/2018, grifos nossos), publicada em 09 de março de 2018 e assinada por Vanessa Kannenberg, trata do aumento da produtividade rural em consonância com práticas sustentáveis na agricultura. Nesse quesito, a propriedade da família Quaini é tida como exemplo e,



em razão disso, Virginia Quaini, 18 anos, é usada como *case* de jovem que valoriza práticas agrícolas sustentáveis - contrariando um movimento passado em que os jovens abandonavam o campo e ilustrando uma “nova” onda de jovens que escolhem seguir o caminho dos pais e avós, mas, agora, qualificados e primando pelos manejos sustentáveis. Tanto no texto quanto na foto, Virgínia aparece junto do pai Evaldo Davi Quaini. O subtítulo da notícia diz: *“Especialistas apontam práticas e inovações de máquinas e insumos que reduzem o impacto ambiental e garantem a viabilidade econômica das propriedades rurais”* (GAÚCHAZH, 09/03/2018, grifos nossos).

A linguagem do texto é plural, fazendo referência ao homem e à jovem como compradores de máquina agrícola: *“No ano passado, pai e filha adquiriram, pela primeira vez, uma plantadeira guiada por trator com piloto-automático e tráfego controlado. Agora, sonham em substituir os outros dois tratores por modelos com a mesma tecnologia”* (GAÚCHAZH, 09/03/2018, grifos nossos). A jovem Virginia é a primeira fonte citada no texto, de forma indireta: *“Os resultados positivos da lavoura levaram a filha Virginia, 18 anos, a desistir do vestibular para Medicina e ingressar na graduação em Agronomia”* (GAÚCHAZH, 09/03/2018, grifos nossos). Depois de fazer referência à mulher, o texto apresenta o depoimento de Evaldo: *“— Nos últimos 20 anos, mudamos muitas coisas (na propriedade). A gente sempre visou aumentar o lucro, mas agora também levamos em conta a preservação. Acho que isso foi fundamental para que nossa filha escolhesse ficar no campo — comenta o pai, Evaldo Davi Quaini, 48 anos, enquanto avaliava a compra de uma nova máquina”* (GAÚCHAZH, 09/03/2018, grifos nossos). Depois da fala de Evaldo, a matéria apresenta um depoimento de Virginia, em ordem direta, que fala sobre sustentabilidade: *“— Tenho consciência de que é preciso cuidar dos recursos naturais para ter produtividade a longo prazo — diz Virginia, que está atenta ao tema nas aulas da Universidade de Cruz Alta (Unicruz)”* (GAÚCHAZH, 09/03/2018, grifos nossos). Além de Evaldo e Virginia, mais seis fontes são citadas no texto: o pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), José Eloir Denardin; a coordenadora executiva do Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS), Beatriz Domeniconi; o produtor Abrelino José Calgarotto; o agrônomo Ilvandro Barreto de Melo, da Emater; o supervisor de marketing de pulverizadores da Massey Ferguson, Vitor Kaminski; e o coordenador de marketing da Valtra, Alberto Toledo. Nota-se que, das oito fontes utilizadas, seis são masculinas. O texto faz referência à situação socioeconômica da família Quaini ao citar o tipo de cultivo agrícola e a quantidade de terras nas quais pai e filha trabalham: *“Na propriedade da família Quaini, no interior de Cruz Alta, no noroeste do Estado, a utilização de técnicas como o sistema de plantio direto, incluindo a rotação de culturas com soja, milho e trigo, foi somada à modernização das máquinas e à agricultura de precisão nos 300 hectares de lavoura”* (GAÚCHAZH, 09/03/2018, grifos nossos).

A primeira fotografia da notícia retrata Virginia e Evaldo parados em frente a uma máquina agrícola. Ele e ela estão enquadrados em lados opostos da foto, levemente em posição de perfil, com um dos braços escorados sobre a máquina e o outro estendido ao lado do corpo. Virginia está vestida com uma calça jeans justa no corpo e uma blusa colorida, também justa. Evaldo veste calça jeans e camiseta preta. Fotografados em ângulo normal e plano americano, pai e filha olham diretamente para a câmera. Virginia, com cabelos negros, longos e bem penteado, aparenta ter leves sinais de maquiagem no rosto; Evaldo também aparece com os cabelos bem alinhados. Os rostos, com sorrisos leves, transmitem a ideia de satisfação. A legenda faz referência à sucessão de jovens no meio rural: *“Soluções de menos impacto ao ambiente estimularam Virginia a ficar na propriedade do pai, Evaldo Quaini”* (GAÚCHAZH, 09/03/2018, grifos nossos). Essa foto é o primeiro elemento disposto na página do Caderno Campo e Lavoura, seguida de um longo bloco de texto; mais abaixo, na mesma página, há uma segunda foto, que retrata um homem parado ao lado de um painel solar, signo de fonte de energia sustentável.

Texto e foto fazem uma representação positiva de Virginia, apesar de a representarem acompanhada do pai. Pelas vestimentas e postura expressa na fotografia – a representação da jovem remete a um perfil moderno. Além disso, o texto a enquadra como estudante que demonstra conhecimento de tecnologias inovadoras, voltadas à produtividade e aliadas à sustentabilidade.

Figura 5 – Conheça manejos e tecnologias para uma fazenda sustentável

**GAÚCHAZH**  
**CAMPO E LAVOURA**

OLÁ, CLAUDINE

**Conheça manejos e tecnologias para uma fazenda sustentável**

Especialistas apontam práticas e inovações de máquinas e insumos que reduzem o impacto ambiental e garantem a viabilidade econômica das propriedades rurais

**Publicidade**

**SABE ONDE FICA A UNIMED MAIS PRÓXIMA?**

**MAIS LIDAS**

**RECOMENDADOS**

**LEIA MAIS**

**Plano direto pode ser usado no RS**

**Expositivo é palco de feiras que estimulam a soja**

**Solo compactado reduz nutrição e provoca erosão**

**ASSINANTE ZH, SÓCIO DO CLUBE**

**Publicidade**

**RECEBA GRATUITAMENTE O MELHOR DE GAÚCHAZH NO SEU E-MAIL E MANTENHA-SE SEMPRE ATUALIZADO.**

**Publicidade**

**ASSINANTE ZH, SÓCIO DO CLUBE**

**Placas fotovoltaicas**



O produtor Abrelino José Calgarotto, de Paulo Bento, no norte do Estado, assinou financiamento para compra de placas solares

Fonte natural e disponível, o sol é considerado por especialistas uma fonte de geração de energia limpa, pois gera baixo impacto ambiental e não emite gases de efeito estufa.

Com orientação da Emater, o produtor Abrelino José Calgarotto, de Paulo Bento, no norte do Estado, adquiriu painéis solares da Solbras, de São Paulo. Depois de ter aprovado o estudo de viabilidade econômico, Calgarotto assinou, durante a Expositivo, o financiamento para instalar uma usina de energia na propriedade rural de sete hectares onde cultiva soja e trabalha com turismo rural.

Os painéis fotovoltaicos servirão para reduzir os custos mensais com energia, hoje em média de R\$ 1 mil.

– É uma alternativa que está aí, de graça (o sol), e resolvê aproveitar – sintetiza o empreendedor, que estima pagar o investimento em oito anos.

**Integração lavoura-pecuária-floresta**

A diversificação de sistemas, unido ou alternando cultivos, gado e florestas, ajuda a recuperar solos degradados, incentiva a biodiversidade e aumenta a qualidade e a quantidade da produção de grãos, carne e leite.

– A integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF) é sinônimo de sustentabilidade. A diversificação garante o futuro da propriedade agrícola, porque uma atividade fornece ganhos à outra e recupera algo que a outra tirou do ambiente – afirma o agrônomo Ilvando Barreto de Melo, da Emater.

Segundo ele, há vantagens na produção de carne, leite e grãos, como controle térmico do ambiente, favorecendo o bem-estar animal, e ganhos econômicos do próprio cultivo de árvores, com o comércio de madeira crua e tratada.

**Máquinas e Equipamentos**

Equipamentos que oferecem mais conforto aos operadores, maior potência e eficiência nas aplicações e que geram menor impacto no ambiente puderam ser conferidos na feira em Nao-Me-Toque.

Nos pulverizadores, fabricantes prometem redução no consumo de combustível, maior produtividade por hora/hectare e menor emissão de gases de efeito estufa.

Um modelo da Massey Ferguson promete menor compactação do solo, por ser mais leve do que os similares, segundo o supervisor de marketing de pulverizadores da marca, Vitor Kaminski.

Além disso, agrega tubulação que interrompe rapidamente o fim da pulverização, bomba que reduz a pressão, ponteira que despeja com precisão e sistema acionado somente nas áreas necessárias e GPS.

– Não tem lavoura hoje sem defensivos, mas tem como depositar somente o necessário – aponta Kaminski.

Na Valtia, a aposta é em tratores maiores como forma de reduzir o impacto no solo.

– Eles são o carro-chefe das propriedades, usados para tudo. Então vale mais a pena ter um (trator) grande que vai passar menos vezes na lavoura e pelos mesmos lugares, além de gastar menos óleo e combustível – assinala o coordenador de marketing da empresa, Alberto Toledo.

**Conservação do solo**

A conservação do solo vai além do uso adequado de agroquímicos e máquinas. E as consequências são profundas. As lavouras com compactação sofrem mais nos períodos de estiagem por não conseguirem armazenar água. Já quando os acumulados são altos, a água tem dificuldade para penetrar.

Por isso, pesquisadores da Embrapa defendem três medidas para evitar o adensamento do solo: semeadura em contorno, diversificação de culturas com plantio direto e terraceamento agrícola. O objetivo final, segundo o pesquisador da Embrapa Tiago José Elói Denardin, é manter ao máximo a água da chuva no solo e evitar prejuízos causados por estiagens, como a vinda pela zona sul do Estado.

Fonte: (GAÚCHAZH, 09/03/2018)

#### 4.4.6 – O vinho colonial agora é legalizado; entenda como os produtores se adaptaram

Escrita por Fernando Soares e publicada em 29 de março, a notícia de título “*O vinho colonial agora é legalizado; entenda como os produtores se adaptaram*” (GAÚCHAZH, 29/03/2018, grifos nossos) tem como subtítulo “*Lei permite que agricultores familiares saiam da informalidade, vendendo no município de origem com imposto mais baixo*” (GAÚCHAZH, 29/03/2018, grifos nossos). Na matéria, dois casais aparecem como representantes de agroindústrias pioneiras na venda legalizada de vinho colonial.

No texto, a linguagem é plural quando se refere a ambos os casais: “*Auri e Diva Flâmia estão entre os pioneiros a obterem o registro.*” [...] “*O casal investiu em torno de R\$ 70 mil na reforma do galpão que abriga a vinícola e na compra de equipamentos.*” [...] “*Aldo e Adriana Lazzari não hesitaram em iniciar a busca pelo registro. Em fevereiro, o casal de agricultores recebeu a autorização do Ministério da Agricultura [...]*” (GAÚCHAZH, 29/03/2018, grifos nossos). Os depoimentos intercalam falas masculinas e femininas; no caso de Diva e Auri, o texto apresenta primeiro a fala do marido, que contém avaliações técnicas relativas ao lucro da produção: “*– Fazer vinho dá mais trabalho, mas conseguimos ganhar mais. Com mil quilos fazemos mil litros de vinho e ganhamos cinco vezes mais do que vendendo a mesma quantidade de uva para a cantina – compara Auri Flâmia*” (GAÚCHAZH, 29/03/2018, grifos nossos). Na sequência, vem a entrevista da mulher, que relata o processo cotidiano da produção, com uma avaliação mais subjetiva: “*Diva Flâmia conta que até pessoas de municípios distantes, como Porto Alegre, São Leopoldo e Passo Fundo, apareceram na propriedade para comprar vinho. – Tudo isso vale a pena. Tivemos um gasto alto, mas sabemos que estamos trabalhando dentro das normas. Ficamos mais tranquilos – comemora Diva*” (GAÚCHAZH, 29/03/2018, grifos nossos).

Quando o produtor Aldo e a produtora Adriana relatam suas experiências, primeiro o texto traz a fala da mulher, relativa ao processo produtivo: “*– Saiu a nossa agroindústria e vai sair o melhor vinho do ano. Nesta safra, a uva está com um bom grau (teor de açúcar), de qualidade muito boa – exalta Adriana Lazzari*” (GAÚCHAZH, 29/03/2018, grifos nossos); após, o texto traz o depoimento do homem, que comenta aspectos econômicos do empreendimento: “*– Fizemos todo o investimento por conta própria. Agora, é esperar para vender o vinho e recuperar o dinheiro – comenta Aldo.*” [...] “*Para Aldo, uma das principais vantagens garantidas pela legislação é a baixa alíquota tributária sobre o vinho. Como a venda é feita com o talão de produtor, paga-se 1,5% de imposto*” (GAÚCHAZH, 29/03/2018, grifos nossos).

Além dos dois homens e das duas mulheres já mencionados/as, a notícia traz mais três fontes, todas masculinas: o chefe do escritório da Emater em Bento Gonçalves, Thompson Didoné; o diretor de relações institucionais do Instituto Brasileiro do Vinho (Ibravin), Carlos Paviani; e o chefe do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal (Sipov) do Ministério da Agricultura, José Fernando Werlang.

Quanto à situação socioeconômica dos/das produtores/as, a notícia aponta que a venda do vinho só é permitida na propriedade e em feiras municipais. Além disso, em referência a Auri e Diva, o texto cita que eles plantam em “16 hectares de parreirais em Faria Lemos, no interior de Bento Gonçalves [...]”; “Na primeira safra com a marca regulamentada, a Piccola Cantina, nome que os Flâmia deram ao negócio, está fazendo 16 mil litros da bebida” (GAÚCHAZH, 29/03/2018, grifos nossos). O texto aponta ainda que o empreendimento de Aldo e Adriana é pequeno e produz quantidades de vinho próximas ao dos Flâmia: “Atualmente, a bebida está fermentando nos tanques da pequena vinícola e deve ficar pronta a partir de julho. Serão produzidos 17 mil litros das variedades bordô, isabel rosé e lorena” (GAÚCHAZH, 29/03/2018, grifos nossos).

A notícia possui duas fotografias e cada uma retrata um dos casais. Na primeira delas não há legenda, mas acredita-se que retrata os Flâmia, por estar situada no início da página, próxima à parte textual que fala sobre Auri e Diva. Nesta foto, o cenário exprime um ambiente interno iluminado, com pisos e paredes claras, que aparenta ser um local de armazenamento de vinho. A produtora e o produtor estão posicionados na parte central da foto, com o corpo curvado em direção ao piso; as mãos tocam garrafas que aparecem estocadas na parte esquerda da foto. Diva está no primeiro plano, vestindo calça jeans escura, blusa florida e chinelo; o marido aparece posicionado atrás dela e veste bermuda jeans, uma regata cinza e chinelos. Ambos estão de cabelos bem penteados. Olham para baixo, em direção às garrafas. Diva sorri, enquanto Auri se mostra sério. A foto foi feita por um ângulo contraplonjeé, enquadrada em plano geral.

A segunda fotografia tem a legenda “Adriana e Aldo Lazzari pretendem recuperar em breve os R\$ 35 mil investidos” (GAÚCHAZH, 29/03/2018, grifos nossos). Nela, o casal está parado lado a lado; cada um segura uma garrafa de vinho, ambas posicionadas de ponta cabeça sobre uma máquina. O ambiente tem pouca iluminação e as paredes são escuras, amareladas; a pintura aparenta ser velha. Adriana veste uma blusa colorida listrada; Aldo, uma camiseta azul e um boné escuro. A mulher está posicionada um pouco mais à frente na foto e recebe mais iluminação, estando mais visível; ela olha para baixo, na direção da máquina, e sorri; os cabelos estão presos, com fios soltos, desalinhados. O homem, um pouco mais ao fundo, olha em direção à câmera e demonstra um leve sorriso. O ângulo da foto é normal e o plano utilizado é

intermediário entre médio e americano. A imagem está situada no meio da matéria, junto à parte que contém os depoimentos dos Lazzari.

Nestes dois casos, apesar de haver uma representação conjunta e equitativa de homens e mulheres nas fotografias, é possível distinguir papéis historicamente fixados no imaginário social como femininos e masculinos: enquanto que ao homem cabe a função de administrar as finanças dos empreendimentos, às mulheres resulta a responsabilidade pela qualidade dos produtos alimentícios, papel historicamente atrelado à cozinha e à lida doméstica.



Figura 6 - O vinho colonial agora é legalizado; entenda como os produtores se adaptaram

☰

[MENU](#)

**GAÚCHAZH**  
**CAMPO E LAVOURA**

OLÁ, CLAUDINE

---

VITIVINICULTURA

## O vinho colonial agora é legalizado; entenda como os produtores se adaptaram

Lei permite que agricultores familiares saiam da informalidade, vendendo no município de origem com imposto mais baixo



**FERNANDO SOARES**  
Colunista em Bento Gonçalves



Diogo Salaberry / Agência RBS

Uma tradição mantida há décadas por milhares de famílias da Serra, a fabricação de **vinho colonial** agora começa a sair da informalidade. A partir da **Lei do Vinho Colonial**, de caráter federal e em vigor desde 2014, mas que somente agora começa a ser implementada, uma série de produtores deve se legalizar. Os primeiros registros de agroindústrias familiares já estão sendo distribuídos neste ano pelo Ministério da Agricultura.

Até o momento, três vinícolas de agricultores familiares, duas em **Garibaldi** e uma em **Bento Gonçalves**, receberam o registro. Elas integram o projeto-piloto conduzido por Instituto Brasileiro do Vinho (Ibavin) e Emater. A relação ainda inclui três propriedades que solicitaram o documento e outras 10 que estão na fase final de coleta da documentação. Nos próximos meses, todas devem receber o aval do ministério.

Segundo o chefe do escritório da Emater em Bento Gonçalves, Thompson Didone, a experiência deste primeiro grupo serviu para sanar dúvidas relativas à lei e para criar diretrizes que serviram de base para o registro de novos estabelecimentos.

– Como é uma legislação relativamente nova, tivemos que construir uma série de normativas. Todo um processo foi construído. A partir de agora, com a documentação em mãos, o produtor poderá ter o registro em questão de meses – salienta Didone.

Para pôr em prática a formalização, é preciso obedecer a alguns critérios. O volume fabricado não pode passar de 20 mil litros ao ano, 100% das uvas devem ser de cultivo próprio e a venda só é permitida na propriedade e em feiras municipais. Não é preciso CNPJ, pois as notas podem ser emitidas com o talão de produtor. Além disso, é necessário respeitar critérios ambientais, fiscais e sanitários. O custo para montar a agroindústria varia, mas, em geral, oscila entre R\$ 30 mil e R\$ 100 mil, calcula Didone.

Segundo o último **Censo Agropecuario** divulgado, realizado pelo IBGE em 2006, há mais de 8 mil produtores de vinho artesanal no país, a maioria na serra gaúcha. Desse, 2 mil forneceram ou comercializavam a bebida para terceiros e poderiam se beneficiar da legislação.

– É uma prática cultural antiga, principalmente na Serra. Cada agricultor, mesmo que venda a uva, produz algo de vinho, muitas vezes para consumo próprio – lembra Carlos Pariani, diretor de relações institucionais do Ibavin.

Nos próximos três anos, o instituto projeta que, ao menos, 200 vitivinicultores da Serra serão registrados, o que resultaria em uma produção anual de mais de 4 milhões de litros de vinho.

**Os pioneiros**

Com 16 hectares de parreiais em Faria Lenos, no interior de Bento Gonçalves, Auri e Dina Flávia estão entre os pioneiros a obterem o registro. O documento foi entregue em fevereiro.

O casal investiu em torno de R\$ 70 mil na reforma do galpão que abriga a vinícola e na compra de equipamentos. A principal fonte de renda da família Flávia segue sendo a venda da uva para vinícolas da região, mas a produção própria vai potencializar os rendimentos.

– Fazer vinho dá mais trabalho, mas conseguimos ganhar mais. Com mil quilos fazemos mil litros de vinho e ganhamos cinco vezes mais do que vendendo a mesma quantidade de uva para a cantina – compara Auri Flávia.

Na primeira safra com a marca regulamentada, a Pequela Cantina, nome que os Flávia deram ao negócio, está fazendo 16 mil litros da bebida. Entre as variedades disponíveis há borô, Isabel, Isabel branco, Lorenza, moscato e nidagna.

O pioneirismo tem rendido bons frutos para os produtores. Dina Flávia conta que até pessoas de municípios distantes, como Porto Alegre, São Leopoldo e Passo Fundo, apareceram na propriedade para comprar vinho.

– Tudo isso vale a pena. Tivemos um gasto alto, mas sabemos que estamos trabalhando dentro das normas. Ficamos mais tranquilos – comemora Dina.

Publicidade

ASSINANTE ZIL, SÓCIO DO CLUBE

Publicidade

**MAIS LIDAS**

Foi indústria a população que o técnico do River tentou pagar em Renato

Novo shopping no RS tem supermercado com self-checkouts e mais 300 empregos

Transição de Eduardo Leite deve começar por FZMS e regime fiscal

Limite de R\$ 1,5 milhão para financiar imóveis pelo FZTS começa a valer nesta terça-feira

Ao vivo, Bolsonaro convivia

Movê para ser ministro

Publicidade

**RECOMENDADOS**

O dross de 375 R\$ que está conquistando o Brasil. A ideia? Buitante.

Sonda Puckert, que quer 'tocar o Sol, bate recorde e se torna a espaçonave a ficar mais perto...'

Composto que 'seca haxixe' e tira inchaço vitaliza no Brasil!

Mão de mestre com destreza para resenha 71 dias no hospital. 'É sobre amor e dor'

Porto Alegre ganha bar com 64 tonéis de vinhos diferentes: veja fotos

Recomendado por @lucbrasil | >

RECEBA GRATUITAMENTE O MELHOR DE GAÚCHAZH NO SEU E-MAIL E MANTENHA-SE SEMPRE ATUALIZADO.

Seu e-mail

**ENVIAR**

Publicidade

ASSINANTE ZIL, SÓCIO DO CLUBE

### À espera da primeira safra



Adriana e Aldo Lazzari pretendem recuperar em breve os R\$ 35 mil investidos

Após ter centenas de litros de vinho apreendidos em uma ação de fiscalização, a família Lazzari viu que havia chegado a hora de legalizar a fabricação da bebida na sua propriedade localizada em Marcorama, no interior de Garibaldi. Era 2012 e, na época, se começava a discutir a implementação da **Lei do Vinho Colonial**. Quando a legislação entrou em vigor, anos depois, Aldo e Adriana Lazzari não hesitaram em iniciar a busca pelo registro.

### LEIA MAIS

Como vinícolas tradicionais da serra gaúcha superaram crises e deram a volta por cima

Produção de uva é recorde, mas venda de vinhos nacionais recua

Em fevereiro, o casal de agricultores recebeu a autorização do Ministério da Agricultura e agora se prepara para colocar no mercado os primeiros garraões da La Nostra Cantina, nome do empreendimento. Atualmente, a bebida está fermentando nos tanques da pequena vinícola e deve ficar pronta a partir de julho. Serão produzidos 17 mil litros das variedades borô, Isabel rosé e Lorenza.

– Saiu a nossa agroindústria e vai sair o melhor vinho do ano. Nesta safra, a uva está com um bom grau (teor de açúcar), de qualidade muito boa – exalta Adriana Lazzari.

Para se adequar às exigências da lei foram investidos R\$ 35 mil. A maior parte dos recursos foi destinada à compra de pipas e máquinas para moer uva, para lavar os garraões e envasar a bebida. Além disso, Aldo Lazzari fez a reforma do galpão que abriga os tanques de bebida.

– Fizemos todo o investimento por conta própria. Agora, é esperar para vender o vinho e recuperar o dinheiro – comenta Aldo.

Os agricultores pretendem começar a frequentar as feiras no município para comercializar o vinho. Enquanto a bebida repousa nas pipas, Aldo e Adriana estão providenciando os rótulos e toda a identidade visual da agroindústria. Centenas de garraões vazios, acumulados em uma sala, estão à espera do líquido que sairá dos tanques.

Para Aldo, uma das principais vantagens garantidas pela legislação é a baixa alíquota tributária sobre o vinho. Como a venda é feita com o talão de produtor, paga-se 1,5% de imposto. Ele conta que o processo de legalização tem despertado curiosidade em outros agricultores na região. Após receberem o registro, alguns produtores de Garibaldi e de outros municípios entraram em contato com os Lazzari para saber como obter a certificação.

### Registro vale por 10 anos

O certificado de agroindústria de **vinho colonial** só é concedido após a visita de um fiscal do Ministério da Agricultura ao estabelecimento.

Na Serra, o escritório de **Caixas do Sul** é o responsável por agendar as vistorias. Na ida até a propriedade rural, o servidor público analisa se a documentação está em dia e se o local tem condições adequadas para a fabricação do produto.

Aprovado nessa etapa, o agricultor recebe uma autorização para produzir a bebida, com validade de 10 anos. Após esse prazo, realiza-se nova visita para a renovação do documento.

– Para um estabelecimento que faz vinho, as exigências são simples, pois não é um produto que oferece risco microbiológico, como os de origem animal – explica José Fernando Werlang, chefe do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal (Sipov) do Ministério da Agricultura.

Segundo Werlang, a mudança nas leis tem permitido a fabricação de uma série de produtos coloniais, como queijos, salames e sucos, esteja sendo legalizada. Hoje, o Estado conta com oito agroindústrias familiares com certificação da inspeção federal.

Fonte: (GAÚCHAZH, 29/03/2018)

#### 4.4.7 – Produtores vão às compras e intenção de negócios é recorde na Agrishow

Escrita por Karen Viscardi e publicada no Caderno Campo e Lavoura no dia 04 de maio, a notícia “*Produtores vão às compras e intenção de negócios é recorde na Agrishow*” (GAÚCHAZH, 04/05/2018, grifos nossos) se refere ao comércio de máquinas agrícolas em uma feira de exposição. O subtítulo diz: “*Capitalizados pelos resultados da safra, agricultores aproveitaram os descontos oferecidos pelas fabricantes de máquinas na feira em Ribeirão Preto (SP), mesmo com a perspectiva de taxa menor para financiamento no próximo plano safra*” (GAÚCHAZH, 04/05/2018, grifos nossos). Na notícia, duas produtoras são citadas como compradoras de equipamento agrícola, assim como outros compradores homens. A primeira mulher, Silvia Suzuki Nishikawa, aparece sozinha no texto e na foto; a outra é Luciana Zanin, que é representada junto do marido Nivaldo Fulanetti e do filho Augusto.

No caso de Silvia, a linguagem utilizada pelo texto é singular, ou seja, faz referência apenas à mulher enquanto administradora e produtora rural: “*Com poder de compra garantido pela atual safra e crédito pré-aprovado, Silvia já chegou à mostra com a decisão de fechar negócio para equipar a fazenda que administra com um novo trator e uma plataforma de colheita de cereais*” (GAÚCHAZH, 04/05/2018, grifos nossos). No segundo caso, a linguagem mescla singular e plural, já que ora faz referência apenas ao homem, ora à família como um todo:

*Atraído pela proposta comercial de uma fabricante, Nivaldo Fulanetti, a mulher, Luciana Zanin, e o filho Augusto, de São Félix do Xingu, no Pará, efetivaram a compra de um trator no primeiro dia da feira. Mas a aquisição foi planejada: o produtor acompanhou por meses o preço do equipamento. Com 4 mil hectares em três propriedades no Pará, em Goiás e em São Paulo, Nivaldo tem necessidade imediata do trator para começar o preparo da terra para plantar cana e pastagem para o gado* (GAÚCHAZH, 04/05/2018, grifos nossos).

No primeiro caso, a mulher é fonte do texto e tem seu depoimento exposto em ordem direta: “– *Precisamos de tecnologia de ponta, porque a agricultura é muito volátil. Um bom equipamento otimiza a produção. A maior produtividade acaba diminuindo custo e, na feira, os planos para aquisição de equipamentos são diferenciados – afirma a produtora Silvia Suzuki Nishikawa*” (GAÚCHAZH, 04/05/2018, grifos nossos). Já no segundo caso, Luciana não é fonte; ela é citada como esposa do produtor; este sim é fonte expressa no texto: “*Com 4 mil hectares em três propriedades no Pará, em Goiás e em São Paulo, Nivaldo tem necessidade imediata do trator para começar o preparo da terra para plantar cana e pastagem para o gado. – Se esperasse o plano safra, passaria da hora – conta Nivaldo*” (GAÚCHAZH, 04/05/2018, grifos nossos). Além de



Sílvia e Nivaldo, a notícia nomeia mais oito fontes, todas masculinas: o presidente da Câmara Setorial de Máquinas e Implementos Agrícolas da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Pedro Estevão de Oliveira; o presidente da Agrishow, Francisco Matturro; o vice-presidente de vendas e marketing da AGCO América Latina, Werner Santos; o produtor Herminio Mitihiro Samoto; o diretor comercial, de marketing e de seguros do banco CNH Industrial, Marcio Contreras; o gerente executivo de agronegócios do Banco do Brasil, Antônio Banhara; o superintendente-executivo de Agronegócios do Santander, Paulo Bertolane; e o diretor de desenvolvimento da regional Sicredi, Adilson de Sá.

Em referência à situação socioeconômica das duas mulheres citadas, a notícia expressa as quantidades de terras cultivadas. Sobre Sílvia, o texto se refere diretamente às posses da mulher: *“planta batata, alho, cenoura, soja, milho, café e abacate em 2 mil hectares cultivados em São Gotardo (MG)”* (GAÚCHAZH, 04/05/2018, grifos nossos). Sobre Luciana, o texto não fala diretamente do trabalho dela, apenas das propriedades do marido: *“Com 4 mil hectares em três propriedades no Pará, em Goiás e em São Paulo, Nivaldo tem...”* (GAÚCHAZH, 04/05/2018, grifos nossos).

Na matéria há três fotografias. A primeira aparece na página logo abaixo do título e do subtítulo e retrata, de longe, dois homens parados próximos de máquinas agrícolas. As mulheres citadas aqui estão representadas nas outras duas fotografias. Sílvia aparece na segunda foto, enquadrada no centro da imagem, de braços cruzados, escorada em um dos pneus de uma máquina agrícola que ocupa quase todo o fundo da foto; ela veste calça jeans e uma camiseta branca; tem um colar de pedras no pescoço e uma pulseira no braço esquerdo. Sílvia, de cabelos presos e loiros, sorri para a foto; seu rosto está bem iluminado, possivelmente por uma luz artificial, já que a foto foi feita, aparentemente, em um período noturno. Ela foi fotografada por um ângulo contraplané - que engrandece e valoriza a personagem - e enquadrada em um plano americano. A legenda diz: *“Silvia Nishikawa, de São Gotardo (MG), foi à mostra disposta a investir em equipamentos para otimizar a produção”* (GAÚCHAZH, 04/05/2018, grifos nossos). Já a terceira fotografia do texto, feita em plano médio e ângulo normal, retrata Nivaldo, Luciana e Augusto também posicionados na frente de uma máquina agrícola. Na disposição da foto, a mulher e o filho se posicionam cada um em um dos lados, enquanto o homem está mais ao centro da imagem, próximo à mulher. Nivaldo, com uma das mãos, segura partes mecânicas da máquina. A foto é iluminada com luz solar. Luciana veste uma blusa rosa; Nivaldo e Augusto estão com camisa social de cor clara. Os três sorriem; Nivaldo, contudo, tem um semblante mais alegre que os demais. Esta é a terceira foto da matéria e está próxima do final da página. A

legenda diz: “*Vindos do Pará, Nivaldo Fulanetti e a família decidiram comprar um trator logo no primeiro dia da mostra*” (GAÚCHAZH, 04/05/2018, grifos nossos).

Neste último caso, Luciana tem seu nome citado no texto e é representada na fotografia, mas não é fonte da notícia. Já na representação de Sílvia, que aparece de forma autônoma na fotografia e no texto, há uma ideia de poder e determinação passadas pela imagem – a qual chama atenção, inclusive, pela máquina agrícola de grande porte que serve como plano de fundo. O mesmo significado é transmitido pelos depoimentos da fonte, que citam investimentos, produtividade, tecnologia e otimização da produção; neste caso, os temas voltados à modernização agrícola aparecem também na legenda da foto e no entretítulo que a antecede, intitulado “Com poder de compra”.



#### 4.5 – RESULTADOS DA ANÁLISE

A partir da metodologia aplicada ao *corpus*, observamos que nas sete notícias analisadas nove mulheres apareceram em fotografias e textos jornalísticos na condição de produtoras rurais. Todas elas são brancas e a maioria é representada ao lado de um homem. Em umas das situações o homem é o pai; nas outras seis, é o marido. Apenas em duas ocasiões as produtoras aparecem sozinhas nas fotos e têm seus depoimentos expostos de forma autônoma. Em quatro das sete notícias, o depoimento vem acompanhado da fala do homem, citação que sucede ou antecede as palavras da fonte feminina, ainda que os textos jornalísticos, na maioria dos casos, façam referência aos homens e às mulheres como igualmente responsáveis pela produção rural. Em duas notícias, entretanto, há mulheres citadas nos textos, que também aparecem nas fotografias, mas apenas o marido é fonte jornalística expressa no texto. Apesar disso, no Dia Internacional da Mulher foi divulgada uma matéria que trata especificamente do trabalho realizado por mulheres nas propriedades rurais.

Além das nove produtoras rurais representadas, há também duas fontes oficiais femininas nas matérias que constituem nosso *corpus*, acionadas por ocuparem cargos institucionais. Neste mesmo universo de amostragem, no entanto, a concorrência ainda é desleal: das 42 pessoas citadas nas notícias, 31 são homens: 11 produtores, 18 representantes de instituições e dois filhos de produtores e produtoras. Já em relação ao tipo de pauta nas quais as mulheres são representadas, constatamos que cinco notícias fazem referência à produção de alimentos (leite, vinho, queijo, uva e pêssigo); outras duas abordam a compra de máquinas agrícolas.

A importância de levantar esses aspectos, de acordo com Rodrigo Alsina (2009, p. 185) está no fato de que “toda a produção informativa se reduz a dois processos: o de seleção e o de hierarquização”; ou seja, os jornalistas, assim como os meios de comunicação em que trabalham, selecionam as informações e os fatos que devem, ou não, se constituir enquanto notícia, estando “preparados e legitimados para informar, para moldar a realidade do dia-a-dia” (ALSINA, 2009, p. 231).

De modo geral, podemos apontar semelhanças na construção jornalística de três notícias, que representam, em fotografias e textos, quatro casais de produtores rurais em pé de igualdade. São as notícias de título “*Após crise no leite, tambos são deixados para trás no RS*” (GAÚCHAZH, 19/01/2018b, grifos nossos) “*Abandono do leite leva à concentração da atividade*” (GAÚCHAZH, 19/01/2018, grifos nossos) e “*O vinho colonial agora é legalizado;*

*entenda como os produtores se adaptaram*” (GAÚCHAZH, 29/03/2018, grifos nossos). Nelas, homens e mulheres são representados/das nas fotografias e têm seus depoimentos expressos no texto. Os casais agricultores, nestas notícias, são retratados de maneira parecida pelas fotografias: todos estão atuando no ambiente de trabalho, vestindo roupas de cortes simples, às vezes desbotadas, e chinelos. O semblante entre eles varia de acordo com o tipo de pauta; na notícia sobre a legalização do comércio de vinho, os produtores aparecem sorridentes, passando a ideia de realização; já nas notícias que tratam da crise no mercado leiteiro, os/as camponeses/as têm semblante triste, sofrido, e postura cabisbaixa.

Nestas três notícias, ainda foi possível identificar que, algumas vezes, as mulheres receberam mais destaque nas fotografias do que seus maridos, por estarem em um primeiro plano, ocupando espaço maior na imagem, ou até mesmo por terem sido enquadradas mais ao centro da fotografia e/ou receberem mais iluminação que os homens. Esta maior presença de mulheres em pautas que tratam da produção menos mecanizada é, de acordo com Viscardi (23/10/2018), o “retrato da realidade” agrícola no Rio Grande do Sul, na qual as mulheres estão mais presentes, principalmente, nas pequenas propriedades voltadas à pecuária de leite e nas agroindústrias familiares (VISCARDI, 23/10/2018). Por outro lado, é necessário apontar que, nestas mesmas três notícias, excetuando-se as produtoras rurais que atuaram como *case*, todas as demais fontes utilizadas foram masculinas. Viscardi aponta que este é um outro reflexo da realidade do agronegócio no Estado, que é predominantemente masculina, principalmente na produção de manufaturados, como a soja, e na ocupação de cargos especializados em instituições. A editora (VISCARDI, 23/10/2018) conta que o caderno Campo e Lavoura tem dificuldade de encontrar mulheres para darem entrevistas:

Temos dificuldades de mulheres porta-vozes; [...] nesta área agrícola, na Agronomia, na Veterinária, todo esse campo ainda é muito dominado pelos homens; [...] Quando as pessoas nos indicam, acabam indicando homens, até mesmo pelo perfil de produtor que temos no Rio Grande do Sul, que é maioria homens.

Além deste maior predomínio de fontes masculinas nos textos, foi possível identificar uma outra particularidade em relação aos depoimentos dos produtores e produtoras. Na notícia *“O vinho colonial agora é legalizado; entenda como os produtores se adaptaram”* (GAÚCHAZH, 29/03/2018, grifos nossos) as falas dos dois produtores fazem referência a questões econômicas da produção rural - ao citarem lucros, impostos e investimentos, por exemplo - enquanto que os depoimentos das produtoras descrevem o cotidiano rural e fazem avaliações subjetivas sobre a produção. A notícia de título *“Conheça manejos e tecnologias para uma fazenda sustentável”* (GAÚCHAZH, 09/03/2018, grifos nossos) também demonstra

o mesmo teor em relação ao depoimento masculino; nela, apesar de a linguagem jornalística fazer referência ao pai e à filha enquanto responsáveis pela produção e pela compra de maquinários agrícolas, a fala do homem faz referência aos lucros e às avaliações de negócios, enquanto que a entrevista com a mulher tem na preservação ambiental seu ponto-chave. Virginia, entretanto, está numa posição de estudante de ensino superior, o que a permite expressar-se de forma mais técnica. De modo geral, identifica-se que, nestes casos, os homens são o gênero legitimado a falar sobre os negócios das propriedades rurais, enquanto que as agricultoras se expressam como mera mão-de-obra, com pouca análise das práticas agrícolas.

Em dois outros casos, as mulheres, apesar de comporem as imagens, não têm voz no texto, sendo citadas como esposas dos produtores rurais, as verdadeiras fontes das notícias. Tais narrativas jornalísticas imiscuem a participação das mulheres, visto que, nesses casos, os maridos são tratados como protagonistas e, conseqüentemente, responsáveis pela produção agrícola, relegando as mulheres a um papel secundário. É o caso da reportagem “*Venda de queijo serrano para todo o Rio Grande do Sul*” (GAÚCHAZH, 19/01/2018c, grifos nossos) que mesmo referindo-se à mulher e ao marido como responsáveis pela primeira agroindústria a conseguir habilitação para venda de queijo no Estado, apenas o homem é ouvido. Em termos de linguagem, a produção jornalística deu preferência a pronomes e verbos no singular masculino: “*Ao se ajustar às exigências sanitárias para aderir ao Susaf, ele criou uma oportunidade de melhor colocação no mercado. Mas sabe que é preciso ter paciência*” (GAÚCHAZH, 19/01/2018c, grifos nossos). No entanto, quando a citação deriva diretamente da fala do produtor, o enunciado passa para a primeira pessoa do plural, supostamente incluindo a mulher na realização do trabalho: “*Produzimos 10 quilos [de queijo] por dia, mas temos estrutura para 250 quilos*” (GAÚCHAZH, 19/01/2018c, grifos nossos).

Na fotografia, o casal aparece em meio à produção de queijo; o homem, que veste roupas casuais e está posicionado ao lado de fora do estabelecimento fotografado, é quem, sorrindo para a foto, segura nas mãos parte da produção exposta; já a mulher, vestindo uniforme e parada na parte interna do estabelecimento, ocupa o segundo plano da imagem, e olha em direção à câmera com um semblante apático. Vê-se, neste caso, uma contradição: mesmo representada, na fotografia, como mão-de-obra da agroindústria e citada pelo marido como contribuinte da produção, é o homem quem recebe destaque na notícia, tanto no texto quanto na foto. Hall (2016, p. 18) afirma que a representação através da linguagem é central para os processos através dos quais é produzido o significado, já que é através da linguagem que os pensamentos, as ideias e os sentimentos são representados em uma cultura. Neste caso, a notícia faz, portanto,

uma representação limitada da produtora, gerando significações de diminuição do papel desempenhado por ela enquanto trabalhadora rural.

Situação parecida se repete na notícia “*Produtores vão às compras e intenção de negócios é recorde na Agrishow*” (GAÚCHAZH, 04/05/2018, grifos nossos). Neste caso, Luciana, que é representada na fotografia, junto do marido e do filho, também não tem voz na notícia. Apesar de o texto afirmar que a mulher efetivou a compra de um trator junto do marido e do filho, o único depoimento a respeito da compra é o do produtor. No texto, o homem é apontado como o proprietário de 4 mil hectares de terras e, em nenhum momento, há referência ao trabalho da esposa.

De acordo com Rodrigo Alsina (2009, p. 292) “devemos prestar atenção nas fontes que são citadas para interpretar os acontecimentos”, tendo em vista que “a relação entre acontecimento-fonte-notícia é essencial para a compreensão da construção social da realidade da informação” (RODRIGO ALSINA, 2009, p. 52). Ainda de acordo com Rodrigo Alsina (2009, p. 174), “as fontes que aparecem nos discursos informativos são importantes, já que são elas as que se institucionalizam socialmente”. O autor completa: “o fato de que determinadas fontes tenham voz, no intuito de interpretar, valorizarem, e, em resumo, opinarem sobre o acontecimento, é um elemento fundamental na construção do sentido” (RODRIGO ALSINA, 2009, p. 292).

Nesta investigação, apesar de as análises terem apontado uma soberania masculina no número de fontes utilizadas, tanto em relação aos produtores rurais quanto em questão de fontes institucionais, temos também dois casos de produtoras que foram representadas sozinhas, de forma autônoma, nas fotografias e nos textos. Analisamos de forma mais detalhada estas duas exceções.

O caso que mais transparece a preocupação do Caderno Campo e Lavoura com a representação das mulheres produtoras rurais está na matéria “*Mulheres ganham espaço no agronegócio da serra*” (GAÚCHAZH, 08/03/2018, grifos nossos), cuja publicação se deu no dia 08 de março, Dia Internacional da Mulher. Esta é a única notícia que trata, especificamente, da força de trabalho feminina nas propriedades rurais, sendo também a única que contém apenas depoimentos de mulheres – inclusive a fonte institucional acionada - e que a figura masculina não aparece na fotografia.

Além disso, o texto apresenta um discurso de empoderamento feminino: “*A presença da mulher na tomada de decisões nas propriedades rurais da Serra está cada vez mais evidente*” (GAÚCHAZH, 08/03/2018, grifos nossos). O texto ainda sublinha a crescente “*presença feminina na liderança das propriedades rurais do Rio Grande do Sul*”

(GAÚCHAZH, 08/03/2018, grifos nossos) sem, contudo, fornecer dados a respeito disso, apenas a citação da gerente da Emater: “*A gerente regional da Emater Caxias do Sul, Sandra Dalmina, ressalta que elas têm conquistado cada vez mais espaço, principalmente nas agroindústrias. — Elas são fundamentais e estão tomando à frente dos negócios — aponta*” (GAÚCHAZH, 08/03/2018, grifos nossos). Neste caso, apesar de citar que a lida no campo é realizada em parceria com o marido e o filho, o texto jornalístico dá destaque às atividades produtivas desempenhadas pela mulher e demonstra, ainda, a preferência da entrevistada pelas atividades agrícolas em comparação aos serviços domésticos: “— *Amo a terra. Amo a minha profissão. Tenho orgulho de ser colona — declara.*” [...] “— *Prefiro os parreirais do que as tarefas de casa. Me dá prazer colher o que plantamos — orgulha-se*” (GAÚCHAZH, 08/03/2018, grifos nossos). A ênfase do depoimento representa ainda uma exceção aos padrões sociais instituídos que percebem a mulher como mais propícia, “naturalmente”, ao trabalho doméstico. Nota-se que o gancho da matéria foi o Dia Internacional da Mulher mas, por se tratar da editoria de rural, também demonstra que, além da homenagem, há a preocupação em abordar temáticas voltadas à igualdade de gênero neste espaço.

Segundo Viscardi (23/10/2018), notícias que abordam o trabalho das mulheres não são uma novidade deste ano no caderno; entretanto, apesar de pautas impulsionadas por datas oficiais não ser um costume do Campo e Lavoura, esta, em específico, foi uma forma de fazer referência ao Dia Internacional da Mulher. “É difícil a gente fazer [notícia] pela data. A gente faz mais quando tem pesquisa, questão relevante, ou uma pauta interessante que tenha o público feminino. Mas essa é uma pauta sempre bem-vinda no agro, porque está em crescimento e ainda têm poucas mulheres”, relata a editora (23/10/2018).

Neste caso, consideramos que o caderno Campo e Lavoura acionou uma estratégia fundamental na produção jornalística, denominada por Rodrigo Alsina (2009, p. 191) de tematização, com o intuito de colocar na discussão pública a temática da liderança da mulher nas propriedades rurais, utilizando como gancho o Dia Internacional da Mulher. De acordo com o autor, esta estratégia pressupõe a seleção de um tema e sua colocação no centro da atenção pública. “A tematização serve para que a opinião pública diminua a complexidade social e faz com que seja possível a comunicação entre os diversos sujeitos, destacando os temas em comum mais importantes” (RODRIGO ALSINA, 2009, p. 191, apud RODRIGO ALSINA, 1997, p. 276-279)”. Neste mesmo caso, podemos considerar a aplicação de uma contra estratégia do regime de representação, que inverte a oposição binária, com o objetivo de construir uma



identificação positiva a partir do que era historicamente desprezado e subordinado (HALL, 2016, p. 216).

Nesta notícia, entretanto, a fotografia não valoriza a figura da mulher. O plano geral utilizado, que enquadra uma outra pessoa ao fundo da fotografia, e a escuridão da foto feita embaixo de um parreiral de uvas acabam ofuscando a imagem da agricultora. Além das roupas escuras e do chapéu utilizado impossibilitarem a observação do rosto da mulher, seu corpo acaba “competindo” com o destaque dos cachos de uvas e a claridade das folhas verdes, que chamam atenção do observador da fotografia.

Já no segundo caso que excede o padrão representativo da análise, é percebida uma representação diferente da mulher através da imagem. Na notícia “*Produtores vão às compras e intenção de negócios é recorde na Agrishow*” (GAÚCHAZH, 04/05/2018, grifos nossos), duas mulheres têm seus nomes citados e aparecem em fotografias distintas, sendo que uma delas é retratada na foto de capa da matéria, sozinha, parada em frente a uma máquina agrícola. A foto, feita em *contraplongé* e plano americano, enaltece a figura da mulher loira, de cabelos lisos, que sorri para a foto, com o rosto e o corpo iluminados. A posição dela – parada no centro da imagem, de braços cruzados, escorada em um dos pneus de uma máquina agrícola – passa uma ideia de determinação, firmeza e poder. Ambos os elementos fotográficos, tanto de ordem mental quanto material, geram significações caracteristicamente positivas da figura fotografada. A legenda da foto, que diz “*Silvia Nishikawa, de São Gotardo (MG), foi à mostra disposta a investir em equipamentos para otimizar a produção*” (GAÚCHAZH, 04/05/2018, grifos nossos) e os depoimentos presentes no texto também são aspectos que contribuem para a representação favorável à autonomia da mulher enquanto trabalhadora rural. Ao ser apresentada como produtora de grãos e outras culturas em 2 mil hectares de terras, ela também se difere da maioria das agricultoras representadas neste *corpus*. O depoimento liga-se à produção rural, à economia e à modernização da agricultura, além de remeter ao sentimento de classe, ao englobar todos os produtores do setor agrícola: “– *Precisamos de tecnologia de ponta, porque a agricultura é muito volátil. Um bom equipamento otimiza a produção. A maior produtividade acaba diminuindo custo e, na feira, os planos para aquisição de equipamentos são diferenciados – afirma a produtora Sílvia Suzuki Nishikawa*” (GAÚCHAZH, 04/05/2018, grifos nossos).

Viscardi é a jornalista que produziu esta matéria. Durante a entrevista concedida para esta monografia, ela comentou sobre este caso, mesmo sem ter sido perguntada especificamente a respeito: “Este ano eu fui para a Agrishow, no interior de São Paulo, e uma entrevistada era mulher. Aí, a gente começou a falar desta questão da mulher no campo. [...] ela e o marido

trabalhavam separadamente, mas ela tinha poder decisório também” (VISCARDI, 23/10/2018). Apesar de a jornalista ter citado, na entrevista, que a produtora Silvia trabalha com o marido na produção rural, o texto não fez referência à existência de um trabalho conjunto. Podemos dizer que, na representação da produtora feita pelo Campo e Lavoura, este poder decisório transparece, pela forma soberana na qual é retratada tanto nos depoimentos quanto na fotografia.

Neste caso, há proximidade com a representação da mulher na notícia “*Conheça manejos e tecnologias para uma fazenda sustentável*” (GAÚCHAZH, 09/03/2018, grifos nossos), a qual também é pautada pela modernização agrícola. Apesar de a jovem Virgínia, representada nesta notícia, aparecer na foto e no texto acompanhada da figura do pai, sua postura se assimila mais à imagem de Sílvia do que às demais produtoras que aparecem representadas ao lado de homens. Além da peculiaridade de que ambas possuem expressiva quantidade de hectares de terras cultivadas, elas aparecem enquanto compradoras de máquinas e preocupadas com tecnologias e alternativas modernas para a agricultura, integrando o campo do agronegócio<sup>13</sup>. Na fotografia, Virgínia aparece bem vestida, também posicionada frente a uma máquina agrícola, postura rígida, passando a ideia de satisfação e poder. Ambas aparecem “produzidas” nas fotos, usando maquiagem, colares, brincos, pulseiras e/ou anéis. Na representação das mulheres que trabalham com a produção agrícola estritamente alimentícia, este tipo de representação não apareceu em nenhum dos casos.

Com isso, identificamos evidências de uma representação permeada por estereótipos, no sentido de que as mulheres supostamente mais pobres são representadas no cotidiano do trabalho rural, enquanto que as mulheres com provável melhor poder aquisitivo estão consumindo, em momentos de visitação a feiras de exposição. De acordo com Hall (2016, p. 192) o estereótipo estabelece uma ligação entre a representação, a diferença e o poder. Em relação a isso, o autor explica que o estereótipo faz parte da manutenção da ordem social e simbólica, porque estabelece uma fronteira simbólica entre o “normal” e o “desvio”, o “normal” e o “patológico”, o “aceitável” e o “inaceitável”, o que “pertence” e o que não [pertence] ou o “Outro”, entre “os de casa” e “os de fora”, Nós e Eles (HALL, 2016, p. 192).

É perceptível que os textos e as fotos referentes a mulheres envolvidas na produção rural mais manual, com menos auxílio da tecnologia, representam de forma que remete as mulheres

---

<sup>13</sup> O conceito de agronegócio utilizado aqui não é o de agroindústria nem o de cadeia produtiva. Consideramos o agronegócio, de acordo com Delgado (2012, p. 89), como um “bloco econômico e de poder bastante amplo e internacionalizado, relacionado a diversas atividades agrícolas, agrárias e agroindustriais domésticas, e que inclui produtores e empresários capitalistas, latifundiários, e setores industriais e financeiros nacionais e estrangeiros”.

à fragilidade e à dependência ao papel agrícola desempenhado pelo gênero masculino. Já a influência da modernização faz com que a representação faça menos referências às mulheres enquanto agricultoras e/ou trabalhadoras rurais e mais como empresárias do agronegócio, tanto em detrimento do tipo de pauta e dos depoimentos - que representam as mulheres enquanto negociantes e as distanciam da lida do campo propriamente dita - quanto das fotografias, que geram significações de poder e determinação.

Percebe-se, com isso, que a tecnologia e a modernização, elementos mais vinculados às cidades, onde o capitalismo teve maior influência historicamente, quando introduzidos no âmbito rural tendem a gerar representações positivas. Isso porque o imaginário social acerca dos espaços rurais vê o campo como um lugar de desqualificações (SILVA, 2009, p. 49) que não conseguiu ascender ao modo de vida moderno e urbano (BONOMO E SOUZA, 2013, p. 403). Raymon Williams (1989, p. 11, apud Silva, 2009, p. 36) avalia que o universo rural ora é associado a uma forma natural de vida, ora é visto como o lugar do atraso, da ignorância, da limitação e da rotina, enquanto que o urbano, ao mesmo tempo em que é tido como o lugar da mundanidade, do crime, do tumulto, etc, também é relacionado à ideia de realização, saber, civilização, luz, instrução.

Aplicando a noção de estereótipo passada por Hall (2016, p. 192), de que “a estereotipagem facilita a ‘vinculação’, os laços, de todos nós que somos ‘normais’ em uma ‘comunidade imaginária’; e envia para o exílio simbólico todos Eles, ‘os Outros’, que são de alguma forma diferentes, ‘que estão fora dos limites’, podemos perceber uma distância entre as representações das pequenas e das grandes produtoras. Enquanto que a ideologia do poder, do urbano, do moderno, da tecnologia e do consumo é vista socialmente como o “normal” – aproximando-se mais das produtoras do agronegócio - relega ao “exílio simbólico” todos os que estão à margem deste modo de vida, neste caso, as produtoras que trabalham com pequenas quantidades de produção, muitas vezes no regime de agricultura familiar. O jornalismo, conseqüentemente, reproduz esta visão da realidade através das representações midiáticas geradas.

Observar esta dicotomia é um elemento chave nesta análise, já que “há sempre uma relação de poder entre os polos de uma posição binária (Derrida, 1972, apud HALL, 2016, p. 155), pois o significado sempre depende da diferença entre os opostos (HALL, 2016, p. 155). Naturalizar o que é diferente é uma estratégia representacional que pode fixar as diferenças e, com isso, consegue garanti-las para sempre; “é uma tentativa de deter o inevitável ‘deslizar’ do significado para assegurar o ‘fechamento’ discursivo ou ideológico” (HALL, 2016, p. 171). O estereótipo, neste sentido, é um elemento chave no exercício de violência simbólica (HALL,

2016, p. 193), que pode ser reforçado pela fixação de diferenças. No meio rural, a violência adquire formas complexas e múltiplas e manifesta-se nas relações sociais cotidianas, tanto pela discriminação quanto à posse de terras, quanto em relação à sobrecarga de trabalho justificada nas assimetrias de poder, que sustentam hierarquias intrafamiliares e sociais, e na legitimidade masculina da divisão sexual do trabalho no âmbito da agricultura familiar (COSTA, LOPES e SOARES, 2014, p. 215).

A legitimidade masculina, entretanto, não é algo que se manifesta apenas no meio rural. Ela se exprime de diferentes formas em todo âmbito social e, conseqüentemente, na construção social da realidade feita pelos/as jornalistas, como consequência da sociedade em que estão inseridos/as. Nesta análise, observamos que as fontes utilizadas pelo caderno Campo e Lavoura, de um modo geral, são masculinas. Por outro lado, mais da metade dessas notícias foram escritas por jornalistas mulheres. A própria equipe de jornalismo do Campo e Lavoura é composta apenas por mulheres. Pensamos, a partir disso, que os padrões sociais patriarcais se refletem diretamente na produção jornalística e na construção das notícias. Esta afirmação é confirmada por Veiga da Silva (2010, p. 201), quando diz que o jornalismo, a partir das visões de mundo de seus agentes, da cultura profissional e das rotinas de produção, acaba contribuindo para o processo de (re)produção de valores e representações hegemônicas de gênero que, em última instância, refletem a existência do padrão heteronormativo e machista.

Nesta análise, de modo geral, identificamos produtos jornalísticos que resultam de uma cultura patriarcal socialmente arraigada. Entretanto, no que concerne às temáticas rurais, observamos que tem havido espaço para o protagonismo feminino, tanto em razão das pautas do Campo e Lavoura terem mostrado preocupações com as questões de gênero, quanto na questão de a equipe efetiva do periódico ser composta, unicamente, por jornalistas mulheres. De forma positiva, identificamos que, na maior parte das notícias, há um direcionamento ao tratamento igualitário destinado aos produtores e produtoras rurais que participam como *cases*. Por outro lado, o número de fontes masculinas citadas nos textos é muito maior que o de fontes femininas. Além disso, somente mulheres rurais brancas foram representadas imagetivamente. Houve também uma representação limitada das produtoras que expressam condição socioeconômica baixa, estando estas, na maioria das vezes, atreladas à figura do marido.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para analisar a representação midiática das produtoras rurais construída pelo caderno Campo e Lavoura do jornal Zero Hora – objetivo principal desta monografia - aplicamos um Protocolo de Análise nas sete notícias que constituíram o *corpus*. Este Protocolo apontou, em um primeiro momento, o título e o subtítulo da notícia; o/a jornalista assinante, a data de publicação e o link de acesso. Os textos foram analisados a partir do assunto em pauta, da linguagem utilizada pelo Campo e Lavoura para fazer referência às produtoras rurais, dos depoimentos das mulheres enquanto fontes jornalísticas, da referência à situação socioeconômica das produtoras rurais fotografadas e do gênero das fontes. Já nas fotografias, observamos o cenário enquadrado, as vestimentas das pessoas fotografadas, o semblante das pessoas fotografadas, o plano e o ângulo, o posicionamento da imagem na página e a legenda.

A partir dessa metodologia, trabalhamos com a representação social pela teoria construcionista, que leva em conta dois processos relativos à análise dos signos: o sistema de representação através da linguagem, que é responsável pela construção de significados, e os conceitos mentais sobre as coisas, baseado no conjunto de representações (HALL, 2016, p. 37). Levamos em consideração, portanto, que o significado é construído pelo sistema de representação - ou seja, um processo relacional entre coisas, conceitos e signos - e está no núcleo da produção de significados de uma linguagem (HALL, 2016).

Com isso, observamos que as notícias analisadas expressam um direcionamento referente ao protagonismo feminino e à representação paritária entre homens e mulheres, tanto em razão de uma pauta que aborda especificamente a autonomia feminina nas propriedades rurais, quanto no trato igualitário dado a homens e mulheres enquanto responsáveis pela produção agrícola na maior parte deste *corpus*. Isso pode ser visto nas notícias que trazem fotografias e depoimentos de ambos os sexos e, provavelmente, tem relação direta com as políticas públicas aplicadas nas últimas décadas, que incentivam a ascensão social e econômica das mulheres rurais, como também, possivelmente, ao fato de a equipe do caderno Campo e Lavoura ser composta apenas por jornalistas mulheres.

Em aspectos positivos, destacamos também a estratégia de tematização – que pressupõe a seleção de um tema e sua colocação no centro da atenção pública (ALSINA, 2009, p. 191) - acionada pelo jornal em notícia publicada no Dia Internacional da Mulher, a qual aponta crescente liderança das mulheres nas propriedades rurais, mesmo sem apresentar dados a respeito disso. Neste mesmo caso houve ainda o uso de uma contra estratégia de reversão de estereótipos, sustentada por uma aclamação da diferença e identificada pela utilização de

imagens que objetivam construir uma identificação positiva de uma categoria historicamente desprezada (HALL, 2016, p. 216). Ambos os aspectos podem dar espaço a uma mudança/restabelecimento das representações sociais a respeito das trabalhadoras do meio rural, já que a perspectiva dos observadores e as circunstâncias de cada momento histórico podem gerar novas representações sobre grupos sociais (ALSINA, 2009, p. 301).

Apesar disso, houve casos em que as mulheres foram representadas como coadjuvantes do trabalho rural realizado pelos maridos, já que, mesmo retratadas imagetivamente, não tiveram voz nos textos. Em notícia que versa sobre a produção agroindustrial de queijo, a produtora foi invisibilizada no texto e recebeu menor destaque que seu marido na foto, mesmo imagetivamente representada como mão-de-obra da agroindústria familiar.

Considerando o papel das mulheres enquanto fonte jornalística, no total das notícias, o número de fontes masculinas foi muito maior que o de fontes femininas. Observamos que há uma concorrência bastante desleal, a qual pode ser impulsionada pela dificuldade que o Campo e Lavoura enfrenta em conseguir fontes femininas, principalmente quando relacionadas à produção em larga escala e a cargos técnicos em instituições (VISCARDI, 23/10/2018), ou até mesmo à naturalização de uma prática que presume ser o campo um lugar legitimado pelo trabalho masculino. Apesar disso, vê-se que os produtores, em alguns casos, são acionados para exporem questões econômicas das propriedades rurais, enquanto que as produtoras, na maioria das vezes, aparecem representadas pelo serviço prestado à propriedade, ligadas à rotina da produção agro-alimentícia.

Percebemos também que as produtoras rurais não são representadas em consonância com a totalidade de atividades que desempenham no campo, já que, apesar do protagonismo alcançado nos últimos anos dentro da cadeia produtiva agrícola, ainda possuem pouca visibilidade midiática. Pelo número de matérias que versam sobre o setor primário, a representação das mulheres rurais no Rio Grande do Sul se dá a partir da imagem do trabalho manual e artesanal, desenvolvido dentro da propriedade e em contexto familiar. Somente em duas oportunidades o trabalho feminino esteve vinculado à produção de grãos e à utilização de “tecnologia de ponta”; nestas duas ocasiões, é necessário destacar que as mulheres representadas foram apontadas pelos textos como proprietárias de quantidades expressivas de terras.

Em apenas duas ocasiões as produtoras rurais foram fontes das notícias sem estarem ligadas diretamente ao sexo oposto. A primeira delas se deu na notícia publicada no Dia Internacional da Mulher, que abordou a autonomia feminina na produção rural e utilizou como

*case* uma agricultora que planta uvas e pêssegos. Apesar de o texto citar o trabalho conjunto com o marido, esta é a única notícia que contém apenas depoimentos de mulheres e que a figura masculina não aparece na fotografia. A outra exceção está na notícia que trata da compra de maquinário agrícola em feira de exposições, na qual uma mulher é representada como responsável pela produção de 2 mil hectares de terras, sem haver vínculo com uma presença masculina. Apesar das fotografias também retratarem homens, a foto de capa dessa matéria trouxe especialmente a imagem de uma mulher posicionada sozinha em frente a uma máquina agrícola, destoando completamente da representação feminina das demais matérias.

Ao mesmo tempo que apareceram em maior número, as mulheres que trabalham em pequenas propriedades rurais foram representadas enquanto mão-de-obra, ao passo que as produtoras ligadas ao agronegócio foram representadas como negociantes, investidoras e/ou consumidoras de equipamentos agrícolas. Identificamos, com isso, a utilização de estereótipos na representação das mulheres rurais, os quais têm relações com as diferenças expressivas nas situações socioeconômicas das trabalhadoras, o que ocorre, direta ou indiretamente, como consequência do imaginário social desfavorável acerca das populações rurais empobrecidas. Essa marginalização do campo se reflete tanto na forma como estas populações se veem e se portam, quanto na forma como são representadas pela sociedade externa a elas.

O fato é resultante, possivelmente, de uma particular definição da realidade que se liga a interesses concretos de poder – chamada de ideologia (BERGER E LUCKMANN, 2013, p. 159) - a qual, neste caso, apresenta supremacia a tudo o que é vinculado às visões de mundo capitalistas, modernas, tecnológicas e consumistas. Neste sentido, a profissão jornalística mercadológica, que leva em conta interesses públicos e privados, é determinante para a construção de uma realidade ideologicamente projetada. Além disso, às pautas que representam positivamente as mulheres relacionadas a uma prática agrícola mecanizada, é possível vincular o público-alvo do Campo e Lavoura, que compreende toda a cadeia produtiva do agronegócio, e também a vontade de aproximação do periódico com os consumidores urbanos (GAÚCHAZH, 2016b; VISCARDI, 23/10/2018).

Além dessa diferença entre classes sociais, foi perceptível que somente produtoras rurais brancas foram representadas imgeticamente, o que demonstra uma consequência da padronização das representações, baseada na ideologia dominante, na qual muitas realidades são invisibilizadas. Isso pode ser resultante do argumento de que “classes dominantes e dominadas não possuem uma representação igual à do mundo que elas compartilham, mas o veem com olhos diferentes, julgam-no de acordo com critérios específicos e cada uma faz isso de acordo com suas próprias categorias” (MOSCOVICI, 2009, p. 97).

Sobre a influência das questões de gênero na produção das notícias, compartilhamos a noção de Veiga (2010, p. 42), que vê a prática jornalística como resultante da sociedade em que o/a jornalista está inserido/a, na qual partilha suas visões de mundo e que o/a influencia a estabelecer padrões de normalidade e anormalidade, certo e errado; esta sociedade fornece parâmetros que ajudam o/a jornalista a definir o que é ou não notícia, os quais, de modo geral, se aproximam dos valores dominantes e normatizadores da sociedade.

Em vista dos aspectos apresentados, concluímos que a produção jornalística do caderno Campo e Lavoura, no que concerne à representação midiática das produtoras rurais, apresenta direcionamentos para um maior protagonismo feminino e para a representação paritária entre homens e mulheres rurais. Ao analisar as referências das notícias à condição socioeconômica das produtoras, entretanto, observamos discrepâncias entre as representações midiáticas geradas, que exprime estereotipagem: as mulheres rurais que supostamente possuem menor poder aquisitivo são representadas enquanto trabalham; já as que produzem em maiores quantidades de terras são representadas enquanto consomem/investem. Além disso, as produtoras que realizam trabalhos agrícolas manuais e de menor porte têm sua representação midiática limitada, sendo condicionada à figura masculina, na maioria das vezes; o mesmo não acontece na representação da mulher que trabalha com produção de grãos e outras culturas em propriedade cujo tamanho chega a dois mil hectares de terras. As referências sociais que determinam o mundo a ser representado no jornalismo, portanto, recebem influências da cultura patriarcal e da ideologia capitalista na qual a prática se constrói. Ao fim e ao cabo, podemos dizer que a representação das produtoras rurais nas notícias do caderno Campo e Lavoura é atrelada à presença do masculino e permeada por desigualdades de classe e, principalmente, de raça.



## **APÊNDICE - ENTREVISTA COM KAREN VISCARDI - EDITORA DO CADERNO CAMPO E LAVOURA ZH**

Explicação inicial:

“Eu sou editora do caderno Campo e Lavoura da Zero Hora e estou dando uma entrevista, obviamente, como editora do caderno, mas as minhas respostas não representam o que a empresa pensa, mas sim a minha análise, a minha avaliação. Eu não sou porta-voz da empresa, sou editora do Campo e posso falar com propriedade sobre o Campo.”

### **1) Claudine: Desde quando você é editora do Campo e Lavoura?**

Karen: Desde dezembro de 2015.

### **2) A equipe é composta por mais quantas pessoas?**

Sou eu – editora - a Gisele Loeblein - que assina como editora e é colunista da coluna Campo Aberto - [...] a repórter Joana Colussi e, agora, a gente tem também trabalhando conosco a estagiária Letícia Paludo.

### **3) Todas mulheres então?**

Sim.

### **4) Encontrei no site algumas notícias assinadas por jornalistas homens. Eles são de fora da equipe de vocês?**

A gente fica dentro do guarda-chuva da editoria de notícias e, nesta editoria, tem repórteres homens e mulheres. Quando tem jornalista de férias, a gente tem que ser coberta por alguém da equipe. [...] Então, a gente busca alguém que tenha conhecimento, porque é um setor que tem que ter um determinado conhecimento pra poder fazer melhor as matérias, porque tem temas delicados e tem temas que precisam, efetivamente, de um conhecimento maior.

### **5) O fato de vocês serem apenas mulheres aconteceu por acaso ou é uma decisão do próprio caderno?**

Aconteceu por acaso. Na verdade, antes de mim o editor era homem e a Joana e a Gisele já estão aqui há mais tempo. E, enfim, quando foi feita a seleção de estagiários também buscamos a pessoa que foi melhor. Não tem uma questão sexista, nem pra um, nem pra outro.

- 6) **Numa matéria divulgada em agosto de 2016, consta que houve uma renovação do caderno, com a “proposta de associar ainda mais os assuntos do agronegócio ao consumidor urbano”. Em razão desta matéria, vem a dúvida: qual é o público-alvo do caderno? É possível afirmar que, durante essa renovação, houve uma mudança no público-alvo?**

Na verdade, o nosso público-alvo é o agronegócio e isso não só o produtor rural, lá do campo, mas o vendedor que vende trator ou o industrial. Na verdade, é toda a cadeia produtiva. Nós não apenas contemplamos as matérias principais, as matérias mais rápidas que seriam bem específicas para este público ligado ao agronegócio, tanto da pecuária quanto da agricultura. Ao mesmo tempo, há um vácuo, existe um vazio, as pessoas parece que não identificam tão bem de onde vêm os alimentos e, com a população cada vez mais urbana, existe uma necessidade de conversar com este público urbano. Inclusive, a gente até criou uma sessão chamada Campo e Cidade, que a gente traz questões do agro, porque não são apenas adultos que já têm um certo conhecimento, as próprias crianças. [...] Mostrar como é feita essa produção, quem faz o alimento que chega à mesa. Então, nós abrimos um pouco o leque. Mas, o nosso público essencial é este público do agronegócio, não necessariamente produtores, desde *startups* agro e pessoas ligadas ao setor - fornecedores, produtores, indústria... Na verdade, é um público bem grande.

- 7) **Na minha análise, eu escolhi estudar o Zero Hora por toda a importância do jornal e também pela abrangência nos municípios do interior do Estado, em decorrência de as mulheres rurais morarem, muitas vezes, em municípios pequenos. De um modo geral, eu percebi que - de acordo com as referências dos textos em relação ao tamanho da propriedade e das quantidades de produção - a maior parte das mulheres que apareceram no meu *corpus* de investigação trabalham em pequenas propriedades. Algumas foram indicadas como grandes produtoras, mas a maior parte eram pequenas. Existe uma linha editorial que defina essa questão?**

Na verdade, existe uma realidade. Hoje, por exemplo, no censo de 2017 no Rio Grande do Sul, 87,9% dos produtores são homens, só 12,1% são mulheres. [...] A gente já retratou mulheres do agronegócio e há a questão de que a maior parte das mulheres está à frente dos pequenos negócios. A agricultura familiar tem muitas mulheres na pecuária de leite; enquanto os homens cuidam da outra parte da propriedade, as mulheres cuidam do leite, por exemplo. Como as agroindústrias familiares, onde também as mulheres estão mais presentes hoje, ainda, nas pequenas propriedades. As mulheres estão avançando, se tu considerar, por exemplo, em 2006,

neste mesmo Censo, aumentou 3%, o que não é muita coisa, em 11 anos. E, definitivamente, não é uma questão de linha editorial, é uma questão de tu buscar. Vamos supor, se vai fazer uma matéria sobre soja, a gente tem que ver qual é a realidade da soja. [...] Ai, tu vai atrás de *cases* de produtores. Tu vai ligar pra vários produtores e só vão te indicar homens. É muito difícil. Na soja, muito raro. Mas, se for falar de leite, aí tem mais indicação de mulheres, aí sim a gente conversa mais com mulher. Mas é um retrato da realidade... até porque, numa editoria tão pequena, só de mulheres, seria até estranho a gente ter qualquer tipo de definição por ser homem ou ser mulher. Hoje, por exemplo, a nossa repórter, a Joana Colussi, está participando de um evento chamado Mulheres no Agronegócio, em São Paulo. Uma das entrevistas que ela vai fazer lá é sobre liderança feminina no agronegócio, que é uma questão ainda rara, mas que, sim, está crescendo, porque as mulheres estão estudando. Há um tempo, eram poucas mulheres nas áreas de Veterinária, Agronomia e tal. E vem crescendo isso, o que se reflete também nas propriedades. Este ano eu fui para a Agrishow, no interior de São Paulo, e uma entrevistada era mulher e aí a gente começou a falar desta questão da mulher no campo. E um dos papéis que as mulheres têm desempenhado mais fortemente é cuidar das finanças, enquanto o homem lida com os peões, porque ainda existe muito machismo; enfim, a mulher cuida da parte burocrática e de finanças da propriedade. Mas isso é uma percepção minha, não é uma pesquisa.

- 8) Em relação a esta aparição das mulheres e dos homens, em muitas das matérias analisadas, eu vi que as mulheres aparecem junto dos seus maridos, e até mesmo do pai. Durante a produção, a entrevista, as fotos, os casais preferem aparecer juntos ou vocês gostam de retratá-los dessa maneira?**

Isso depende. Vamos supôr que a propriedade tenha mais de um tipo de produção e cada um cuide de uma parte, aí a gente valoriza os dois. Mas, já aconteceu [...] de a repórter relatar que era óbvio que era a mulher quem cuidava do leite, e o homem dizia “nós, nós, nós”... só que era muito notório que era apenas ela [que trabalhava com leite], porque só ela respondia as questões que a repórter perguntava. Só que aí vem a questão machista, que é muito arraigada. [...] Quando a gente retrata só o homem, é porque realmente é só o homem que cuida. Quando a gente retrata só a mulher é porque é a mulher. Mas, quando a gente retrata os dois, é porque os dois estão envolvidos. Não existe de fazermos uma opção por um.

- 9) Na maior parte dos textos do caderno, as fontes são masculinas. Por outro lado, eu percebi também que quando homens e mulheres são representados, vocês procuram trazer uma situação de igualdade em relação ao trabalho agrícola que é desenvolvido nas**

**propriedades. Eu gostaria de saber se vocês já chegaram a discutir isso dentro do caderno, se existe alguma diretriz em relação ao uso de fontes de ambos os sexos e de que forma essa discussão é levada pela equipe.**

A gente conversa e até conversa a dificuldade que é achar mulheres para darem entrevistas. A gente tem essa dificuldade. Como tu falaste, quando a mulher está junto, geralmente, o homem está junto, mas é porque geralmente os dois trabalham juntos. Então, temos dificuldades de mulheres porta-vozes. Se você ligar para a UFRGS e pedir indicação de fonte que fale sobre determinado assunto, geralmente essa fonte indicada vai ser homem. Porque nesta área agrícola, na Agronomia, na Veterinária, todo esse campo ainda é muito dominado pelos homens. Mas, talvez daqui a 10 anos mude e a gente vá buscar uma fonte em determinada área e seja uma mulher. A gente liga pra Emater, que está em todo o Estado, então quando os extensionistas vão a campo, eles têm contato... Quando eu falo “eles”, é porque o “eles” masculino representa os dois, tá? Na língua portuguesa, não se diz “elxs”, com x, que seria qualquer sexo, e sim o “eles” masculino... Quando as pessoas nos indicam, acabam indicando homens, até mesmo pelo perfil de produtor que temos no Rio Grande do Sul, que é maioria homens. A gente estava fazendo uma série de artigos e a gente viu que estava tendo muito mais homens do que mulheres; então, a gente pensou: “bem que a gente poderia ver uma mulher para falar de algum tema que seja importante”. [...] Mas, a gente também não pode trazer uma mulher só por trazer. A gente tem que trazer alguém relevante sobre determinado assunto relacionado ao caderno. Tem que ser uma escolha criteriosa.

**10) Tu acredita que essa realidade - de as mulheres muitas vezes acabarem sendo coadjuvantes desses processos decisórios e de cargos de comando - se reflete nas notícias que representam as populações rurais?**

Com certeza. Te dou um exemplo bem claro de como é o mundo agro, uma situação de uma outra entrevista, que não é desse ano, também falando do protagonismo feminino: era uma mulher [que tinha] entre 30 e 35 anos; ela estava à frente da propriedade, mas era de uma família que eram só mulheres e a família tinha mais de uma propriedade, administradas pelo pai, que não informava a família sobre a realidade da produção. Ela vivia num ambiente rural, queria se inserir neste meio, e o pai era resistente [...] Ela tinha interesse, se formou em Administração, e o pai não deixava, não dava espaço. Só que ele ficou doente. [...] Ela começou a administrar e melhorou a produtividade das fazendas. Mas ela também enfrentou resistência, no início, das próprias pessoas que trabalhavam com ela. [...] Quando ela foi começando a entender melhor,

a dar sugestões que faziam sentido, ela começou a ser mais respeitada, até como mulher, e melhorou a produção da propriedade. Mas é um retrato muito claro do setor. O que também é uma percepção pessoal minha.

**11) Mesmo tu não sendo editora do caderno há muito tempo, como percepção tua, tu acredita que tenha havido alguma mudança deste cenário nos últimos anos?**

Tem. Tem mais mulheres estudando, tem mais mulheres se formando na faculdade, tem mais tendência de as mulheres assumirem papéis mais relevantes. Essa entrevistada da Agrishow, por exemplo, ela e o marido trabalhavam separadamente, mas ela tinha poder decisório também. Está havendo uma mudança em relação a isso. E eu vejo muito isso pela questão do aprendizado. As mulheres já estão se preocupando mais com o conhecimento e estudam mais. Tem uma mudança social bastante relevante. Sim, as mulheres estão crescendo dentro do agro, certamente.

**12) No Dia Internacional da Mulher, em março, vocês divulgaram a notícia “Mulheres ganham espaço no agronegócio da serra”, que trata principalmente da liderança e do protagonismo dessas mulheres nas propriedades rurais. Eu gostaria de saber se esse tipo de pauta é uma aparição recente no caderno ou se é comum fazer este tipo de pauta.**

Nós fazemos pauta assim geralmente quando tem uma pesquisa que embase, porque eu acho que tem que ter... enfim, coisas diferentes, que tenham relevância.

**No caso, esta foi pelo gancho do Dia Internacional da Mulher?**

Sim, aí sim, mas é difícil a gente fazer pela data. A gente faz mais quando tem pesquisa, questão relevante, ou uma pauta interessante que tenha o público feminino. Mas essa é uma pauta sempre bem-vinda no agro, porque tá em crescimento e ainda têm poucas mulheres.

**E tu acredita que o jornalismo têm dado mais espaço para este tipo de pauta, atualmente, no teu lugar de trabalho?**

Eu acho que sim, porque eu acho que está havendo um protagonismo maior das mulheres e tem uma luta por trás da questão do feminismo, do empoderamento, acho que tudo é um reflexo da sociedade. Por exemplo, a gente tem aqui no Grupo RBS, um grupo LGBTQI e um grupo de mulheres, pra gente ver como está sendo o tratamento e como é entre nós também, de ter mulheres liderando e tudo mais, e também tentar tirar questões sexistas ou machistas ou de preconceito sobre essas questões. A gente tem que estar buscando este cuidado.

**13) Tu, na condição de editora mulher do caderno, tu acredita que isso tem alguma influência nestas pautas que falam sobre o protagonismo feminino no meio rural?**

Aí eu não sei te dizer, porque eu não consigo sair de mim sendo mulher. Eu não consigo te responder... Eu acredito que sim, porque de uma maneira ou de outra a gente sempre vai ter um olhar crítico diferente. É difícil isso. Mas, antes de mim, tinha pautas com mulheres também, então não sei te dizer se é isso ou se não é simplesmente um reflexo do que está acontecendo. Mas também sempre teve mulheres na editoria. Sempre foi plural.

**14) Tu ou alguma das colegas que cobrem o campo já sofreram alguma discriminação por serem mulheres, durante o trabalho?**

Eu não. Discriminação de forma alguma, nunca. Nem na minha vida de repórter antes. Minhas colegas acredito que também não. Nunca teve nenhum relato, [...] no nosso setor não.

**REFERÊNCIAS**

- AGENCIA BRASIL. **Participação de mulheres no campo aumentou nos últimos anos.** Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-07/ibge-participacao-de-mulheres-no-campo-aumentou-nos-ultimos-anos>. Acesso em 25/20/2018.
- ALSINA, Miguel Rodrigo. **A construção da notícia.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento.** 35ª ed. Petrópolis, Vozes, 2013.
- BONOMO, Mariana e SOUZA, Lídio de. **Representações hegemônicas e polêmicas no contexto identitário rural.** Avances en Psicología Latinoamericana, vol. 31 (2), pp. 402-418, 2013.
- BOURDIEU e BOURDIEU. **O camponês e a fotografia.** Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 26, p. 31-39, jun. 2006.
- BRAGA, Claudomilson e MENEZES, Kalyne. **A mídia e as representações sociais.** VIII Seminário de Mídia e Cidadania (SEMIC) – Faculdade de Informação e Comunicação – Universidade Federal de Goiás, 2014.
- BRUMER, Anita. **Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul.** Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 360, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Revista Nera, ano 11, nº12, 2008.
- BRUMER, Anita e PAULILO, Maria. **As agricultoras do Sul do Brasil.** Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n.1, 2004.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade.** 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- CAMPO E LAVOURA. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/campo-e-lavoura/ultimas-noticias>. Acesso em: 19 de julho de 2018.
- COELHO, Lilian. **Mídia e imagens de si: olhares críticos das trabalhadoras rurais de Rondônia sobre gênero e representação midiática.** Revista Ártemis, Edição V, 2012.
- COSTA, Marta; LOPES, Marta e SOARES, Joannie. **Representações sociais da violência contra mulheres rurais: desvelando sentido em múltiplos olhares.** Rev Esc Enferm USP, 48(2), 2014.
- DELGADO, Nelson Giordano. **Agronegócio e agricultura familiar no Brasil: desafios para a transformação democrática do meio rural.** Novos Cadernos NAEA, v. 15, n. 1, p. 85-129, 2012.
- EDGAR-HUNT, Robert; MARLAND, John; RAWLE, Steven. **A linguagem do cinema** [recurso eletrônico]. Tradução Francine Facchin Esteves. Scientific Linguagem Ltda.; revisão técnica: Sergio Nesteriuk. Porto Alegre: Bookman, 2013.

GAÚCHAZH. **Abandono do leite leva à concentração da atividade**. Porto Alegre, 19/01/2018. Disponível em: <https://goo.gl/jyhdjU>. Acesso em 26 de julho de 2018.

\_\_\_\_\_. **Após crise no leite, tambos são deixados para trás no RS**. Porto Alegre, 19/01/2018. Disponível em: <https://goo.gl/M1grAS>. Acesso em 26 de julho de 2018.

\_\_\_\_\_. **Caderno Campo e Lavoura completa 32 anos**. Porto Alegre, 28/10/2016. Disponível em: <https://goo.gl/LNBmDp>. Acesso em 10 de julho de 2018.

\_\_\_\_\_. **Conheça manejos e tecnologias para uma fazenda sustentável**. Porto Alegre, 09/03/2018. Disponível em: <https://goo.gl/SGPg1q>. Acesso em 26 de julho de 2018.

\_\_\_\_\_. **Mulheres ganham espaço no agronegócio da serra**. Porto Alegre, 08/03/2018. Disponível em: <https://goo.gl/TCZqbb>. Acesso em 26 de julho de 2018.

\_\_\_\_\_. **O vinho colonial agora é legalizado; entenda como os produtores se adaptaram**. Porto Alegre, 29/03/2018. Disponível em: <https://goo.gl/cTXK2a>. Acesso em 26 de julho de 2018.

\_\_\_\_\_. **Produtores vão às compras e intenção de negócios é recorde na Agrishow**. Porto Alegre, 04/05/2018. Disponível em: <https://goo.gl/1JDFMV>. Acesso em 26 de julho de 2018.

\_\_\_\_\_. **Venda de queijo serrano para todo o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 19/01/2018. Disponível em: <https://goo.gl/p2mJA4>. Acesso em 26 de julho de 2018.

\_\_\_\_\_, 2016a. **Caderno semanal Campo e Lavoura completa 32 anos**. Porto Alegre, 28/10/2016. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/opiniao/bastidores-da-redacao/noticia/2016/10/caderno-semanal-campo-e-lavoura-completa-32-anos-8056807.html>. Acesso em 30 de setembro de 2018.

\_\_\_\_\_, 2016b. **Uma safra de novidades no Caderno Campo e Lavoura**. Porto Alegre, 27/08/2016. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2016/08/uma-safra-de-novidades-no-caderno-campo-e-lavoura-7336734.html>. Acesso em 30 de setembro de 2018.

GUIMARÃES E SILVA, Marcela. **A apropriação de TICS por extensionistas e agricultores familiares: uma leitura a partir da teoria da comunicação linear e em rede**. In: SILVEIRA, BARICHELLO e VIZER (Orgs.). Rural Conectado: mídia e processos sociotécnicos no Brasil e na Argentina., FACOS: UFSM, Santa Maria, 2016.

\_\_\_\_\_. **Entre vínculos e veículos: a representação da mulher rural a partir da apropriação das TICs**. Revista Mídia e Cotidiano, v. 1, nº2, 2017.

GRUPO RBS COMERCIAL. Veículos: Zero Hora. Disponível em: <http://comercial.gruporbs.com.br/veiculos/zero-hora/>. Último acesso em 23 de junho de 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <http://www.gruporbs.com.br/atuacao/zero-hora/>. Acesso em: 19 de julho de 2018.



HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro. Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HECK, Rita e LANGDON, Esther. **Envelhecimento, relações de gênero e o papel das mulheres na organização da vida em uma comunidade rural**. In: MINAYO, Maria Cecília e COIMBRA JUNIOR, Carlos (Orgs.). Antropologia, Saúde e Envelhecimento. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

JOLY, Martine (1994). **Introdução à análise da imagem**, Lisboa, Ed. 70, 2007.

KEGLER, Jaqueline. **Tics e relações de gênero: diagnóstico da representação da mulher na mídia no território da cidadania – região centro do Rio Grande do Sul**. 2015 (Relatório de pesquisa).

KEGLER, Jaqueline Quincozes S.; SILVEIRA-NUNES, B.; SILVEIRA, Ada Machado. **As Guardiãs de Ibarama: mídias alternativas e visibilidade da mulher rural**. In: Flavi Ferreira Lisboa Filho, Thomas Josue Silva. (Org.). Cultura e identidade: subjetividades e minorias sociais. 1ed. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2018.

KIRKWOOD, Julieta. **Feminarios**. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso, 2017.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. **A política das imagens e a pobreza: mulheres do Bolsa-Família no fotojornalismo entre 2003 e 2013**. Sur le journalisme - About journalism - Sobre jornalismo, Vol 6, nº1, 2017.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/encontro-reflete-sobre-nova-ruralidade-brasileira>. Acesso em: 24 de junho de 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/sead-apresenta-o-selo-mulheres-rurais-e-campanha-mulheres-rurais-mulheres-com-direitos-no>. Acesso em: 24 de junho de 2018.

MORIGI, Valdir J. **Teoria social e comunicação: representações sociais, produção de sentidos e construção dos imaginários midiáticos**. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação E-compós. 1ª ed. 2004.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ONU MULHERES - Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres. **Mais igualdade para as mulheres brasileiras: caminhos de transformação econômica e social**. Brasília, 2016.

PIPPI, Joseline. **Ciência, tecnologia e inovação: interdiscursividade jornalística, reformulação discursiva e heterogeneidades**. Dissertação de mestrado, Pós-Graduação em Extensão Rural, UFSM, 2005.

PEDRO, Joana M. **Mulheres do Sul**. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). História das Mulheres no Brasil. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

POGGI, Marina e ARCE, Alejandra de. **Impresiones de la vida rural: la fotografía como relato**. In: SILVEIRA, BARICHELLO e VIZER (Orgs.). Rural Conectado: mídia e processos sociotécnicos no Brasil e na Argentina., FACOS: UFSM, Santa Maria, 2016.

RESENDE, Fernando. **Representação das diferenças nos discursos jornalísticos**. BRAZILIAN JOURNALISM RESEARCH (Versão em português) – Vol. 2 – Num. 1, 2009.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de notícias: ações e estratégicas das fontes no jornalismo**. Florianópolis: Combook, 2011.

SCOTT, Joan Wallach. “**Gênero: uma categoria útil de análise histórica**”. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

SILVA, Gislene. **O sonho da casa no campo: jornalismo e imaginário de leitores urbanos**. Florianópolis: Insular, 2009.

SILVEIRA, Ada Machado da ; SCHWARTZ, Clarissa. **Brasil rural como espaço de oportunidades e privações: representações de uma categoria em transformação**. Mídia e Cotidiano, v. 11, p. 63-81, 2017.

SOARES, Murilo César. **Representação e comunicação: uma relação em crise**. Líbero, ano X, nº 20, 2007.

SOUSA, Jorge Pedro. Para gerar sentido: a linguagem fotojornalística. In: SOUSA, Jorge Pedro. **Fotojornalismo: introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2014, p. 65-72.

TAVARES, Denise; SOARES, Marcelo C. **O Rural Brasileiro: Narrativas e Representações Midiáticas**. Revista Mídia e Cotidiano, v. 11, nº 2, p. 2-4, 2017.

VEIGA, Márcia. **Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2010.

VISCARDI, Karen. Entrevista concedida por telefone a Claudine Friedrich. 23/03/2018.